

O EMPODERAMENTO FEMININO VERSUS GRAVIDEZ PRECOCE NA ADOLESCÊNCIA:

ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL ANDRÉ ANTÔNIO MAGGI, SITUADA NO MUNICÍPIO DE SAPEZAL - MATO GROSSO

JAQUELINE NEVES DE OLIVEIRA



Editora
REALCONHECER

O EMPODERAMENTO FEMININO VERSUS GRAVIDEZ PRECOCE NA ADOLESCÊNCIA:

**ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL
ANDRÉ ANTÔNIO MAGGI, SITUADA NO
MUNICÍPIO DE SAPEZAL - MATO GROSSO**

JAQUELINE NEVES DE OLIVEIRA



**Editora
REALCONHECER**

© 2021 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Autora

Jaqueline Neves de Oliveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Real Conhecer

Revisão: A Autora

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Érica dos Santos Carvalho, Secretaria Municipal de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Oliveira, Jaqueline Neves de

O48e O Empoderamento Feminino Versus Gravidez Precoce na Adolescência: Estudo de Caso na Escola Estadual André Antônio Maggi, Situada no Município de Sapezal – Mato Grosso / Jaqueline Neves de Oliveira. – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2021. 198 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-994367-9-6
DOI: 10.5281/zenodo.4811716

1. Empoderamento. 2. Gravidez. 3. Sexualidade. 4. Adolescência.
I. Oliveira, Jaqueline Neves de. II. Título.

CDD: 306.43
CDU: 37

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

**O EMPODERAMENTO FEMININO
VERSUS GRAVIDEZ PRECOCE NA
ADOLESCÊNCIA: ESTUDO DE CASO
NA ESCOLA ESTADUAL ANDRÉ
ANTÔNIO MAGGI, SITUADA NO
MUNICÍPIO DE SAPEZAL – MATO
GROSSO**

JAQUELINE NEVES DE OLIVEIRA

Orientadora: Prof^ª. Maria Antônia Ramos Costa

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência. Obrigado por me permitir errar, aprender e crescer, por Sua eterna compreensão e tolerância, por Seu infinito amor, pela Sua voz “invisível” que não me permitiu desistir e principalmente por ter me dado uma família tão especial, enfim, obrigado por tudo. Ainda não descobri o que eu fiz para merecer tanto.

Ao Profa. Ms. Maria Antônia Ramos Costa, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Tantas vezes que nos reunimos e, embora em algumas eu chegasse desestimulado, bastavam alguns minutos de conversa e umas poucas palavras de incentivo e lá estava eu, com o mesmo ânimo do primeiro dia de aula. Obrigado por acreditar em mim e pelos tantos elogios e incentivos. Tenho certeza de que não chegaria neste ponto sem o seu apoio. Você foi e está sendo muito mais que orientadora: para mim será sempre mestre e amiga.

As minhas primas Flávia Cristina de Carvalho, Marcela Regina, Renata Aliny que me transmitiram a consciência de aprender, despertando em mim a sensibilidade de uma crescente motivação para persistir confiante em direção as minhas metas.

As Professoras e amigos, Lívica Gomes Oliveira Santos, Maria Janete Sanches Tino, Luma Policarpo, Elizandra Mendonça de Maito, Cristiane Miranda Bortolon, Zilda Gonçalves, Ronaldo Fontes de Souza, Thiago Baldrighi, Marcelo Moraes, pelo amor, partilha, companheirismo e apoio incondicional, agradeço a enorme compreensão, generosidade e alegria com que me brindou constantemente, contribuindo para chegar ao fim deste percurso. Que sempre estiveram ao meu lado de forma incansável em todos os momentos.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento. Ao bom Deus, que trilhou os meus caminhos e deu-me de maneira tal que me fez chegar até aqui.

*Com grande amor, aos meus filhos
Decrácio Filho e Thamires Emanuella,
presentes de Deus. A Maria das Doris de
Oliveira, Francisco Pedro de Carvalho,
meus tios, que faz da alegria uma
estratégia de vida e tem o dom de
acolher e apoiar nas horas difíceis.*

Jaqueline Oliveira

*"O valor das coisas não está no tempo em que elas duram,
mas na intensidade com que acontecem.
Por isso existem momentos inesquecíveis,
coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis".*

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO.....	20
1.1 EVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO FEMININO.....	21
1.2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR SOBRE O FENÔMENO.....	26
1.2.1 Definição de Adolescência.....	31
1.2.2 Fatores que Afetam a Gravidez na Adolescência.....	32
CAPÍTULO 2-REFERENCIAL TEÓRICO.....	36
2.1 CONCEITO DE EMPODERAMENTO.....	37
2.2 EMPODERAMENTO: QUESTÃO DE GÊNERO.....	41
2.3 ADOLESCENTES E O EMPODERAMENTO DE CORPOS.....	45
2.4 O CAMINHO PARA TER AUTONOMIA EM RELAÇÃO A SEXUALIDADE.....	45
2.5 OS DESAFIOS DE UMA GRAVIDEZ NÃO PLANEJADA.....	51
2.6 GRAVIDEZ X EMPODERAMENTO.....	60
2.7 SITUAÇÃO EDUCACIONAL DAS ADOLESCENTES GRÁVIDAS.....	65
CAPÍTULO 3-ASPECTOS POLÍTICOS.....	69
3.1 ASPECTOS INTERNACIONAIS SOBRE O EMPODERAMENTO FEMININO E GRAVIDEZ PRECOCE.....	70
3.2 ASPECTOS DA POLÍTICA NACIONAL.....	79
3.2.1 Princípios e Orçamento.....	79
3.2.2 Institucionalidade e Integração de Políticas Públicas para Mulheres.....	80
3.2.3 Fortalecimento da Política de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.....	83
3.2.4 Enfrentamento da Pobreza.....	84
3.3. ESTUDOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	85
CAPÍTULO 4 – PESQUISAS DE MESTRADO E DOUTORADO.....	93
4.1 INVESTIGAÇÕES DE MESTRADO E DOUTORADO COM ENFOQUE NO EMPODERAMENTO FEMININO	94
CAPÍTULO 5-PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	97
5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	98
5.1.1 Nível e Modalidade da Pesquisa.....	98
5.2 OBJETIVOS.....	99
5.2.1 Geral.....	99

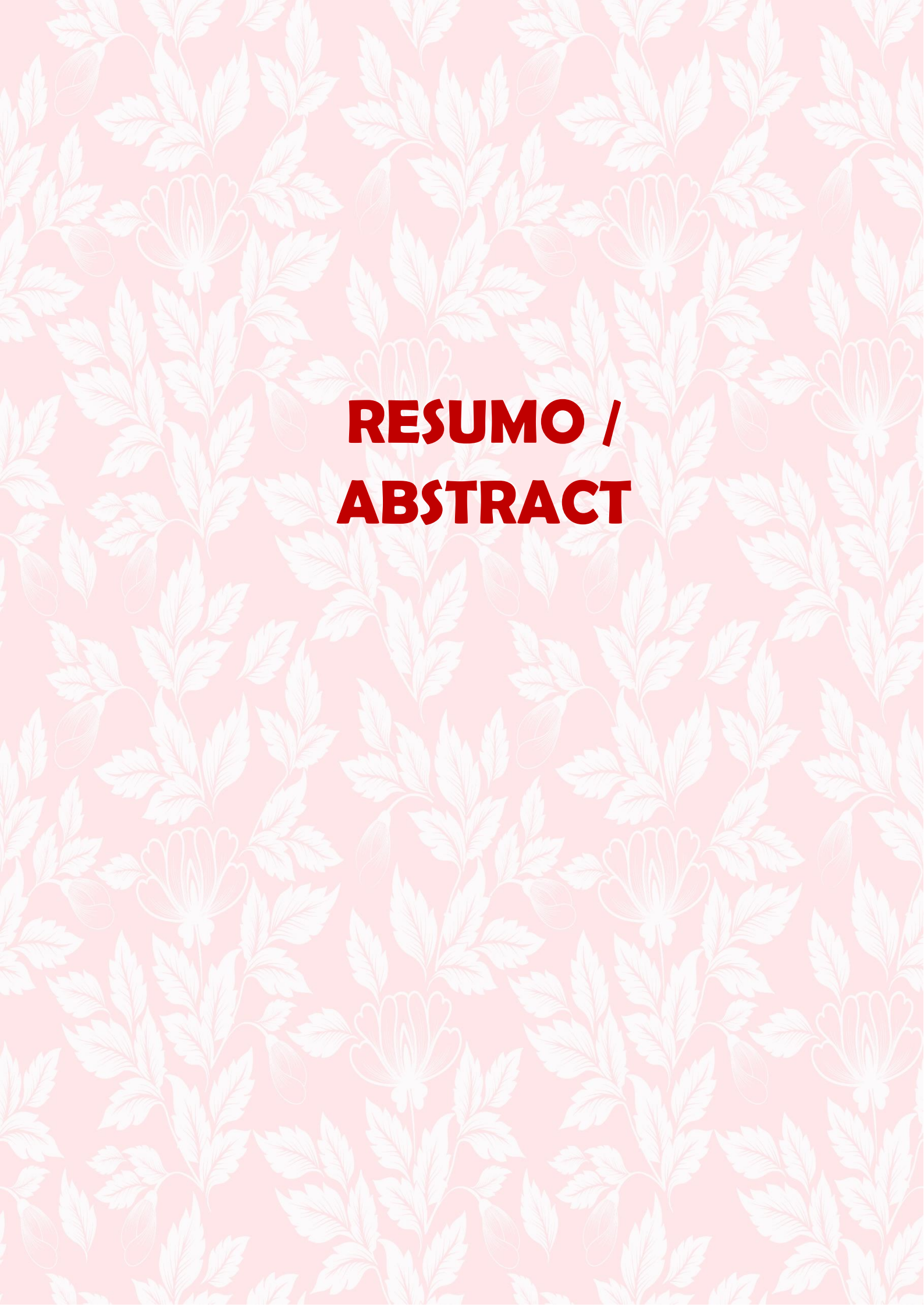
5.2.2 Específico.....	99
5.3 CONTEXTO DA PESQUISA.....	99
5.4 SUJEITOS DA PESQUISA.....	100
5.5 LOCAL PESQUISADO.....	100
5.6 COLETA E UNIDADE DE ANÁLISE.....	101
CAPÍTULO 6-RESULTADO E DISCUSSÃO	103
6.1 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.....	104
6.1.1 Análise das Respostas das alunas, Mães Adolescentes.....	104
CONCLUSÃO.....	173
REFERÊNCIAS.....	178
APÊNDICES.....	188
A AUTORA.....	198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa etária das alunas participantes da pesquisa	104
Tabela 2: Mora com quem.....	106
Tabela 3: Conhecimento sobre o empoderamento feminino.....	109
Tabela 4: Informação de como o assunto sobre sexualidade chegou até as alunas	111
Tabela 5: Nível de abertura no ambiente familiar sobre assuntos relacionados à sexualidade.....	113
Tabela 6: Conhecimento a respeito de métodos contraceptivos.....	117
Tabela 7: Como avalia seu conhecimento a respeito dos temas sobre sexualidade e comportamento sexual de risco.....	120
Tabela 8: Porque se faz sexo	122
Tabela 9: Mudanças que ocorreram na fase da adolescência.....	124
Tabela 10: Participação em cursos, seminários, programas ou aula sobre orientação sexual.....	127
Tabela 11: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes...129	
Tabela 12: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes...131	
Tabela 13: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescente....133	
Tabela 14: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes...136	
Tabela 15: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes...138	
Tabela 16: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes...140	
Tabela 17: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes...141	
Tabela 18: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes...144	
Tabela 19: Faixa etária dos professores da EEAAM – Sapezal.....	146
Tabela 20: Formação, Interesse e Motivação dos professores.....	147
Tabela 21: No âmbito das práticas.....	149
Tabela 22: O que fazem intencionalmente.....	151
Tabela 23: O que fazem quando são abordados pelos alunos.....	153
Tabela 24: Nas concepções relativas ao “quando”	155
Tabela 25: Agentes que os professores elegeriam para trabalhar o tema da sexualidade em sala de aula com os aluno.....	157
Tabela 26: Concepções, em termos da “importância” no contexto escolar.....	160
Tabela 27: Participação em eventos sobre orientação sexual nas escolas.....	162
Tabela 28: Finalidades e importância do ensino da Educação Sexual nas escolas..165	
Tabela 29: Ações que a escola poderia assumir para ajudar a mãe adolescente a continuar seus estudos.....	167

LISTA DE SIGLAS

AECID	Agência Espanhola de Cooperação e Desenvolvimento Internacional
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBAS	Fórum Índia-Brasil-África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MM	Ministério da Mulher
OLACEF	Organização Latino-Americana e Caribenha de Instituições de Auditoria
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OPM	Organizações Governamentais de Políticas para as Mulheres
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PPP	Projeto Político Pedagógico
RMAAM	Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEPPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância



RESUMO / ABSTRACT

RESUMO

Este estudo analisou como tema: o empoderamento feminino versus gravidez precoce na adolescência: estudo de caso na Escola Estadual André Antônio Maggi, situada no município de Sapezal – MT. O estudo trouxe como objetivo geral: Analisar o empoderamento feminino contrapondo a gravidez precoce na adolescência na escola Estadual André Antônio Maggi, em Sapezal – MT. O estudo foi desenvolvido com base nas teorias de Castro (2018), Chacham (2012), Bravo (2015) e outros. No processo metodológico realizou-se uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, utilizando como instrumento questionários com perguntas fechadas para uma amostra de treze adolescentes grávidas e treze professores que ministram aulas para esse público. Por meio do estudo, buscou compreender as concepções e vivências da sexualidade e as transformações das adolescentes grávidas sujeitos da pesquisa, por meio do uso de técnicas que permitiram cumprir os objetivos da investigação. O estudo apontou como conclusão, que adolescentes grávidas com idade entre 13 e 16 anos cursando o Ensino Fundamental e Médio, 46% residem apenas com a mãe, 47% acreditam no empoderamento feminino como conquista da sua autonomia, em linhas gerais, refere-se a um processo de aumento progressivo do poder e da capacidade de tomar decisões estratégicas. No nível individual, o empoderamento de adolescentes grávidas parece ser fundamental para sua autonomia e bem-estar, mas no nível social contribui para o estabelecimento de relações de gênero e geração mais democráticas e equitativas.

Palavras-chaves: Adolescentes Grávidas. Empoderamento. Sexualidade.

ABSTRACT

This study analyzed the following theme: female empowerment versus early pregnancy in adolescence: a case study at the André Antônio Maggi State School, located in the municipality of Sapezal - MT. The study had as its general objective: To analyze female empowerment against the precocious pregnancy in adolescence at the André Antônio Maggi State School, in Sapezal - MT. The study was developed based on the theories of Castro (2018), Chacham (2012), Bravo (2015) and others. In the methodological process, a bibliographic, descriptive and qualitative research was carried out, using questionnaires with closed questions for a sample of thirteen pregnant teenagers and thirteen teachers who teach classes for this public. Through the study, he sought to understand the conceptions and experiences of sexuality and the transformations of the pregnant adolescents who are the subjects of the research, through the use of techniques that allowed them to fulfill the objectives of the investigation. The study found as a conclusion that pregnant teenagers aged between 13 and 16 years attending elementary and high school, 46% live only with their mother, 47% believe in female empowerment as an achievement of their autonomy, in general, refers to a process of progressive increase in power and the ability to make strategic decisions. At the individual level, the empowerment of pregnant adolescents seems to be fundamental to their autonomy and well-being, but at the social level it contributes to the establishment of more democratic and equitable gender and generation relationships.

Keywords: Pregnant Teenagers. Empowerment. Sexuality

The background of the entire page is a repeating pattern of stylized white flowers and leaves on a light pink background. The flowers have five petals and a central stamen-like structure. The leaves are elongated and serrated, arranged in a symmetrical, branching pattern. The overall aesthetic is clean and modern with a touch of classic floral design.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência apresenta-se com mais frequência no contexto atual e constitui um problema de saúde em diferentes sociedades devido às suas repercussões sociais e individuais. Essa situação vem crescendo porque uma das consequências da gravidez precoce é a falta de conhecimento das adolescentes sobre os riscos que pode acarretar uma gravidez precoce, bem como a falta de comportamentos preventivos no início da vida sexual.

A gravidez precoce está associada a problemas sociais que afetam a estabilidade familiar, como o casamento precoce, compreensão, maturidade psicológica e biológica para manter uma estabilidade de harmonia e compreensão. Assim, as principais consequências desses comportamentos são mães solteiras, abandono escolar e, portanto, os reflexos na educação, reduzindo suas chances de emprego futuro. As consequências nesse período estão relacionadas não só à saúde, mas também a aspectos psicológicos, socioeconômicos e demográficos, e seus efeitos podem ser vistos na jovem mãe e no filho.

Na fase da adolescência é especialmente importante considerar seu papel fundamental no desenvolvimento de hábitos e habilidades que podem afetar o bem-estar dos jovens e sua capacidade de lidar com as circunstâncias ao longo de suas vidas.

A escola tem a vital importância na formação desses adolescentes, uma ferramenta particularmente valiosa que pode ser trabalhada no meio educacional, para progredir no exercício pleno dos direitos dos jovens está no empoderamento desses adolescentes, que lhes permite compreender e desenvolver suas vidas a partir de uma perspectiva de acesso e controle. O empoderamento dos jovens implica, nesta perspectiva, fortalecer o seu acesso a participação e controle da tomada de decisões sobre sua própria vida e sexualidade (SIMON, 2015).

Então, nesse viés, este estudo procura responder ao seguinte problema: o empoderamento feminino é fator essencial para prevenir a gravidez precoce na adolescência de alunas na Escola Estadual André Antônio Maggi, localizada em Sapezal – MT?

A abordagem central desta pesquisa consiste na percepção e angústia nos últimos anos em relação ao aumento do número de estudantes adolescentes grávidas, principalmente nas turmas do 6º ao 9º Anos do Ensino Fundamental, bem como em

turmas do 1º ao 3º Anos do Ensino Médio na Escola Estadual André Antônio Maggi, em Sapezal – MT.

Dessa forma, compreende-se que na escola, além de fornecer informação e acesso a métodos contraceptivos, é necessário trabalhar o empoderamento na vida das adolescentes brasileiras para prevenir a gravidez precoce.

Um das justificativas que ampara este estudo, é em relação ao papel da escola, em que não basta apenas passar informações sem trabalhar primordialmente o empoderamento junto as alunas, como uma forma de preparar no caso de uma possível gravidez precoce, que não seja um impeditivo de dar continuidade no fluxo normal da sua adolescência; a segunda está em que as escolas devem permitir que essas adolescentes mães possam vir a retomar suas trajetórias educacionais com tranquilidade, mostrando a elas a importância de se capacitarem para darem seguimento aos seus estudos em nível superior de ensino ou para o mercado de trabalho.

No primeiro Capítulo, trata de apresentar o contexto da evolução e construção do empoderamento feminino ao longo dos tempos, apresenta também uma revisão do estado atual do problema da gravidez na adolescência, A partir de dados dos órgãos de saúde, e especializados no assunto.

No segundo Capítulo, é referente a fundamentação teórica, está organizado de forma que oferece a sustentação teórico-científica, pois um trabalho dessa natureza requer leituras profunda e exaustivas sobre o tema, inicialmente trata dos antecedentes, das bases teóricas sobre a gravidez na adolescência, discriminação por maternidade precoce e abandono escolar, como é construído os sentidos e significados em torno da reprodução na gravidez, os amparos legais, adolescência como um período de transição, as vulnerabilidades nessa fase, as políticas públicas brasileiras de intervenção, as características biopsicossociais e sexualidade na adolescência, procura discorrer também sobre a educação como fator primordial para o empoderamento de meninas, visando a promoção da igualdade de gênero, traz um aprofundamento sobre a redução da gravidez se relaciona ao empoderamento.

No terceiro capítulo, compreende os aspectos políticos de que versa sobre o empoderamento das adolescentes e a gravidez na adolescência, tanto nos aspectos internacionais como nos aspectos da política nacional. O quarto Capítulo, traz pesquisas de mestrado e doutorado, análises de pesquisas *Stricto Sensu* que versa sobre o assunto.

O quinto capítulo, apresenta com relevância significativa, uma vez que sistematiza a metodologia da investigação científica, a partir do momento em que fixa o enfoque da pesquisa, o desenho, o nível e modalidade da investigação, a população, a amostra, os instrumentos de coleta de dados. No sexto capítulo, ressalta a análises dos dados coletados, e no fechamento desse estudo com as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

Capítulo 1

**CONTEXTO HISTÓRICO
DO EMPODERAMENTO
FEMININO**

CAPÍTULO 1 - CONTEXTO HISTÓRICO DO EMPODERAMENTO FEMININO

1.1 EVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO FEMININO

O sistema patriarcal, segundo Mascarenhas (2003) em que a sociedade ocidental tipicamente se desenvolveu atribuiu a maior autoridade e poder à figura masculina. Nesse contexto, poder significa domínio, supremacia, hierarquia e arrogância; aqueles que não têm poder, aliás as mulheres, serão inexoravelmente subjugados. Desta forma, as condições patriarcais em que foram estabelecidas conduzem a uma organização hierárquica das pessoas, sendo os homens considerados superiores às mulheres.

Esta situação de desigualdade é um fato recentemente reconhecido, pois só até à segunda metade do século XX, várias propostas começaram a surgir a nível internacional, para que as nações do mundo assumissem o compromisso de enfrentar a desigualdade e a discriminação sofrida pelas mulheres. No Brasil, paulatinamente, o problema das mulheres passa a ser considerado como uma questão de desigualdade de gênero, ou seja, a diferença sexual entre homens e mulheres se traduz em desigualdade e discriminação. Em relação ao gênero feminino.

O panorama descrito constitui um dos motivos deste estudo, uma vez que as mulheres desenvolvem sua identidade sob parâmetros que as tornam vulneráveis, limitando e questionando seu poder pessoal. A característica de vulnerabilidade também se baseia no fato de que, de muitas formas, as mulheres estão mais vinculadas a situações de violência, pobreza, segregação e doença;

O empoderamento nas mulheres é pertinente, pois promove visões mais amplas de si mesmas, para que, progressivamente, elas consigam se identificar ao mesmo tempo com seu medo e sua força, sua beleza e seu poder, sua flexibilidade e autoridade, seu calor e firmeza, seu próprio amor e para com os outros, sua liberdade (PINTO, 2011), sua diversidade.

Por ser um conceito multidimensional, o conceito de empoderamento não é fácil de definir. Existem vários conceitos com os quais ele está vinculado, que são considerados como componentes dele, como autonomia, controle e outros. Ao fazer uma análise de cada um desses conceitos, pode-se dizer que, segundo Vasconcelos (2013), existe uma grande diversidade de definições de empoderamento das mulheres e indicadores propostos para sua medição. Empoderamento, como a própria palavra o expressa, refere-se a um processo de empoderamento individual e coletivamente.

Simon (2015, p. 76) discorre que “o conceito de empoderamento tem suas raízes na Reforma Protestante, mas, ao referir-se principalmente à luta pelos direitos civis, data dos anos 1960”. Segundo Romano (2002), o empoderamento é a ação e o efeito de empoderar, ou seja, tornar poderoso ou forte um indivíduo ou grupo social desfavorecido. Para Strobino e Teixeira (2010), em um primeiro momento, o termo foi vinculado exclusivamente à esfera jurídica, como sinônimo de "capacitação", de dar poder a outra pessoa para representá-los em juízo ou fora dele.

Vasconcelos (2013) coloca que empoderamento não são termos novos, nem "anglicismos", mas já aparecem em textos do século XVII em língua inglesa. Não são palavras inventadas - mesmo que fossem, não prejudicariam o que definem. O autor fala que trazer à tona palavras antigas fechadas para outros usos é uma proteção conservadora e absolutista que teme a mudança, ou seja, o medo do que as mudanças linguísticas podem trazer, agitar, reivindicar e revolucionar o antigo regime sociocultural heteropatriarcal.

Greene (2004, p. 67) define empoderamento como "uma expansão na capacidade das pessoas de fazerem escolhas estratégicas de vida em um contexto em que essa capacidade lhes foi negada". Nessa perspectiva, o empoderamento pode ser pensado como um processo relevante ou significativo para qualquer grupo social que ocupe uma posição subordinada ou de pouco poder em uma determinada esfera ou contexto, como os pobres, os indígenas, os deficientes e assim por diante.

Porém, Curtain (2001) explica que, quando se trata de empoderar as mulheres:

[...] A necessidade de uma identidade feminina com elementos de empoderamento tem como premissa importante que as mulheres, especificamente, não continuem se prestando a ser transmissoras de uma cultura sexista e discriminatória, e sim construam ambientes igualitário em suas diferentes áreas de atuação, onde há plena aceitação do humano. (CURTAIN, 2001, p. 98).

Para o autor, o processo é mais relevante e significativo do que para qualquer outro grupo social, na medida em que nenhuma delas teve essa capacidade de tomar decisões e fazer escolhas sobre sua própria vida, que ao longo de décadas, foi sempre negada de uma forma tão histórico e sistemático. Segundo o autor, para as mulheres, a maioria dos instrumentos desenvolvidos para a medição e análise do empoderamento destas, tem como objeto de análise as mulheres casadas ou em

união de fato, de forma que alguns destes indicadores (como o poder de decisão) tomam como contexto o relacionamento conjugal. Isso constitui uma dificuldade quando se pretende examinar o empoderamento das mulheres em outro estado civil.

Por outro lado, Sen (2002) explica que a noção de empoderamento das mulheres, pressupõe que em todas as sociedades os homens controlam o sexo feminino e esse controle é baseado nos sistemas de valores e normas que prevalecem em cada sociedade; portanto, o empoderamento das mulheres levanta a necessidade de desafiar e modificar os valores e estruturas que preservaram sua subordinação por anos.

Durante a década de 1980, Pinto (2011) fala que o empoderamento tornou-se um tema central do trabalho e reflexão de muitas organizações dedicadas ao desenvolvimento. No entanto, sua origem está localizada na abordagem de educação popular desenvolvida por Paulo Freire nos anos 1960 e nas chamadas abordagens participativas presentes no campo do desenvolvimento dos anos 1970.

Para começar, é necessário esclarecer que o termo “empoderamento” não é propriedade exclusiva das ciências do desenvolvimento ou da educação. O conceito aparece em várias disciplinas como psicologia, serviço social, promoção da saúde, filosofia política ou gestão de recursos humanos. Esse fato mostra uma dificuldade em verificar a multiplicidade de significados do termo de diferentes maneiras.

A partir dessa forma de entender o empoderamento, Simon (2015) fala que o caminho que leva à superação da pobreza passa pela interação de dois grupos de fatores: 1) o aumento das capacidades de indivíduos ou grupos de exercerem sua agência a partir da ação realizada; e, 2) a provisão de uma estrutura de oportunidades no clima institucional dentro da qual os atores desfavorecidos trabalham para alcançar seus interesses

Como mencionado, o conceito de “empoderamento” tem sua origem na abordagem de educação popular da obra de Paulo Freire nos anos sessenta. Para Freire, a educação é antes de tudo um processo de humanização que visa libertar o homem de tudo o que não lhe permite ser verdadeiramente pessoa. Por isso, seu entendimento de empoderamento é semelhante ao do processo de conscientização, enfoca a maneira como os indivíduos se tornam sujeitos de suas vidas e desenvolvem uma consciência crítica que lhes permite compreender suas circunstâncias para agir.

O desafio é experimentar uma educação que seja capaz de colaborar com a indispensável organização reflexiva do pensamento dos sujeitos para gerar

consciência crítica a partir da integração com a realidade. Para Freire: “uma educação que colocaria à sua disposição meios com os quais ele seria capaz de superar a apreensão mágica ou ingênua de sua realidade e adquirir uma predominantemente crítica” (FREIRE, 1978, p. 102).

Desta forma, as obras de Freire (1978) são colocadas na base do corrente de pensamento que considera o empoderamento de pobre como estratégia fundamental para o desenvolvimento, mas não como um processo de adaptação ou transição na sociedade, mas sim como um processo de mudança e transformação. Por sua vez, essa base serviu para que, na década de 1980, o empoderamento fosse visto como um projeto radical de transformação social que permitia aos grupos sociais excluídos definir e reivindicar coletivamente seus direitos.

Dessa forma, e de acordo com o pensamento de Freire (1978):

[...] o empoderamento seria uma estratégia que incentiva as mulheres e outros grupos marginalizados a aumentar seu poder, ou seja, ter acesso ao uso e controle de recursos materiais e simbólicos, ganhar influência e participar na mudança social. Isso inclui um processo no qual as pessoas tomam conhecimento de seus direitos, capacidades e interesses, e como estes se relacionam com os interesses de outras pessoas, a fim de participar de uma posição mais sólida na tomada de decisões e ser capaz de influenciá-los (FREIRE, 1978, p. 104).

Para o autor, embora o conceito de empoderamento tenha sido aplicado de forma genérica a todos os grupos vulneráveis ou marginalizados, seu maior desenvolvimento teórico ocorreu nos últimos anos em relação às questões de gênero. Como vários autores afirmam, a compreensão se concentra no processo pelo qual as mulheres acessam controle de recursos (materiais e simbólicos) e reforçar suas capacidades e liderança em todas as áreas. De sua abordagem feminista, o empoderamento das mulheres inclui mudanças individual como ação coletiva, e envolve a alteração radical de os processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada das mulheres como gênero.

Para Pinto (2011) o aumento do poder de uma pessoa ou grupo (empoderamento), não envolve a perda ou transferência de poder que vem de outra pessoa em uma espécie de jogo de soma zero. Existe outra maneira de entender o poder que enfoca o processo pelo qual as possibilidades de aumentá-lo são conferidas em virtude de “a maior capacidade de controle (poder sobre), maior capacidade de escolha (poder de), maior capacidade de mudança (poder com) e maior capacidade de transformação pessoal (poder sobre si mesmo).

Curtain (2001) aponta três dimensões nas quais o empoderamento é vivenciado e demonstrado: a) a dimensão pessoal, como desenvolvimento do sentido de auto, confiança e capacidade individual; b) a dimensão das relações próxima, como a capacidade de negociar e influenciar a natureza das relações e decisões; e c) a dimensão coletiva, como a participação em estruturas políticas e a ação coletiva baseada na cooperação.

Segundo Strobino e Teixeira (2010) há um fato transcendental, a imersão da mulher em cargos públicos, colocou a identidade feminina em transição. Pois bem, as mulheres poderiam começar a se ver como um reflexo de sua própria responsabilidade e construção diante desses paradigmas tradicionais de socialização.

Para Cabral (2007), esse é um dos motivos pelos quais os movimentos sociais de mulheres têm proposto o conceito de empoderamento, que visa redefinir o que é considerado feminino. Quando o empoderamento é integrado à definição de mulher, novas configurações subjetivas e sociais podem ser construídas nas quais haja uma relação equitativa entre os gêneros.

Cabral (2007) fala que embora Paulo Freire não tenha incluído o conceito de gênero em sua proposta original, os movimentos citados vincularam as ideias freirianas sobre a consciência dos oprimidos e a criação de uma consciência crítica à situação das mulheres.

Nesse sentido, existem muitas formas de definir empoderamento, para Cabral (2007) e Cotta (2007), é um processo em que as mulheres encontram seu próprio tempo e espaço, para reexaminar suas vidas em uma crítica, se reconhecendo. Cotta (2007), explica sobre a expansão da capacidade das mulheres de tomar decisões estratégicas de vida em um contexto de desigualdade e iniquidade. Para Cabral (2007) é a capacidade de se autoavaliar, mudar, crescer e buscar maior apropriação pessoal.

Romano (2002) propôs um modelo de empoderamento com três dimensões: a) pessoal que implica o desenvolvimento do sentido de ser e capacidade individual; b) a dimensão das relações íntimas, que inclui a capacidade de decidir e negociar no quadro das relações de casal, família, trabalho etc., sem cair na luta pelo poder entre os sexos; c) coletiva ou participação em estruturas políticas formais e informais, de forma cooperativa e não competitiva.

Neste estudo, segundo Pinheiro (2001), o construto empoderamento foi formado a partir dos pontos coincidentes das elucidações anteriores; portanto, poderia

ser definido como o processo de reconquista do poder pessoal, nas palavras de Pinto (2011), que todos os seres humanos possuem; dito poder é expressaria em: (1) maior autoconhecimento; (2) a capacidade de decidir e negociar nas diferentes áreas da vida, e (3) a apropriação pessoal, para este estudo de caso, do corpo, como um símbolo de retomar a si mesmo.

O empoderamento é um elemento fundamental para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres. O conceito de empoderamento implica acesso ao poder, participação e controle da tomada de decisões na vida. Na América Latina, as feministas vinculam a ideia de autonomia ao próprio corpo, como território no qual a mulher exerce seu poder e determina a forma como se relaciona com os outros (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, Projeto PIEMA, 2004).

Isso é particularmente relevante para a saúde sexual e reprodutiva, bem como para os direitos e escolhas das mulheres e controle sobre a tomada de decisões sobre seus corpos, como ter ou não fazer sexo, ter filhos ou não (e quando), e controle sobre as práticas sexuais que são agradáveis, seguras e não prejudiciais.

O empoderamento da mulher adolescente é essencial para que os países da região cumpram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) esses esforços devem ser realizados em várias frentes e buscar uma ação concertada que produza efeitos duradouro e decisivo para a saúde e o bem-estar deste grupo populacional, tão diverso e ao mesmo tempo tão semelhante em termos de vulnerabilidade.

1.2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR SOBRE O FENÔMENO

A fenomenologia no sentido de análise da vida humana, segundo Dorr-Zegers (2002) apresenta como se cuida em todos os momentos. A observação é um modo derivado de cuidado. Esta mobilidade de existência do mundo é ativada apenas quando a vida factual supõe atividade de seu tratado cuidadoso. Para o autor, o cuidado como conceito universal, essencial e, portanto, comum a todas as culturas em todos os períodos históricos e independentemente de ideologias, crenças e pressupostos científicos: o cuidado como conceito e fenômeno dado em si à consciência.

A fenomenologia que fundamenta a historicidade e características das relações mais profundas e estáveis que cerca capacidade reprodutiva da jovem adolescente, segundo Deslandes (2004) permite investigar historicamente tanto seus

antecedentes quanto as tendências que marcaram sua evolução ao longo do tempo. Uma vez que o cuidado é dado com o fenômeno e conceito que se manifesta na gravidez, e nesse estudo, tem um significado muito especial em adolescentes grávidas.

Diferentes estudos têm mostrado que a gravidez na adolescência é um processo vivenciado de diferentes formas, dependendo do ambiente sociocultural analisado. Isso é demonstrado pelos trabalhos realizados por Cerqueira-Santos (2010) e outros autores que abordaram a investigação de diferentes aspectos da experiência da gravidez como discorre Costa (2002):

[...] Na história da sociedade, o conceito de adolescência é relativamente novo, visto que, nas sociedades primitivas, a esperança de vida era curta e a manutenção da espécie só se tornaria possível aproveitando-se desde o início a fecundidade. Nesta etapa, as mulheres iniciavam sua vida sexual após a menarca e os homens tão logo despertassem o instinto sexual e a capacidade de fecundar. Do ponto de vista evolutivo, a sociedade incorporou profundas modificações socioculturais, as quais incluem a questão da gravidez, da maternidade e da paternidade na adolescência (COSTA, 2002, p. 78).

Em diferentes sociedades os contratos de casamento eram realizados quando a menina ainda se encontrava entre a idade de 13 e 14 anos, assim, foi a história bíblica que relata sobre a aparição do anjo Gabriel quando a Virgem Maria foi interpelada para o nascimento de Jesus. Por volta do século XVI, Gama (2002) descreve sobre Shakespeare, que apesar de ser uma história de ficção, retrata exatamente os costumes de uma sociedade na época de Romeu e Julieta, em que Julieta relatada pelo pai Capuleto na época como uma menina que ainda não havia completado 14 anos de idade e já era prometida em casamento ao nobre Páris. No início desse século, a gravidez precoce era, ainda, considerada um acontecimento habitual para os padrões culturais da época.

Costa (2002) cita o sociólogo francês Emile Durkheim:

[...] O aspecto essencial e permanente da humanidade torna como objeto de investigação as práticas religiosas das tribos das sociedades primitivas australianas. Ele desenvolve a tese de que a natureza fundamental do homem reside na religião, considerando que essa prática social traduz as representações coletivas enquanto fenômenos capazes de assegurar os laços entre os membros de uma sociedade, e de os manter através das gerações (COSTA, 2002, p. 117).

Na fala da autora, retrata que a gravidez na adolescência, será sempre um fato em discussão, longe de representar um acontecimento novo, esteve sempre presente na história, seja por meio de ritos e mitos, seja através da cultura de um povo, arraigado nos seus costumes.

Gontijo & Medeiros (2004), explicam que nas civilizações antigas, tão logo aparecessem os primeiros sinais de puberdade, a jovem era considerada apta para o casamento. Presença comum no passado de cada um e facilmente reconhecida nos álbuns de família, onde aparecem mães, avós ou bisavós, ainda em tenra idade, cercadas de numerosa prole.

Cunha (2014) fala da capacidade reprodutiva, em sociedades antigas, estavam associadas ao frescor da juventude e quanto maior a prole, maior o “mérito da matrona”. Nada se questionava quanto à capacidade psicobiológico daquelas imaturas jovens em parir, cuidar e educar seus filhos. Na visão de Costa (2002):

[...] A igreja católica, detentora de grande poder sobre as questões da sexualidade e reprodução, propagava o cresci e multiplica. Exercendo forte repressão sexual e radicalmente contrária ao uso de qualquer tipo de método contraceptivo, contribuía para os 12, 15 ou 20 filhos presentes na maioria das famílias. Somando-se aos fatores culturais e religiosos, havia os interesses políticos e econômicos vigentes. (COSTA, 2002, p. 118)

Nas ressalvas da autora, a igreja católica contribuiu de forma deliberada para que houvesse ao aumento da fecundidade na adolescência. O Estado dependia do rápido crescimento da mão de obra para concretizar sua expansão e impulsionar as grandes transformações da época, o que tornou o crescimento populacional desejado e incentivado. A quem se destinariam então os serviços de pré-natal e planejamento familiar?

Para Moreira (2016), as mulheres, longe de qualquer expressão social ou política viviam submissas ao marido e senhor e detentoras da “sagrada missão da maternidade”, tinham como único objetivo: casar-se, procriar e zelar pelos filhos, cabendo ao homem, chefiar e prover adequadamente a família.

Cerqueira-Santos (2010), explica que na década de 60, com o movimento de contracultura, os jovens começaram a questionar as políticas sociais vigentes e além disto, reivindicaram o direito ao livre exercício da sexualidade. Contrariando os rígidos padrões morais, a gravidez passou a ocorrer fora dos laços matrimoniais.

Segundo Castro (2018), o crescimento populacional tornara-se preocupante e a então, a explosão demográfica somada ao processo maciço de industrialização tornou o trabalho humano “dispensável”. O excedente de mão de obra, o desemprego e o futuro dos jovens passaram a ser preocupações para o Estado.

Chacham (2012) fala que esses acontecimentos sociopolítico econômicos e as transformações ocorridas no âmbito da moral e dos costumes contribuíram para levar invariavelmente, o Estado e a sociedade, a um novo posicionamento em relação aos padrões sexuais adotados pelos jovens “modernos”. Foi necessário repensar o controle da natalidade, que se tornara uma alternativa para conter este processo e os métodos contraceptivos passaram a ser mais divulgado.

Cardoso (2017) coloca que nessa mesma década de 60, surgiram as pílulas anticoncepcionais e criaram-se os primeiros serviços de pré-natal voltados às jovens gestantes. A implantação efetiva dos programas de planejamento familiar permitiu às mulheres e ao Estado, o controle sobre a prole.

Na teoria de Galvão (1999):

[...] Nos países em desenvolvimento, fazia-se necessário mais do que o planejamento familiar, o controle definitivo sobre o número de filhos. Realizou-se então, nas décadas de 80 e 90, a esterilização de grande número de mulheres jovens em idade fértil, tornando-a hoje, o segundo método contraceptivo mais utilizado pelas jovens brasileiras em união (8%), precedido apenas pelas pílulas anticoncepcionais”. (GALVÃO, 1999, p. 78)

O autor coloca que as progressivas transformações no âmbito da sexualidade dos jovens continuaram ocorrendo, e hoje, a iniciação sexual, está ocorrendo cada vez mais precocemente, passam a ser alvo de preocupações. A sexualidade, presente em todas as etapas do desenvolvimento humano, aflora com toda sua força na adolescência sobre influência dos hormônios sexuais. As adolescentes nesta fase são conduzidas sob um novo olhar pelo sexo oposto, antes indiferente.

Para entender como uma gravidez na adolescência é vivenciada Gontijo & Medeiros (2004), fala que é preciso considerar seu ambiente familiar, sua história, seu relacionamento, seu projeto de vida, seus sentimentos e emoções, seus conflitos, seu contexto sociocultural.

Cunha (2014) discorre que, embora a ideia de que as mulheres devam começar sua vida reprodutiva cedo em muitas culturas ainda persistem até os dias atuais. A OMS considera a gravidez de risco que ocorre em mulheres menores de 20

anos, por ser a principal causa de mortalidade de mulheres jovens entre 14 e 19 anos, devido a complicações relacionadas ao parto e abortos realizados em condições de risco (OMS, 2017).

Atualmente, 16 milhões de adolescentes com idades entre 15 e 19 anos e aproximadamente 1 milhão de meninas menores de 15 anos dão à luz a cada ano, a maioria delas vive em países em desenvolvimento (OMS, 2018). Em suma, as projeções recentes sugerem que a taxa de fecundidade das adolescentes na América Latina será a mais alta do mundo e que permanecerá assim durante o período de 2020 a 2100.

O relatório da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituído pela federal: Lei nº 13.798/2019 sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, apresenta um relatório em que, anualmente cerca de 18% dos brasileiros nascidos são filhos de mães adolescentes, o retrato da situação apresenta que a fecundidade adolescente está em ascensão no país, Por esses motivos, a gravidez na adolescência é considerada um problema de saúde pública (LEI Nº 13.798 DE 03/01/2019).

Deve-se destacar que as comunidades mais pobres e desiguais no país são as que mais sofrem com este problema, que dificulta os planos de redução das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Assim, as mulheres das etnias indígena, afrodescendente, das favelas e periferias são as que têm menos acesso. Não possuem (planos preventivos, são os que mais correm risco (FREIRE et al., 2015).

Por outro lado, a falta de prevenção da gravidez na adolescência gera um preço alto para o estado brasileiro. O estudo Custos de omissão, prevenção e perdas sociais revela que o país pagou trinta vezes há mais que outros países pela falta de prevenção, por isso as despesas derivadas de aborto inseguro, mortalidade materna, complicações obstétricas e evasão escolar. Ressalte-se que este valor supera 17 vezes o custo da prevenção desses mesmos fatores (MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA, 2019).

Cunha (2014), discorre que meninas e adolescentes que engravidam antes dos 18 anos raramente exercem seus direitos à educação, saúde, proteção e uma qualidade de vida adequada, além disso, perdem a infância por terem que assumir obrigações de adulto.

Conforme Moreira (2016), conseqüentemente, a maternidade precoce perpetua ciclos de pobreza, devido ao fato de as mães adolescentes deixarem de estudar, o que limita suas oportunidades de trabalho e de projetos de vida.

Castro (2018) fala que, finalmente, em resposta a essas evidências alarmantes, o Estado contemplou várias mudanças nas políticas públicas. Portanto, nos últimos anos, diversos planos, estratégias e programas educacionais sistemáticos de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva vêm sendo implementados.

No entanto, a falta de continuidade e o sucesso dos programas preventivos têm atrasado os objetivos propostos pelo estado. Conseqüentemente, a gravidez na adolescência tornou-se um grande declive dentro das metas comprometidas como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (AMB, 2019) e do Plano Nacional de Desenvolvimento para a Vida (PNDTV) (MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA et al., 2017).

Portanto, muito se tem discutido sobre esse fenômeno que circunda a literatura científica sobre gravidez e maternidade na adolescência é extensa. Existe uma quantidade significativa de publicações que relatam estudos com problemas levantados em múltiplas disciplinas. Porém, o que é relevante nessas produções científicas não é sua magnitude, mas sim suas características. Atualmente, discute-se o consenso que se construiu sobre as origens, o caráter e os efeitos da gravidez e da maternidade na adolescência.

1.2.1 Definição de Adolescência

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que a adolescência segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA Lei 8.069, de 1990, define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2º), é um período caracterizado não só por mudanças físicas, mas também psicológicas e sociais, daí a Organização Mundial da Saúde (OMS) defini-la como uma das etapas de transição mais importantes na vida de uma pessoa. Nesse sentido, a OMS contribui mais nesse sentido:

[...] Para além da maturação física e sexual, as experiências incluem a transição para a independência social e económica, o desenvolvimento da identidade, a aquisição de competências necessárias para estabelecer relações adultas e assumir funções adultas e a capacidade de raciocínio abstrato [...] É também uma fase de risco considerável, durante a qual o

contexto social pode ter uma influência determinante. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2018).

Assim, como é respaldado pela Organização Mundial da Saúde, a opinião de Freire et al. (2015), sobre as adolescentes do sexo feminino no país, são o grupo com maior risco de exposição às Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs - gravidez precoce ou não planejada, casamento prematuro, abandono escolar e ser vítima de violência sexual.

1.2.2 Fatores que Afetam a Gravidez na Adolescência

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2019), no qual pode encontrar uma revisão do problema em todo o mundo - os fatores causais de Gravidez não intencional (indesejada + não planejada) - no consecutivo, dependem dos diferentes contextos históricos, religiosos e culturais de cada país. Por um lado, para alguns, o problema das adolescentes evidencia o fracasso das famílias que não fornecem informação sexual suficiente, além da incapacidade dos governos em proteger os direitos dos adolescentes, principalmente das meninas.

Por outro lado, segundo Pinheiro (2001), o problema pode ser a falta de moralidade, portanto, os programas preventivos focam sua atenção em parar o comportamento sexual dos adolescentes e, assim, combater o problema. Aqueles que veem o comportamento sexual do adolescente como normal em seu desenvolvimento, focam sua análise na educação sexual, prevenção e retardamento da gravidez.

Sob esta introdução, e com foco nos fatores que afetam uma adolescente de acordo com os últimos dados coletados pelo Ministério da Saúde (2017) são: a falta de informação sobre Sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e orientações para a vida sexual precoce, expectativas sociais, violência sexual e, obstinação. Por outro lado, a condição de pobreza no lar, a instabilidade familiar e a migração são consideradas aspectos que também estão associados a uma maior ocorrência de fecundidade na adolescência.

Além disso, Romano (2002) fala que existem problemas culturais como o machismo com a consequente desigualdade de gênero, que afetam a assertividade sexual e a autoestima dos adolescentes. Ressalta-se que a adolescência é uma fase de alta vulnerabilidade, portanto, antes de se aprofundar nos fatores que afetam as

adolescentes, é necessário definir e indicar porque deve ser priorizado em sua educação e desenvolvimento adequado

De acordo com Medrado e Lyra (2009), os fatores sociais que influenciam a gravidez e a fecundidade da adolescente podem ser analisados do ponto de vista macrossocial, em que são considerados os problemas ambientais, como a situação socioeconômica da família, o nível de estudos, entre outros; ou também podem ser estudados a partir de uma abordagem mais próxima do próprio comportamento, do nível de conhecimento, das atitudes e das percepções individuais.

Por outro lado, Cotta et al. (2006) agrupam-nos em três categorias: sociodemográfico, familiar e individual. Em outro contexto e como resultado da revisão sistemática de estudos realizados em 25 países da União Europeia, Mascarenhas (2003, p. 630) apontam como os fatores mais associados à gravidez na adolescência, desvantagem socioeconômica, estrutura familiar “alterada” e baixo nível educacional.

Enquanto isso, a partir de uma abordagem latino-americana, Greene (2004) classificam-nas pela forma como devem ser abordadas, ou seja, pela abrangência dos fatores subjacentes como pobreza, marginalidade e desigualdade social - e pela complexidade dos determinantes culturais e emocionais.

Porém, a recepção de informações segundo Mascarenhas (2003) foi maior nas mulheres com ensino médio e superior ou pós-graduação. Além disso, as mulheres das áreas rurais e de etnia indígena, afrodescendentes, pertencentes as favelas receberam menos informações do que as das áreas urbanas e de outros grupos étnicos. Da mesma forma, o recebimento de informações sobre a questão econômica das mulheres, ou seja, quanto menor o percentual econômico, menor a proporção de recebimento de informações (FREIRE, et al., 2015).

Embora o sexo desprotegido seja o principal motivo para a gravidez indesejada, Medrado e Lyra (2009) coloca que uma orientação preventiva abrangente e correta pode ser a solução. Se a adolescente tem formação adequada em saúde sexual e Sexualidade Reprodutiva, na qual aprende, sobretudo, a planejar um projeto de vida, a se empoderar como mulher, a ser parte ativa na tomada de decisões em relação às relações sexuais, a viver e desfrutar da sua sexualidade, sem mistérios ou tabus; essas adolescentes terão mais opções para atuar preventivamente em situações sexuais de risco.

No entanto, isso não ocorre em todo o país, de maneira igual, segundo Pinheiro (2001) em seu estudo realizado na Amazônia para explorar os discursos de

formuladores de políticas e prestadores de serviços sobre o assunto em destaque, nesse estudo, ele visualizou que a palestra estava profundamente arraigada em normas de gênero inadequadas, que afetam o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos de meninas e adolescentes.

Portanto, encerramos esta seção citando uma das conclusões do trabalho de Romano (2002) na Amazônia, que é apenas uma amostra do que acontece em vários setores do Equador. Com isso podemos entender uma das raízes do problema que pode desencadear a falta de eficácia das mensagens preventivas.

A adolescência foi construída como uma fase subdesenvolvida, a sexualidade como negativa e perigosa para as meninas e a gravidez na adolescência como um problema que deveria ser tratado principalmente pelos profissionais de saúde. Esses repertórios também idealizaram a maternidade, o aborto estigmatizado, os serviços voltados para as mulheres casadas, “o casamento idealizado e a família nuclear tradicional, apesar do reconhecimento dos altos níveis de violência dentro dessas instituições” (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004, p. 38).

Outro fator considerado importante, observar que os fatores “baixo nível educacional” e “baixo nível socioeconômico” estão relacionados. Conforme demonstrado Traverso-Yépez (2005), as mulheres com ensino fundamental e baixo nível socioeconômico são proporcionalmente aquelas que mais “engravidaram”, em comparação com aquelas com ensino superior ou pós-graduação e possuem melhor nível socioeconômico (FREIRE, et al., 2015).

Adolescentes que vivem em situação de pobreza tendem a atingir apenas o ensino fundamental, na melhor das hipóteses, portanto, são os que mais correm o risco de uma gravidez precoce. Nesse sentido, Sant’anna (2000, p. 44) destacam que adolescentes pobres “voltam a engravidar, não podem estudar e viver em um limbo social do qual não conseguem sair”.

Em suma, Saito et al. (2000) especificam que adolescentes que interrompem os estudos ao engravidar, além de abandonarem os estudos, geralmente não os retomam.

Para Pinto (2011) o baixo status socioeconômico, a pobreza desde um enfoque multidimensional “como um fenômeno que expressa uma carência diversa de oportunidades, deficiências, discriminação, violência inaceitável, padrões culturais exclusivos e privação injusta de direitos” (SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E SECRETARIA, 2014, p. 13).

Strobino e Teixeira (2010) explicam que dentre as dimensões da pobreza que influenciam o adolescente em maior risco de uma gravidez precoce, destaca-se a superlotação - uma casa em que moram mais de três pessoas por cômodo ocupado. Situação que é mais grave nas populações indígenas, nas favelas, também em residências urbanas onde a moradia é menos acessível do que nas áreas rurais.

Além disso, como Pinto. (2011, 52), bem destaca que, “35% dos pobres do país vivem em superlotação”, portanto, muitas meninas e adolescentes estão em situação de vulnerabilidade, pois a falta de espaços separados ou individuais para os familiares faz com que todos durmam em uma cama geral, homens, mulheres, meninos e meninas indistintamente, o que pode levar a momentos de violência sexual contra meninas e adolescentes.

Por fim, e para encerrar este ponto, Sant’anna (2000) coloca que é importante destacar que até 2016 houve uma redução da pobreza multidimensional a nível nacional. No entanto, em 2017, a pobreza aumentou nas áreas rurais, que, conforme indicado acima, é a área mais vulnerável e com mais desigualdades, para 2020 vive um momento vital em crise, que também oferecem riscos às adolescentes.

No próximo capítulo será discorrido a fundamentação teórica com conceitos e abordagens dos autores que discutem o tema.

Capítulo 2
REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO 2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE EMPODERAMENTO

A conceituação de empoderamento conforme aponta Oakley e Clayton (2003), teve várias influências e premissas, os autores a definem como um processo no qual os sujeitos aprendem a ver uma correspondência maior entre seus objetivos, um senso de como alcançá-los e uma relação entre seu esforço e resultados de vida.

De acordo com Herriger (2006a) fala que o empoderamento é uma estratégia motriz para fazer mudanças de vida e gerar um processo de transformação da estrutura social; como alvo dos movimentos femininos da segunda onda do final do século XIX e início do século XX; onde a igualdade de gênero foi uma luta e conquista.

Oliveira (2008a) fala que os primeiros processos de implementação ou abordagem do empoderamento das mulheres como instrumento de intervenção social, surge a partir da realização da Terceira Conferência Mundial da Mulher, nas Nações Unidas, ficou registrado como o documento de “Desenvolvimento, Crises e Visões Alternativas: Terceiras Perspectivas das Mulheres do Mundo”, aprovado em 1984 pelo *Red Development Alternatives with Woman for New*; Este documento trazia o estabelecimento e as evidências de exclusão e pobreza que viviam as mulheres, bem como a proposição de políticas públicas e redes de mulheres comprometidas e voltadas para a modificação da condição em que se encontravam, bem como uma proposta de mecanismo de inclusão como o de desenvolvimento econômico e integração social.

Por sua vez, Kleba e Wendausen (2009, p. 5), conceituam empoderamento como “o processo de desafiar as relações de poder existentes e obter maior controle sobre as fontes de poder (e) se manifesta como uma redistribuição de poder entre nações classes, raças, castas, gênero ou indivíduos”. O que pode ser entendido como alterações nas relações de poder onde as mulheres apresentam limitações na tomada de decisões ou opções e alternativas que permitem eliminar situações negativas em sua saúde e bem-estar.

No Brasil, Vasconcellos (2003) explica que a filosofia do empoderamento tem sua origem na abordagem da Educação Popular desenvolvida a partir da obra de Paulo Freire na década de 1960, ambas intimamente ligadas às chamadas abordagens participativas, presentes no campo do desenvolvimento desde os anos 1970. A proposta teórica que traz consigo a perspectiva de Empoderamento então

planejada está estruturada nas ideias de Freire (1994) sobre a pedagogia crítica e os movimentos latino-americanos de educação popular, que se desenvolveu na existência de um controle de recursos ou no controle de processos de decisão, onde a presença do poder que um tem sobre o outro é visualizada neste caso, dado às condições de desigualdade e opressão e que esta limita a possibilidade de diálogo pelo que se propõe ao conscientizar sobre a existência de um poder oprimido que limita o desenvolvimento, entendendo-o como:

[...] As formas de conscientização histórica e culturalmente conhecidas a partir das estruturas sociais e que por sua vez estão vinculadas ao poder e plena liberdade do indivíduo desde uma dimensão política e à estrutura social instituída". (FREIRE, 1994, p. 197)

O conceito de empoderamento trazido por Freire (1994), constitui numa parte central das relações de poder que existem na socialização dos indivíduos, que podemos interpretar que o empoderamento o identifica é o mesmo, a mediação ou relações nas quais esse poder atua dentro das estruturas sociais que se estabelecem nos grupos.

Gohn (2004) discorre que, embora o empoderamento seja aplicável a todos os grupos vulneráveis ou marginalizados, seu nascimento e seu maior desenvolvimento teórico foi em relação às mulheres:

[...] Sua aplicação refere-se ao processo pelo qual as mulheres obtêm acesso ao controle de recursos (material e simbólico) e reforçar as suas capacidades e liderança em todas as áreas. De sua abordagem feminista, o empoderamento das mulheres inclui tanto a mudança individual quanto a ação coletiva, e implica na alteração radical dos processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher como gênero (GOHN, 2004, p. 56).

Conforme o autor colocou, desde então, o termo "empoderamento" tem seu escopo ampliado. Por um lado, desde seu uso inicial exclusivamente na análise de gênero, passou a ser aplicado a todos os grupos vulneráveis, tendo adquirido ampla utilização em estudos sobre desenvolvimento, comunidade e serviço social ou cooperação para o desenvolvimento.

No entanto, Silva e Martínez (2004) colocam que, para todos, o significado de empoderamento é diferente. Para esses novos usuários do termo, empoderamento significa um aumento na capacidade do indivíduo de ser mais autônomo e

autossuficiente, de depender menos da prestação de serviços ou do emprego do Estado, bem como ter mais espírito empreendedor para criar por exemplo, microempresas e se impulsionar na escala social. Implica também melhorar o acesso aos mercados e às estruturas políticas, para poder participar na tomada de decisões econômicas e políticas.

Friedmann (2006), a respeito do entendimento do empoderamento e a visão de grupos de mulheres e outros movimentos sociais, vai muito além. Para o autor, o empoderamento seria uma estratégia que encorajasse as mulheres, e outros grupos marginalizados, a aumentar seu poder, ou seja, "acessar o uso e controle de recursos materiais e simbólicos, ganhar influência e participar da mudança social" (FRIEDMANN, 2006, p. 89). Isso também inclui um processo pelo qual as pessoas tomam conhecimento de seus próprios direitos, capacidades e interesses, e como estes se relacionam com os interesses de outras pessoas, a fim de participar de uma posição mais sólida na tomada de decisões e estar em posição de influenciá-los.

Nesse sentido, Taques (2006) aponta, que o empoderamento está relacionado ao acesso e controle de três tipos de poderes: a) o social, entendido como acesso à base de riqueza produtiva; b) a política ou o acesso dos indivíduos ao processo de tomada de decisão, especialmente aqueles que afetam seu próprio futuro; e c) o psicológico, entendido no sentido de potencialidade e capacidade individual.

Da mesma forma, Meirelles e Ingrassia (2006) aponta três dimensões: a) a pessoal, como o desenvolvimento do senso de auto, confiança e capacidade individual; b) o das relações íntimas, como capacidade de negociar e influenciar a natureza das relações e decisões; e c) o coletivo, como a participação nas estruturas políticas e na ação coletiva baseada na cooperação.

Como se pode perceber, León (2009), fala que o empoderamento tem fundamentalmente uma dimensão individual e coletiva:

[...] O indivíduo implica um processo pelo qual os excluídos elevam seus níveis de confiança, autoestima e capacidade de responder às próprias necessidades. Muitas vezes, as mulheres e outras pessoas marginalizadas internalizaram as mensagens culturais ou ideológicas de opressão e subordinação que recebem sobre si mesmas, no sentido de que carecem de voz ou de direitos legítimos, o que resulta em baixa autoestima e status (LEÓN, 2009, p. 92)

De acordo com o autor, o indivíduo ao trabalhar para o seu empoderamento implica, inicialmente, que requer uma ajuda para que possam recuperar a autoestima e a acreditar que têm o direito de agir nas decisões que lhes dizem respeito. Este processo de conscientização pode ser longo e difícil.

A dimensão coletiva do empoderamento segundo Oliveira (2013), está baseada no fato de que as pessoas vulneráveis têm mais condições de participar e defender seus direitos quando se unem por objetivos comuns, por exemplo: mulheres que se reúnem para atingir suas metas, ou reivindicam algo na comunidade em que vivem.

É interessante notar que, muitas vezes, agrupar-se em torno de um projeto específico e limitado (um evento na comunidade) pode levar a um processo de empoderamento, que consiste na conscientização sobre a situação de injustiça ou opressão em que é vivido (acesso social desigual à água, práticas abusivas de usuários etc.) e a conseqüente busca de mudança. Nesse sentido, Sardenberg (2009) aponta que as organizações femininas mais eficazes nos países em desenvolvimento são aquelas que surgem em torno das necessidades práticas das mulheres no campo da saúde, emprego ou prestação de serviços básicos.

Para Gouvêa, Silveira e Machado (2013) o empoderamento é definido como um processo de desenvolvimento das mulheres que elas alcançam superando as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

Para Ferreira e Nogueira (2013), na conquista do empoderamento, o referido processo não é linear, mas circular através de cinco níveis de igualdade; primeiro nível: bem-estar (acesso à saúde, alimentação e renda; segundo nível: acesso a recursos para a produção (acesso à educação, serviços, crédito); terceiro nível: consciência das desigualdades (é o questionamento de crenças de inferioridade e divisão genérica do trabalho); quatro níveis: participação no processo de desenvolvimento, a lacuna de gênero na participação em referência a uma igualdade de presença visível e facilmente quantificável e quinto nível: controle sobre os fatores de produção para garantir acesso igual aos recursos e distribuição de bens.

Segundo Kleba e Wendhausen (2009), o empoderamento consiste num construto que relaciona forças e capacidades individuais (competências), sistemas de suporte naturais e comportamentos proativos com questões de mudança social e políticas sociais, entendendo isso como as construções sociais que são. estabelecer no sistema social

O diante dos conceitos e desenrolar da evolução do empoderamento, constata-se que atingiu seu maior desenvolvimento nos estudos relacionados ao gênero, no qual se concentra nas ideias de Cramer (2012), que define empoderamento como:

[...] o processo pelo qual as pessoas se tornam capazes de se organizar para aumentar sua autonomia, para fazer valer seus direitos de forma independente à tomada de decisões e ao controle dos recursos que os ajudarão a questionar e eliminar a própria subordinação". (CRAMER, 2012, p. 117)

Pelas colocações do autor, percebe que, dentre as várias abordagens políticas voltadas para as mulheres, a estratégia denominada Gênero foi a que mais amplamente incorporou o conceito de empoderamento como um processo de mudança em que as mulheres aumentam seu acesso ao poder, e cuja consequência é a transformação de relações desiguais entre gêneros à medida que as mulheres adquirem e exercem seus direitos para satisfazer seus interesses práticos e estratégicos.

Na compreensão do empoderamento, segundo os diversos autores citados acima, é um processo circular ou horizontal, bem como que o processo atua tanto individualmente quanto coletivamente e que inclui os processos de mudança nas relações de poder entre os indivíduos, por meio da consciência da realidade e de ferramentas de negociação ou vinculação entre as pessoas; Portanto, o empoderamento voltado para as mulheres permitirá que elas desenvolvam habilidades como conscientização, negociação e autonomia; além de uma mudança nas relações sociais para uma forma mais solidária e inclusiva e, portanto, para conquistar espaço ou cenário no qual estavam anteriormente excluídos.

2.2 EMPODERAMENTO: QUESTÃO DE GÊNERO

A cultura patriarcal dividiu o mundo em duas metades. Duas metades condenadas a existir, em feliz ou infeliz harmonia, nos limites intangíveis de uma sociedade em contínuo redesenho. A história do mundo foi escrita seguindo diretrizes bem definidas que foram se transformando à medida que os personagens conquistaram o protagonismo de sua própria realidade.

Este espaço hegemônico conforme Lisboa (2007), em duas metades absolutas estabeleceu as estruturas da civilização ocidental, fragmentou a Humanidade em duas partes desiguais e extremas, conforme destaca:

[...] Dois sexos, dois gêneros, dois espaços diferentes e um único olhar imperativo para imaginar e ordenar o mundo. Por meio dessa representação e leitura tributária do universo, foram definidos e avaliados quem somos e como nós devemos conduzir nos fluidos rigorosos e turbulentos da existência. Mulheres e homens. Homens e mulheres (LISBOA, 2007, p. 54).

Conforme o autor, ambos personagens ajustados à história heteropatriarcal, coexistiram entrelaçados e desunidos por normas, modelos e políticas castradoras, condensados em um poder supremo que os acorrentou, sem solução de continuidade, a uma identidade masculina ou feminina imposta e monolítica.

Neste contexto atual, Kleba e Wendausen (2007) falam de muitos dos saberes, pensamentos, discursos e exigências ao longo da história, feito por grandes mulheres - que a história fez desaparecer por poderosos interesses ideológicos - voltam a gozar de um presente que, infelizmente, nunca perderam, por mais que quisessem silenciar e tornar sua presença invisível.

No entanto, Deere e Léon (2002) colocam que, esses padrões tributários, arbitrários e condenatórios continuaram a se perpetuar, até que as mulheres puderam - unidas e reconhecidas no movimento revolucionário feminista, em diferentes sociedades e épocas - romper as correntes que as imobilizavam nas paredes da desigualdade e das sombras masculinas. Melo e Lopes (2012) discorrem que: “Paredes, aquelas onde seus direitos, sua autonomia e sua liberdade têm sido reduzidos constantemente”, em que recebem determinações de como devem viver, sentir e morrer. Paredes onde essas normas determinantes da própria existência foram estampadas e, sobretudo, para a convivência pacífica de ambos os sexos.

Oliveira (2013) explica que ao longo dessas convivências, mulheres e homens viveram sem um espaço neutro para se encontrar. Com suas diferenças e semelhanças, tem se perpetuado como seres desconhecidos sentindo inimigos mútuos, dissidentes, sem esperança de reconciliação, submersos e naufragados em contradições e ódios atávicos.

Mas, nesse turbilhão da desigualdade, da discriminação, no topo da hierarquia hegemônica, Baquero (2012) fala que apenas os homens brilharam com sua própria luz, a dos escolhidos para o domínio do mundo dividido em duas metades

desequilibradas. Os favorecidos, aqueles que têm maltratado mulheres de todas as raças, os desprezados de muitas maneiras, fazendo-as acreditar que são seres inferiores pelo simples fato de terem nascido mulher: “os homens aumentaram essa inferioridade até afundarem as mulheres quase abaixo do tipo de criaturas racional” (BAQUERO, 2012, p. 87).

Para Friedmann (2006), o mundo, foi dividido e atomizado em dois sexos, em dois gêneros, em duas visões simplesmente para justificar uma forma diferente de viver e se relacionar. Não é fácil escapar do binômio hegemônico sem sofrer as consequências de querer escapar das garras do patriarcado. É uma dicotomia hierárquica. É uma relação social de poder.

Conforme coloca Herriger (2006a):

[...] As mulheres desapareceram da História formal ao amanhecer, por magia, dentro das paredes de paralelepípedos de suas casas, construídas na imagem e semelhança das necessidades ideológicas, religiosas, culturais, sociais e crematísticas de uma sociedade que cunhou a história e se tornou masculina. (HERRIGER, 2006a, p. 135)

De acordo com o autor, nessa representação de biografias humanas, as mulheres não foram esquecidas, elas simplesmente foram excluídas das praças públicas do ¹heteropatriarcado. Foi um esquecimento orquestrado, premeditado, dirigido para ganhar poder, para valorizar o conhecimento, para não perder os privilégios de uma classe dominante que se estabeleceu como excelência e protagonismo acima do sexo feminino.

Segundo Vasconcellos (2003), persiste ainda uma linguagem neutra universal, estrategicamente, uma linguagem sexista que continua a tornar invisível a presença das mulheres no mundo. Tem sido importante resgatar, revalidar e comemorar as contribuições dessas mulheres no futuro do mundo social como um bem necessário para o empoderamento feminino.

Nessa questão de gênero, Taques (2006) coloca que o empoderamento deve ser visto como um processo de mudança pessoal e coletiva, que tem como consequência e como fim a transformação das relações de poder entre mulheres e homens. Para o autor, Empowerment, um conceito potente, estratégico, carregado de

¹ É um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênero masculina tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações sexuais.

positividade e que visa o desenvolvimento das capacidades pessoais e coletivas das mulheres.

Para Costa (2006) o empoderamento é uma estratégia para o acesso gradual das mulheres ao controle dos recursos materiais, financeiros, intelectuais e ideológicos.

Segundo o autor:

[...] o empoderamento só pode ser alcançado por meio da própria mulher. Reivindicar o corpo fortalece? Falar sobre o pessoal fortalece? E por último, mas não menos importante, a questão: o que significa o empoderamento das mulheres para os homens? (COSTA, 2006, p. 83).

Para o autor, todas essas questões vão sendo respondidas à medida que é feita a leitura da necessidade de a mulher estar presente na vida pública, ao conquistar os espaços negados onde são tomadas decisões que afetam e prejudicam todas as mulheres de qualquer sociedade. Esta exclusão histórica das mulheres dos espaços e assuntos públicos, que se definem como sendo de "interesse comum", porque apenas os interesses exclusivamente dos homens têm sido atendidos durante séculos.

A assinatura do contrato sexual em vários contextos, de acordo com Kleba e Wendhausen (2009) possibilitou argumentar e justificar a exclusão das mulheres do espaço público e institucionalizar a divisão sexual do trabalho, transformando a diferença sexual em diferença sociopolítica, que estabeleceria - de forma natural e determinista - a identidade feminina, legitimando o universo patriarcal de dominação submetendo as mulheres às diretrizes de seu gênero.

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho segundo Horochovski e Meirelles (2007) perpetua o fato de que as mulheres são condenadas a se dedicarem à reprodução social e ao provimento de recursos, tempos e afetos para que os homens ascendam às alturas do poder em qualquer espaço, tempo e categoria destinada, aqueles, à perpetuidade de sua linhagem genérica. Desta forma, confortável, os homens puderam ser e competir na arena pública, sem nenhum obstáculo perturbar suas experiências predestinadas ao triunfo e ao poder. Apesar das mudanças, essa divisão sexual do trabalho continua a ser a chave para as desigualdades entre mulheres e homens.

Nesse contexto sociopolítico, o empoderamento das mulheres é um processo necessário para que sejam formadas, valorizadas e reconhecidas como parte

substancial e obrigatória da construção de uma sociedade alternativa. Um processo de transformação, como aponta Teixeira (2015), por meio do qual cada mulher empodera e desenvolve a consciência de ter direito e de confiar na própria capacidade de atingir seus objetivos.

Portanto, o empoderamento é fundamental, dessa forma, para adquirir autonomia e força para deixar de ser objeto da história, da política e da cultura, deixar de ser objeto dos outros, ou seja, “deixar de ser para- outros, e passa a ser sujeito da própria vida, ser-para-si, protagonista da história, da cultura, da política e da vida social” (SANTOS, 2011, p. 6).

2.3 ADOLESCENTES E O EMPODERAMENTO DE CORPOS

A adolescência, segundo a Organização Mundial da Saúde, é o período da vida entre 10 e 19 anos, e constitui o segmento da população que desempenha um papel importante no potencial de desenvolvimento de um país. De toda a população brasileira, 1,8 milhão são adolescentes (IBGE, 2017) e deles, 49,24% correspondem ao sexo feminino. Da mesma forma, de acordo com os relatórios de 2017 do IBGE, do grupo de adolescentes de 15 a 19 anos, a taxa é de 62 adolescentes grávidas para cada grupo de mil jovens do sexo feminino.

Conforme relatório do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM, 2017), no período que compreendeu o estudo de 2015 a 2017: 10,5% foram mães, 3,5% engravidaram pela primeira vez e foi constatado um aumento de 4,6% na época de 6,0% no percentual de mulheres que tiveram a primeira relação sexual antes dos 15 anos e, das adolescentes que já estavam com companheiro, 6% já foram vítimas de alguma forma de violência sexual.

Segundo Ribeiro (2015), o baixo nível educacional alcançado pelas meninas é uma variável que influencia esses valores, portanto, o acesso a uma educação equitativa favorece a autonomia e a autoestima das mulheres, reduzindo a gravidez na adolescência e as taxas de fecundidade.

Para Eisenstein (2013), a maternidade na adolescência e a violência feminina são o reflexo de uma sociedade com acentuada desigualdade de gênero, questão de reconhecida importância, pelas repercussões sociais, econômicas e de saúde da mulher, em seu ambiente familiar e principalmente em seus projetos de vida.

Segundo Scott (2008), propor o corpo como espaço de intervenção na adolescência não é uma associação casual. A adolescência está ligada a uma série de mudanças biopsíquicas e conceituais em relação ao corpo e à experiência corporal. Esta proposta se baseia no fato de que o corpo e os comportamentos corporais são moldados pelo contexto social e cultural. Em outras palavras, o corpo faz parte de uma socialização da experiência corporal por meio da qual lhe são atribuídos significados e por meio da qual se estabelecem relações e comportamentos.

O corpo e a imagem que dele se projeta como afirma Cerqueira (2008, p. 45) “são indissociáveis da identidade social e pessoal, pelo que poderíamos falar de personificação de si”, em que consiste no processo de habitar o corpo, mostrar-se e perceber-se através dele; o corpo é a representação de quem somos e constitui um meio de realização e desenvolvimento pessoal, “uma vez que contém o substrato da nossa identidade” (ROSO; PARKER, 2002, p. 19).

Para Butler (2003) os corpos não podem ser pensados isoladamente ou assépticos, eles estão imersos em um tecido sociocultural e histórico. Nas palavras de Foucault (1980, p. 199) “o corpo está imerso em um campo político; as relações de poder operam uma presa imediata sobre ele, cercam-no, marcam-no, domam-no, submetem-no à tortura, obrigam-no a trabalhar, o obrigam a realizar cerimônias, exigem-lhe sinais”, partido dessa análise, o corpo é uma realidade construída, que desfoca seus contornos individuais para aparecer como um corpo social, do qual cada corpo singular é um exemplo.

Sobre a imagem corporal, Machado (2006) fala que as mulheres constroem uma com aceitação ou rejeição de certas áreas; fazem isso de acordo com suas ideias, cultura, autoestima, valores e afetos, em torno da sexualidade, da estética e do uso de seu próprio físico. Além disso, as mulheres vivem o mundo a partir de seus corpos, muito mais do que os homens, porque para o sexo feminino, “a vida se desenvolve em torno de um ciclo profundamente corporal: menstruação, menopausa, gravidez, parto, etc.” (SCOTT, 2008, p. 21).

O sistema patriarcal vivenciado pela sociedade brasileira, em que os sistemas tradicionais foram muito fortes, não esperava de a mulheres assumir o controle de seus corpos, ou seja, não tinham poder para exercer uma sexualidade livre e autônoma; o corpo feminino definido conforme indicado anteriormente, “é característico da decência e da moralidade” (ALBUQUERQUE et al., 2015, p. 122).

Segundo os autores:

[...] A mulher se torna seu ventre e assim cumpre a tarefa da sociedade: procriar filhos; ele se torna o envelope, o recipiente, a placenta e o leite de outros seres humanos. O mito cruza esse fato, de modo que o corpo grávido é um símbolo de negação do erotismo feminino. (ALBUQUERQUE et al., 2015, p. 122)

Segundo Albuquerque et al., (2015), a sociedade patriarcal incentivava as mulheres a se conformarem aos ideais estéticos masculinos, sobre como seu corpo deveria ser, dotando-se de atributos cosméticos que aumentam sua atratividade, de acordo com esses estereótipos impostos. Além dessas exigências estéticas, outra peculiaridade do corpo feminino é que ele foi disciplinado para a reprodução, portanto, “é considerado um corpo-para-outro, dado ao homem, ou para procriar” (ALBUQUERQUE et al., 2015, p. 123).

Simbolicamente, isso dificultou que as mulheres fossem consideradas um sujeito histórico-social, uma vez que foram constrangidas a um corpo que absolutamente não lhes pertencia.

Para Bourdieu (2002), na perspectiva de gênero, a cosmologia do mundo está intrinsecamente ligada a uma realidade do corpo, a uma "natureza". A dominância masculina é uma característica associada a pressupostos falocêntricos.

Assim, então, Bourdieu (2002) destaca que as construções sobre masculinidade e feminilidade são escritas sobre o corpo, na forma de máscaras sociais sobre emoções, controles, posturas, modos de caminhar. De certa forma, o corpo relacionado é referente à forma como o uso da força tem sido proposto, um exemplo disso seria falar da força superior da masculinidade, comparada à fragilidade física e emocional feminina.

Siebert (2005) fala das estratégias de resistência a esses paradigmas; as mulheres passaram a gerar opção de apropriação corporal. Entendida como uma emancipação interna, que lhes permitiram conceber o corpo como sua propriedade, e não como seu mediador.

Para a apropriação do corpo segundo Vieira (2005), é necessário reconhecer e abordar os sentimentos e emoções corporais (autopercepção), a identificação do que gera e do que não gera prazer que levará as mulheres a eliminar a concepção de “um corpo sem vontade e sem erros, para que surja o: corpo-para-mim, em relação aos outros” (ALBUQUERQUE et al., 2015, p. 122).

Atualmente, os corpos são vividos mais para a dor do que para o prazer, e o medo e a culpa são produzidos em face do prazer corporal. Tão perturbador quanto

isso é o fato de que o prazer se tornou um produto; vendido pelos poderosos e comprado por alguns, como discorre Scavone (2010):

[...] Se o corpo da mulher foi sexualizado em decorrência de uma estrutura de dominação, na qual ela é representada como um corpo invasivo, é altamente provável que as agressões venham de tal circunstância. É preciso entender como o direito constrói e reconstrói a masculinidade e a feminilidade. E no caso de leis criminais, especificamente, é importante ver não se os tribunais tratam homens e mulheres igualmente, mas como a lei e os tribunais interpretam as mulheres e como, por não fazerem parte da história oficial, são marginalizados. ...assim como trata de colocar o corpo feminino no âmbito dos debates políticos, reivindicando direitos, especialmente o direito à liberdade de escolha acerca de nossos próprios corpos (SCAVONE, 2010, p. 49).

De acordo com a autora, o corpo sexualizado da mulher ao longo dessa estrutura de dominação pelo sexo oposto, que prolonga a situação de marginalização, tanto em situações cotidianas quanto em confrontos, torna-se parte estrutural de suas experiências.

Em que se destacam a impunidade e a marginalidade; vitimização significa que, mesmo em situações especiais como a justiça de transição, as estruturas de dominação fazem com que situações reais de agressão sejam ignoradas. Ser vítima de um processo de justiça transicional em que não se faz um inquérito exaustivo sobre as condições particulares da agressão à mulher e não se procura criar uma verdade complexa que supere as propostas masculinas, apenas promove uma meia verdade: é a verdade de sujeitos neutros, “nos quais a feminilidade e suas realidades são escassas e falta uma proposta eloquente de verdade, justiça e reparação” (SCAVONE, 2010, p. 51).

Assim como é enfatizado por Foucault (1995), no que tange à condição feminina. igualmente compreendem que há relações em que o poder está congelado, saturado, não havendo mobilidade ou fluidez, o que caracteriza os estados de dominação. A dominação se dá, então, de forma assimétrica, desigual, linear e vertical.

Para Le Breton (2016), o corpo adquire corporeidade no discurso jurídico quando está sujeito a contingências que o ameaçam (adoecimento), o tornam vulnerável (infância), deterioram-se (velhice), impedem que seja produtivo ou se desenvolva adequadamente em sua vida e meio ambiente (deficiência etc.); ou eles se desviam do padrão social dominante sobre sexo e sexualidade (homossexualidade, hermafroditismo etc.).

Portanto, se o corpo masculino se conforma ao padrão ideal, ele se configura como território soberano e sujeito de direitos; se foge a essa norma, torna-se, em vez disso, um espaço a ocupar.

Conforme Almeida (2014), a representação, social, cultural do corpo, desde sua origem é veiculada por meio de um sistema de classificação por diferentes sociedades. O sistema sociocultural pede que as mulheres sejam jovens, magras e bonitas, aliás o ideal do corpo feminino é o denominado “tubular” segundo Goldenberg (2005a p. 102), isto é:

[...] quadris mínimos, cintura e barriga. Além de, peito generoso e nádegas. Mais difícil ainda, quando perde peso em algumas partes do corpo, justamente naquelas em que normalmente são consideradas aos olhos masculinos como atrativas, enquanto engorda em outras, ao mesmo tempo, deixando de ser feminina como é reconhecido pelos padrões de beleza (GOLDENBERG, 2005^a, p. 102).

Esta demanda corporal não pode ser considerada inocente, uma vez que está protegida sob um guarda-chuva unificador, que tenta fazer desaparecer a individualidade corporal.

As relações de poder e as produções da Verdade e do Sujeito estão absolutamente entrelaçadas com as questões de gênero. Historicamente, as relações de poder se associam à dominação masculina, daí a relevância da crítica de Foucault (2011) ao gênero, que desde a modernidade, o tabu sexual é substituído por uma verdadeira fermentação discursiva sobre sexo e sexualidade, na qual o corpo individual é internalizado pelos sujeitos por meio dos processos de enculturação e dos processos de institucionalização do corpo em que intervêm especialmente as normas jurídicas.

Nesse ponto, é necessário questionar as relações entre o significado social do corpo, a ordem social de gênero, como Bourdieu (2002) explica em *La domination masculine*,

[...] O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexual. O programa social de percepção embutido se aplica a todas as coisas no mundo e, em primeiro lugar, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é aquele que constrói a diferença entre os sexos biológicos de acordo com os princípios de uma visão de mundo mítica. Enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, inscrita por sua vez, juntamente com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, ou seja, entre os corpos masculino e feminino, e, muito especialmente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim aparecer como a justificativa natural para a diferença socialmente estabelecida entre os sexos. (BOURDIEU, 2002, p. 230)

Consequentemente, segundo o autor, a representação social do corpo de gênero conota uma certa relação de poder entre os sexos. O corpo masculino é, então, o símbolo da supremacia masculina, a fonte do domínio da experiência. O corpo feminino é, em contraste, o descritor de uma feminilidade que foi construída como uma identidade subalterna.

Nesse contexto, Lima (2013) fala que embora, atualmente a sociedade desfruta dos efeitos da revolução sexual e da contracepção, o imaginário social sustenta que os impulsos sexuais são característicos da masculinidade e, portanto, inadequados para as mulheres. Séculos de desigualdade configuraram subjetividades femininas sexualmente passivas, que aguardam a iniciativa do homem neste plano, “observando-se como submissas e complacentes, sem buscar seu próprio erotismo ou prazer” (SANTOS, et al., 2014, 412).

De acordo com Santos et al. (2014), para ressignificar o corpo da mulher, é necessário retornar ao erotismo como próprio, evidenciando-o nas diferentes áreas de sua vida. Mobilizar o corpo para o prazer, não só sexual, mas intelectual, social, laboral, estético, afetivo e político.

Conforme coloca Eisenstein (2013), porém, não se deve esquecer que prazer e sexualidade podem ser atos que representam interdependência, principalmente quando compartilhados com o parceiro; quando isso ocorre, vários processos e elementos que devem ser negociados irão intervir, como a frequência, intensidade e diversidade da relação sexual.

Para Muraro (2010), o erotismo e a sexualidade podem ser vividos dentro de um quadro de equidade e respeito aos próprios desejos e aos do casal. De fato, entre os resultados mais consistentes da literatura sobre esse aspecto, constata-se que “existe uma relação direta entre a satisfação sexual e a capacidade de comunicar-se na negociação” (MACHADO, 2006, p. 65).

Como exemplos de negociação, Machado (2006) cita as habilidades das mulheres de pactuar com seus parceiros o uso do preservativo, ou de alguma outra técnica que previna a gravidez; decidir se querem ou não fazer sexo; solicitar experimentação com outras práticas sexuais fora da relação tradicional; etc.

Desse modo, Roso & Parker (2002) explicam que se uma adolescente cresce subordinada às necessidades dos homens e a quem é negado o exercício da sexualidade e até mesmo o conhecimento do próprio corpo, torna-se uma vítima

potencial. Mas, essa vitimização já foi naturalizada pela dinâmica dos estereótipos de gênero; ser vítima já está pressuposto no conceito de ser mulher proposto pelo patriarcado. A violação da sexualidade feminina já é um processo natural, o que elimina a possibilidade de qualquer garantia legal ou moral dela.

Conforme Cerqueira (2008), a adolescência como o período de transição biopsicossocial que ocorre entre a infância e a idade adulta, onde ocorrem modificações corporais e adaptação a novas estruturas psicológicas e ambientais que levam a vida adulta, nas sociedades pós-modernas, os valores associados a ela desempenham um papel crucial. Dessa forma, os processos de construção social de gênero, do feminino e do masculino, estão associados a uma série de crenças e comportamentos conforme a cultura.

Para Kleba e Wendausen (2009), é importante a abordagem de empoderamento corporal como proposta voltada para a promoção da saúde da adolescente, que favorecem o desenvolvimento de comportamentos. Trata-se de realizar um empoderamento por meio da apropriação e transformação dos discursos e práticas do corpo a partir da formação na adolescência.

Portanto, o empoderamento corporal delineia um cenário interessante para uma educação e formação adolescente a partir do diálogo e da problematização dos corpos em transição (corpos adolescentes). Portanto, trata-se da consciência do corpo, na sua aceitação como livres para decidir diante de imperativos sociais e culturais que os privam dessa liberdade e as relações de poder em que estão imersos.

2.4 O CAMINHO PARA TER AUTONOMIA EM RELAÇÃO A SEXUALIDADE

Conforme a OMS/OPAS (2018), o empoderamento do adolescente é um processo pelo qual ela adquire autonomia de acordo com as diferentes fases de seu desenvolvimento. É expressa por meio da capacidade, autoridade e forma de tomar decisões informadas e implementar as mudanças que considerem necessárias (OPAS 2018).

Ferreira e Nogueira (2013) explicam que a adolescência é uma etapa especialmente importante no desenvolvimento de hábitos e habilidades que podem afetar a capacidade de lidar com a vida e o bem-estar das mulheres jovens, para as quais a promoção do seu empoderamento é relevante.

Melo e Lopes (2012) discorrem que na adolescência, a área relacionada à sexualidade que está ligada à saúde sexual torna-se relevante. Isso se refere à possibilidade de ter experiências sexuais agradáveis e seguras, livres de coerção, discriminação e violência.

Oliveira (2013) fala que, no entanto, a família e a sociedade não aceitam o direito das adolescentes à relação sexual, nem reconhecem o prazer como componente da sexualidade, o que leva a inscrever essas relações no campo da transgressão e do “proibido. Por outro lado, não informam sobre o assunto ou facilitar o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Como consequência, os adolescentes se sentem culpados, escondem que têm relacionamentos, negam seus sentimentos e desejos e não tomam cuidado para evitar doenças e gravidez indesejada (RIBEIRO, 2015; SANTOS e SILVA, 2014; OPAS/OMS 2018). Dessa forma, os adolescentes têm poucas chances de um exercício informado, livre e responsável de sua sexualidade.

De acordo com Ribeiro (2015), uma adolescente empoderada na área da sexualidade será aquela que reconhecerá seu direito de tomar decisões na área da sexualidade e, portanto, levará em consideração seus sentimentos e desejos de ter relações sexuais, usar preservativo ou anticoncepcional para prevenir infecções transmitidas sexo, HIV / AIDS ou uma gravidez não desejada.

Daí os benefícios do empoderamento sexual, para o qual é fundamental uma educação sexual com uma abordagem abrangente que vá além dos modelos moral-religiosos e biológicos e que também leve em consideração “a expressão de emoções e sentimentos, desejos sexuais, o cuidado com o próprio corpo e com o dos outros e é baseado na perspectiva de gênero e direitos humanos” (OPAS/OMS 2018).

Louro (2017) fala que a sociedade fez da sexualidade um tabu para os adolescentes, devido ao controle do desejo e do prazer e neles foi gerado o medo. Para o autor:

[...] A gravidez na adolescência é uma realidade atual criada por um sistema social que olha a sexualidade com desconfiança, como indica Foucault, o sexo deve tornar-se nas instituições de ensino um assunto público. (LOURO, 2017, p. 142)

Segundo o autor, para Foucault a questão da sexualidade não foi gerada nem na escola nem em casa. Bem, acredita-se que não se deve falar de sexo porque os jovens ainda são precoces.

Para Santos e Vieira (2018):

[...] O que se poderia chamar de discurso interno da instituição - aquele que fala para si e circula entre aqueles que o fazem funcionar - está amplamente articulado na constatação de que essa sexualidade existe, desde cedo, de forma ativa e permanente. Mas há mais: o sexo do escolar tornou-se durante o século XVIII - de uma forma mais particular do que o dos adolescentes em geral - um problema público. (SANTOS e VIEIRA, 2018: p. 155)

Como discorrem os autores, por isso, há uma série de discursos sociais sobre sexualidade em adolescentes, ademais, famílias e instituições de ensino não falam sobre essas questões porque não querem dar mais informações do que já sabem, pois existe a ideia de que adolescentes são precoces em relação à sexualidade. Por outro lado, a vigilância da sexualidade adolescente está baseada na ideia de controle do desejo e do prazer gerado pelo medo e a proibição. Assim, “começaram os discursos de poder que punem as mulheres por terem desejos e mais ainda pela gravidez” (FERREIRA, 2013, p. 123).

As diferenças sociais segundo Carvalho (2013), têm proposto a gravidez na adolescência como uma realidade, ou seja, em termos de situação econômica, as adolescentes de baixo nível socioeconômico não têm acesso a uma boa educação e a métodos contraceptivos. Da mesma forma, a sociedade coloca as adolescentes grávidas em desvantagem, “pois para elas há limitações nas oportunidades de trabalho e estudo” (LOURO, 2016, p. 63).

Os problemas sociais e de saúde associados à gravidez na adolescência e em geral sobre a saúde sexual e reprodutiva (SSR) neste grupo populacional, revelam o cenário segundo Aureliano (2015):

[...] contraditório de desenvolvimento e a fragilidade da autonomia nas decisões da adolescência, visto que, com poucas informações e falta de meios de prevenção juntamente com os agravos apontados no início da sexualidade, também é um grupo social altamente vulnerável pela baixa qualidade do ensino em saúde sexual e reprodutiva somada a ausência de políticas públicas efetivas e de impacto positivo para enfrentar as dificuldades nesta fase do ciclo vital. (AURELIANO, 2015, p, 82)

Para a autora, as situações de mudança e ruptura com relação à Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) na população adolescente são matizadas por antecedentes individuais e familiares e pelo tipo de socialização e educação que constituem o contexto social em que os comportamentos são socialmente valorizados,

por exemplo, a gravidez precoce é considerada um grave problema de saúde pública e um fenômeno social que deve ser contido a partir da abordagem preventiva da saúde e da educação.

Os adolescentes hoje conforme Farias (2011) reivindicam o direito à livre expressão da sexualidade como inerente ao seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que assumem práticas sexuais e reprodutivas que dificilmente coincidem com a responsabilidade que o direito à sua expressão aberta e "natural" acarreta, assumindo riscos e práticas que dificilmente coincidem com os cânones do desenvolvimento físico e emocional considerados adequados na etapa do ciclo vital e na medida dos parâmetros de saúde sexual e reprodutiva.

Do ponto de vista do adolescente, Ferreira (2013, p. 127) fala que “a sexualidade é um direito e o domínio do corpo uma consequência direta do privilégio da autonomia no crescimento”. É um ganho imenso para a construção de sociedades pluralistas e inclusivas, porém é preocupante que o exercício desse direito não seja entendido como um processo concomitante à saúde sexual e reprodutiva, que é onde parece ser o maior risco assumido pelos adolescentes, a respeito da iniciação e exercício da sexualidade: reivindicação do direito, mas desconhecimento do autocuidado em detrimento da possibilidade de exercício da autonomia das adolescentes em geral.

Albuquerque (2015) fala da tensão entre o início da sexualidade na adolescência e a mensuração da saúde sexual e reprodutiva para uma faixa etária com riscos específicos de morbimortalidade, constitui a maior preocupação quanto ao comportamento e discurso dos adolescentes sobre suas práticas sexuais, suas relações e interações o social e o estado de saúde mental e física percebidos como indicadores dos diversos processos e práticas que constituem essa teia de significados sobre a saúde sexual e reprodutiva na adolescência.

O empoderamento ou autonomia das mulheres de acordo com Baquero (2012) provou ser um fator central para o alcance de inúmeras metas demográficas, como melhorar a saúde das mulheres e reduzir a fertilidade em vários países, e o empoderamento também mostrou uma relação positiva com o uso de anticoncepcionais. Além disso, o autor menciona que, “o aumento da sua capacidade de decisão, especialmente na área da sexualidade e reprodução, é essencial para o sucesso dos programas populacionais” (BAQUERO, 2012, p. 97).

Em algumas pesquisas, o controle sobre o comportamento sexual e reprodutivo foi incluído como um indicador de empoderamento. Por exemplo, Melo e Lopes (2012) propõe como um dos critérios, para avaliar algum grau de autonomia das mulheres: o controle das mulheres sobre sua própria sexualidade e fertilidade, bem como formas de compartilhar a maternidade, entre mulheres e homens.

Portanto, o processo de mudar as relações de poder das adolescentes exige obter controle sobre as fontes de poder, inclui o seu empoderamento feminino como um processo pelo qual aumentam sua capacidade de configurar suas próprias vidas e seu ambiente; uma evolução na consciência sobre si mesmas, seu status e sua eficácia nas interações sociais, destacando os processos cognitivos, psicológicos e que fundamentam o empoderamento.

2.5 OS DESAFIOS DE UMA GRAVIDEZ NÃO PLANEJADA

A questão da gravidez na adolescência não só tem implicações na vida íntima das famílias, mas também faz parte dos debates políticos e educacionais. A chave para o sucesso da sexualidade adolescente é que eles conheçam os riscos e forneçam-lhes as armas para prevenir doenças e gravidez na adolescência. No entanto, ainda existem muitas barreiras para uma educação sexual eficaz.

Pires (2014) fala do crescimento que um indivíduo apresenta desde a infância é tão rápido em sua evolução e tão desconcertante que passa por diferentes fases sem ter um estado fixo.

Nessa idade, segundo a autora, dois períodos podem ser distinguidos: um denominado "puberdade" e o outro, a própria "adolescência". Se comparar a puberdade com a adolescência, pode ser observado que o primeiro período se refere mais diretamente ao aspecto fisiológico (físico-químico), caracterizado pela transformação "física e sexual" do indivíduo, e é definido pela aptidão para a procriação. O segundo período concentra-se no surgimento de características e fenômenos afetivos que determinam mudanças em toda a sua personalidade e se manifestam nas meninas pelo aparecimento da primeira menstruação (menarca) e nos meninos pelas primeiras ejaculações.

A adolescência segundo Trevisan (2015) é uma "época" que se estende por vários anos. O termo adolescência vem do verbo latino *adolescere*, que significa crescer, avançar, desenvolver-se, fortalecer-se e superar o período tutelar. Esse

termo traduz perfeitamente a essência do fenômeno, que é justamente o movimento, a evolução, a transformação e o momento dinâmico do desenvolvimento global que impulsiona o ser do nascimento à morte. A adolescência constitui a transição para a vida adulta e o ser mulher implica na atribuição sociocultural dos papéis de esposa e mãe.

Silva (2013) fala que a adolescência é, fundamentalmente, um período de rápido e intenso crescimento físico, acompanhado de profundas mudanças no corpo. Apresenta-se como um período de transição entre a infância e a idade adulta; começa na puberdade e se estende dos 13 ou 14 anos a 18 anos nas mulheres e dos 13 ou 14 anos a 20 anos, aproximadamente, nos homens. Inclui um “aproximadamente”, uma vez que são muitas as variáveis que afetam o seu desenvolvimento, como os processos socioculturais, geográficos, climáticos, ambientais, de inteligência, entre outros.

A partir da puberdade, conforme Santos (2011), inicia-se o processo de mudanças físicas que tornam a menina uma adulta capaz de reprodução sexual. Isso não significa, porém, que a menina esteja pronta para ser mãe. As consequências negativas a longo prazo da gravidez na adolescência podem ser resumidas em duas categorias principais: 1) aquelas que têm impacto na saúde e no crescimento da criança e 2) aquelas que correspondem ao desenvolvimento pessoal e à vida futura da própria adolescente.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016) identificou a gravidez como uma das prioridades no atendimento à adolescente, pois afeta tanto a saúde da mãe quanto da criança. A mortalidade materna na faixa etária de 15 a 19 anos nos países em desenvolvimento dobra quando comparada à taxa de mortalidade na faixa de 20 a 34 anos; é crescente a mortalidade de mães menores de 18 anos corresponde a 33% do total.

Segundo Pinto (2015), os riscos médicos associados à gravidez de mães adolescentes, como patologia hipertensiva, anemia, baixo peso ao nascer, parto prematuro, assim como nutrição insuficiente, determinam a elevação da morbimortalidade materna e um aumento estimado de 2 a 3 vezes no mortalidade infantil quando comparada com as faixas etárias entre 16 e 23 anos, 80% das crianças hospitalizadas por desnutrição grave são filhos de mães adolescentes.

Para Bravo (2015), a questão da morbidade na gravidez na adolescência pode ser classificada por períodos de gestação. No primeiro semestre, destacam-se o

aborto, a anemia, as infecções do trato urinário e a bacteriúria assintomática. De acordo com a autora, na segunda metade da gravidez ocorrem condições hipertensivas, hemorragias associadas a patologias placentárias, baixo ganho de peso com desnutrição materna associada, anemia, sintomas de parto prematuro, ruptura prematura de membranas, desproporção cefalopélvica devido ao desenvolvimento incompleto da pelve óssea parto materno e prolongado.

Para Trevisan (2015), os problemas de saúde dos filhos de mães adolescentes estão relacionados:

[...] ao baixo peso ao nascer, baixos escores no teste de Apagar, trauma ao nascimento, problemas neurológicos e risco de morte no primeiro ano de vida, que é duas vezes maior do que em outras idades maternas. O filho de mãe adolescente é, sem dúvida, um filho preocupante, pois é um ser cujo desenvolvimento se realiza sob a dependência de outro indivíduo que não o completou (TREVISAN, 2015, p. 91).

Diante da análise da autora, percebe-se que a gravidez na adolescência está associada a vários problemas biológicos, psicológicos e sociais, tanto para a mãe quanto para o filho. Há indicadores de que, no próprio grupo dos adolescentes, os menores de 15 anos são os que mais correm risco. Alguns desses riscos refletem a imaturidade física e psicossocial da adolescente, visto que “o desafio da gravidez e da maternidade para o desenvolvimento pessoal de qualquer mulher é agravado pelo da adolescência” (PIRES, 2014, p. 41).

Nesse entendimento, Bravo (2015) coloca que esta é uma fase de desenvolvimento que implica grandes mudanças físicas, juntamente com conflitos psicossociais e redefinições pessoais. No entanto, outros riscos aos quais a adolescente grávida e seu filho estão expostos não dependem necessariamente da idade da mãe, mas podem refletir uma série de condições de saúde, sociais, econômicas, psicológicas e familiares que são atribuídos à sexualidade precoce e desprotegida dessas jovens.

Talvez a convergência dos dois tipos de fatores de risco, tanto aqueles que não são inerentes à gravidez na adolescência como aqueles associados com este fenômeno, determinante tão importante para prestar cuidados e intervenção preventiva especial para este grupo de pacientes.

Pinto (2015, p. 76), as atitudes e expectativas da mãe adolescente em relação ao papel materno e à criação do filho “contribuem para a qualidade da relação que estabelece com todos a sua volta”. A importância disso reside no impacto da gravidez

na adolescência, que se inicia pelos riscos à saúde da mãe e do filho; esses riscos são maiores à medida que a idade da gestante é menor e, principalmente, quando as condições sociais e econômicas tornam os cuidados de saúde aquém do ideal. Além disso, o desenvolvimento social, educacional e econômico da jovem mãe também está em risco, fazendo com que seu filho nasça com grandes desvantagens.

Silva (2013) fala dos vários fatores comportamentais que aumentam o risco de gravidez em adolescentes; os jovens muitas vezes têm ideias vagas e distorcidas sobre a sexualidade e não esperam que o relacionamento sexual termine na gravidez; são naturalmente impulsivos e menos propensos a agir de forma planejada, como os adultos, e a procurar os serviços de saúde posteriormente.

Buscar e obter conselhos, orientações e serviços de saúde sexual e reprodutiva é muito difícil para um adolescente inexperiente. Foi demonstrado que, na maioria das vezes, a base de todo esse problema é de ordem psicológica, de modo que a baixa autoestima é sem dúvida o fator mais indicado e comprovado como agente fundamental e daí nasce a insegurança, o medo à rejeição, baixas aspirações na vida ou um déficit significativo no nível de controle emocional. Destas circunstâncias, derivam a maioria dos comportamentos de risco para uma gravidez precoce e, portanto, é necessária uma intervenção profunda na autoestima das adolescentes.

Todas essas questões, conforme apontam Kleba e Wendhausen (2009), no entanto, também criam desafios, como se sabe, não será possível promover o desenvolvimento humano de forma sustentada sem ativar, entre outros aspectos, o empoderamento feminino. Isso é entendido como o desdobramento da capacidade de ação que as mulheres possuem a partir do que valorizam e têm motivos para valorizar nas diferentes esferas da vida social, econômica e política.

Assim, embora o contexto atual sugira avanços significativos em termos de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres ao nível dos compromissos, ainda persiste a necessidade de gerar evidências rigorosas, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, sobre a situação do empoderamento das adolescentes, bem como os aspectos que podem contribuir para melhorá-lo.

Cerqueira (2013) explica que para a adolescente, a gravidez está associada a significativa desvantagem escolar, com empregos menos remunerados e insatisfatórios. “Quanto mais jovem for o adolescente ao nascer o primeiro filho, maior será a probabilidade do número de filhos subsequentes, portanto as consequências socioeconômicas serão mais drásticas” (CERQUEIRA, 2013, p. 82).

No plano psicossocial, também podem ocorrer consequências negativas, em termos de redução das alternativas de vida, dos conflitos familiares e da insatisfação pessoal. No caso da adolescente que ingressa como casal por gravidez, “o risco de problemas conjugais e divórcio é maior do que nos casais mais maduros (CERQUEIRA, 2013, p. 82).

As múltiplas formas de expressão nos diferentes estratos socioeconômicos qualificam de maneira especial as repercussões que a gravidez e a maternidade acarretam para a adolescente:

[...] Não é possível descrever um único perfil de personalidade na adolescente e tampouco uma alta frequência de instabilidade emocional encontrada quando está grávida. É relatado que tendem a apresentar características psicossociais que as colocam em desvantagem para enfrentar os desafios implícitos da maternidade e que provavelmente irão determinar em grande parte a forma como evoluem após o parto. (MURARO, 2010, p. 67)

Para a autora, a própria adolescência implica desafios e conflitos de acordo com a cultura e o estrato sociocultural. A busca por identidade tão comum entre algumas sociedades e subculturas pode ser menor em grupos onde os modelos sociais são mais definidos e as alternativas são relativamente limitadas. Apesar de possíveis diferenças culturais, deve-se destacar que, quando as mulheres iniciam a maternidade na adolescência, essa fase terá um impacto ainda mais decisivo em seu desenvolvimento psicossocial posterior.

Foi constatado que as características pessoais das adolescentes grávidas as distinguem de outras que não engravidam e que usam anticoncepcionais de forma adequada. Em geral, após a primeira gravidez, o conhecimento e o uso de anticoncepcionais são aumentados.

Oliveira (2013, p. 41), fala da importância da autonomia na tomada de decisões durante essa fase, “Isso está relacionado à capacidade de decidir, e também de ser capaz de realizar essas decisões”. Por outro lado, existem situações em que outras pessoas tomam decisões por elas, de modo que não tem controle sobre o curso de suas vidas.

Portanto, considera nessa fase, uma conquista aprender a tomar decisões e executá-las. Decisão sobre o corpo e a sexualidade. Por meio do trabalho escolar, motivar colegas de classe que façam o mesmo e lutem pôr um direito de acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Lutar contra os preconceitos e associações

implícitas que podem constituir um obstáculo não intencional e muitas vezes invisível à igualdade de oportunidades a partir dessa fase.

2.6 GRAVIDEZ X EMPODERAMENTO

A gravidez cada vez mais jovem está se tornando um problema social e de saúde pública global. Afeta todos os estratos sociais, mas predomina na classe socioeconômica baixa, em parte devido à falta de educação sexual e ao desconhecimento dos métodos de controle da natalidade. Quando falamos de gravidez na adolescência, referimo-nos a todas as meninas em uma idade em que ainda não são adultas e quando do ponto de vista biopsicossocial ainda não são adequadas para a maternidade.

A gravidez influencia a vida da adolescente segundo Santos et al. (2014), quando ela ainda não atingiu a maturidade física e mental. Associado a isso está o aumento das taxas de aborto em menores de 20 anos, que foram influenciadas por várias causas relacionadas à má educação sexual, tanto em casa quanto nas instituições de ensino.

Para Santos et al. (2014):

[...] A gravidez precoce constitui, na atualidade, um grande desafio. As consequências desse problema afetam a qualidade de vida da jovem mãe e de sua família, e determinam um risco significativo para seus filhos. A comunidade não escapa deste conflito, que de alguma forma está envolvida no desfecho deste dramático acontecimento. (SANTOS et al., 2014, p. 89)

Segundo o autor, a busca por um novo cenário, no qual adolescentes possam manter relações igualitárias, com valorização e respeito às desigualdades entre si, e com pleno conhecimento e exercício de sua sexualidade, passa por muitas tarefas. Tal como a prevenção da violência, a busca de relações de gênero equitativas e o empoderamento que envolvem não apenas os jovens, mas a sociedade em geral. Uma ferramenta particularmente valiosa está no empoderamento de adolescentes, homens e mulheres, pois permite que eles entendam e desenvolvam suas vidas a partir de uma perspectiva de equidade, acesso e controle sobre eles.

Por outro lado, Ribeiro (2015) fala que a adolescência é uma fase especialmente importante, tendo em conta o seu papel fundamental no desenvolvimento de hábitos e competências que podem afetar o bem-estar dos jovens

e a sua capacidade de enfrentar as várias circunstâncias que se apresentam ao longo da vida. Parece claro, então, que qualquer esforço no sentido de ampliar e maximizar as capacidades dos adolescentes e seu bem-estar constitui uma opção que merece ser explorada.

Para Oliveira (2008), o empoderamento é um processo relevante para o acesso de todos os adolescentes - homens e mulheres - a uma vida mais plena e com maior bem-estar, livre de violência e com possibilidade real de alcançar a saúde sexual e reprodutiva plena. Com a possibilidade de um exercício informado, livre e responsável, pleno de seus direitos e, em particular, de sua própria sexualidade.

Empoderamento implicaria, neste contexto, segundo Sardenberg (2009), fortalecer seu acesso à participação e controle da tomada de decisões sobre suas próprias vidas e sobre sua própria sexualidade.

Porém, ao mesmo tempo, não pode ser ignorado que as mulheres adolescentes são as que ocupam posição mais desfavorecida num quadro de marginalização e iniquidade, condição que também não é temporária ou modificada com a entrada na idade adulta, como no caso dos homens. Bravo (2015, p. 95), fala que é nessa medida, “elas, mulheres, devem ser o sujeito principal de qualquer política de empoderamento”, não apenas como instrumento de fortalecimento de sua saúde sexual e reprodutiva, mas também como meta desejável em si mesma.

Por outro lado, Scott (2008) sempre defendeu que a maioria dos instrumentos desenvolvidos para a mensuração e análise do empoderamento tem tomado como objeto de análise a mulher casada ou em união de facto, propondo diversos indicadores que tomam como contexto de referência a relação do casal. Portanto, ainda é “um desafio adotar essa perspectiva de empoderamento para enfrentar problemas como a saúde e a sexualidade dos adolescentes” (SCOTT, 2008, p. 152).

As iniciativas por parte do sistema de ensino segundo Teixeira (2015, p. 33), são importantes “para medir o empoderamento das adolescentes e para incorporar esse processo em programas de assistência social para esse segmento da população”, nesse olhar, como uma estratégia privilegiada para o cumprimento de metas sociais e demográficas, em particular, visa a prevenção e erradicação da violência no namoro e o desenvolvimento de uma agenda de saúde sexual e reprodutiva do adolescente de acordo com esses objetivos.

Nessa medida, Taques (2006, p. 88) fala que as adolescentes devem ser o sujeito principal de qualquer política de empoderamento, “não apenas como

instrumento de fortalecimento de sua saúde sexual e reprodutiva”, mas também como meta desejável em si mesma.

Por outro lado, Pires (2014, p. 87) afirma que “a maioria dos instrumentos desenvolvidos para a mensuração e análise do empoderamento tem tomado como objeto de análise a mulher casada ou em união de fato”, propondo diversos indicadores que tomam como contexto de referência a relação do casal. Portanto, ainda é um desafio adotar essa perspectiva de empoderamento para enfrentar problemas como a saúde e a sexualidade dos adolescentes.

Conforme Silva (2013), “nas últimas décadas, as altas taxas de fecundidade na adolescência na maioria das escolas no país têm chamado a atenção de autoridades públicas e pesquisadores”. A expansão do uso de anticoncepcionais por essa população, e em particular o uso consistente do preservativo (masculino), tem sido considerada como o fator chave não só para a prevenção da gravidez na adolescência, mas também para a prevenção de infecções de transmissão sexual (DSTs).

No entanto, apesar dos inúmeros esforços e iniciativas, os jovens continuam a fazer uso pouco e inconsistente do preservativo. As taxas de uso de anticoncepcionais, embora já relativamente altas, segundo Pinto (2015, p. 56), coexistem com altas taxas de gravidez na adolescência e, ao mesmo tempo, “os jovens entre 14 e 24 anos surgem como o grupo populacional mais afetado no país por infecções sexualmente transmissíveis”.

Albuquerque (2015) fala de pesquisas recentes sobre o tema que tem focado sua atenção nas altas taxas de gravidez na adolescência e na alta prevalência de infecções sexualmente transmissíveis nesse grupo da população e tem prevalecido uma abordagem do assunto sob uma perspectiva de risco, principalmente epidemiológico. As soluções propostas, aparentemente óbvias, segundo o autor, têm se pronunciado em grande parte no sentido da ampliação do conhecimento e do uso de anticoncepcionais entre os adolescentes, com particular destaque para o uso do preservativo.

No entanto, Loro (2016) fala que, embora o conhecimento e o uso de anticoncepcionais sejam elementos claramente centrais na redução do número de gestações e infecções sexualmente transmissíveis entre os jovens, “é óbvio que o alcance desses objetivos requer uma abordagem mais abrangente do problema” (LOURO, 2016, p. 73).

As dificuldades de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes conforme Ribeiro (2015):

[...] são a expressão de um problema substancialmente mais profundo: o débil reconhecimento, pela sociedade, dos direitos sexuais e reprodutivos dessa população, que se reflete nos múltiplos obstáculos colocados das normas e instituições sociais ao exercício sexual dos adolescentes, e que afetam profundamente a forma como compreendem e vivem sua sexualidade. (RIBEIRO, 2015, p. 91)

Nesse sentido, o autor chama atenção para o fato de que é possível localizá-lo como um grupo particularmente desempoderado diante dessa dimensão de suas vidas. Inquestionavelmente, as diferenças de gênero também desempenham um papel complexo e determinante na forma como os adolescentes assumem sua sexualidade, dificultando o desenvolvimento de uma vida sexual plena e controlada, e de forma muito particular no caso delas. As mulheres - não apenas as jovens - enfrentam um quadro normativo muito mais censório e controlador de sua sexualidade e seu exercício do que os homens, o que incentiva o desenvolvimento de menos controle dessa dimensão da vida.

Roso & Parker (2002), explicam que o poder de barganha do casal é um aspecto que claramente limita a possibilidade de uso de anticoncepcionais em ambos os membros do jovem casal, mas principalmente no caso das mulheres, para quem o modelo dominante de feminilidade e as normas socioculturais reservam um papel passivo, inocente e quase oposto ao desejo sexual.

Melo e Lopes (2012) colocam que mulheres jovens com maior poder de decisão junto aos seus parceiros, têm cinco vezes mais probabilidade de relatar o uso consistente de preservativo do que mulheres jovens com baixo poder de decisão. Por outro lado, e intimamente ligada a todos esses elementos, encontramos a violência no namoro como outro fator que afeta diretamente as possibilidades de estabelecer relações de igualdade e confiança entre os membros do casal, “limitando assim as relações e possibilidades de estabelecer interações sexuais livres e satisfatórias” (MELO; LOPES, 2012, p. 61).

O empoderamento é uma ferramenta privilegiada que pode contribuir por si só para o pleno desenvolvimento e bem-estar das adolescentes, podendo ainda servir como mecanismo de prevenção e erradicação da violência no namoro, bem como para otimizar a saúde sexual e a reprodutiva das jovens. No caso das adolescentes do sexo feminino, o processo de empoderamento também representa a possibilidade

de transformar e eliminar as condições de desigualdade de gênero e sua subordinação aos homens em todas as esferas da vida.

Já para Naomi (2015), o empoderamento se caracteriza na construção da pessoa; no qual: acreditar nas pessoas que o compõem; proporcionar um clima de crescimento e confiança. Em um sentido amplo, “o empoderamento é entendido como um processo por meio do qual as pessoas adquirem o controle sobre suas próprias vidas” (RAPPAPORT, 1984) ou, expresso de outra forma, como uma expansão da capacidade das pessoas de tomarem decisões estratégicas para suas próprias vidas. A vida em um contexto em que essa capacidade lhes era negada anteriormente.

No caso das adolescentes, falar em empoderamento implica fornecer-lhes ferramentas que lhes permitam desenvolver plenamente as suas capacidades e aspirações, movidos por uma atitude fundamental de respeito pelos seus direitos, promovendo a sua plena participação na sua família, escola e meio social, garantindo sua saúde física e mental e protegendo-as contra a violência e a discriminação.

Empoderamento é compreendido como um processo multidimensional que inclui diferentes dimensões que, embora fundamentalmente ligadas, podem se desenvolver de forma relativamente autônoma, de forma que, “uma pessoa pode ter altos níveis de empoderamento em uma ou algumas dimensões, mas baixo em outras” (LEAL, 2015, p. 29).

O empoderamento de adolescentes, segundo Toneli (2012, p. 98) refere-se a diferentes elementos como:

[...] empoderamento psicológico (autoestima, autoconfiança), empoderamento social (sentimento de pertencimento, participação em atividades comunitárias), atitudes em relação papéis de gênero e empoderamento sexual (autoeficácia, senso de controle durante as relações sexuais). Até agora, os aspectos mais destacados na literatura como elementos centrais do empoderamento das adolescentes têm sido a autoestima, o poder nos relacionamentos e o poder sexual.

Essas diferentes dimensões colocadas pela autora, respondem a elementos validados como aspectos centrais para um desenvolvimento e desempenho ativo, integrado e saudável das adolescentes, em que deve ser enfatizado que o empoderamento só pode ser associado a uma modalidade de participação que incentive as pessoas a adquirir uma consciência crítica, organizar, decidir e agir por conta própria para dar uma solução para seus problemas.

Portanto, as relações de poder podem ter um efeito direto sobre a capacidade das jovens de adquirir informações sobre sua saúde reprodutiva, sua capacidade de tomar decisões relacionadas à sua saúde e sua capacidade de tomar medidas para proteger ou melhorar a saúde daqueles que dependem delas. Nesse caso, o empoderamento deve contribuir para a modificação dos processos e estruturas que dão origem à subordinação da mulher como gênero, devem estimular e desenvolver a confiança e a capacidade individual, bem como destruição da internalização da opressão.

2.7 SITUAÇÃO EDUCACIONAL DAS ADOLESCENTES GRÁVIDAS

A gravidez na adolescência gera graves consequências na garantia dos direitos das adolescentes, Para Sousa, et al. (2018), a educação é um dos direitos mais afetados, pois uma gravidez nesta fase acarreta absenteísmo, deserção ou repetência escolar, situações que colocam em maior desvantagem a essa população, na medida em que reduz as chances de inserção no mercado de trabalho e praticamente as obriga a permanecer relegados à esfera privada.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC, 2018) para o ano de 2018, pela Organização dos Estados Ibero-americanos e pela Faculdade Latino Americana de Ciências (FLACSO, 2018) trouxeram informações que 18% das jovens brasileiras grávidas abandonam a escola, a maior parte delas pertencendo as escolas públicas e estavam matriculadas no 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental, outro número considerável estava no ensino médio, para o ano de 2017 (IBGE, 2017), 12% abandonaram as salas de aulas de acordo com as informações prestadas.

Sobre esses dados (MEC, 2018) encaminham para a necessidade de políticas educacionais, que contemplem a evasão escolar dessas adolescentes relacionadas à gravidez indesejada. Em relação ao tema que foi tratado pelo MEC (2018), foram convidados o consultor em educação sexual: Marcos Ribeiro e a pediatra do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Nesa/Uerj), Regina Abramovitch Katz, pediatra do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Nesa/Uerj). O Consultor Marco Ribeiro fala da importância da discussão e reconhecimento legal da sexualidade na escola por meio do Projeto Político Pedagógico, pois segundo ele: “[...]”

A sexualidade caminha pelos corredores das escolas, é centro das discussões no pátio, mas não está, por exemplo, no projeto político pedagógico das instituições escolares (RIBEIRO/MEC, 2018, p. 1).

Diante da fala do autor, é importante para um país como o Brasil, que as escolas adotem um programa de educação sexual para que os adolescentes em geral, conheçam sua sexualidade e evitem uma gravidez indesejada, mas para que isso seja de fato e de direito, deve ser inserido na proposta do PPP. Segundo Ribeiro (2015), os jovens vêm para o exercício da sua sexualidade “cegos”, pois alguns pais ainda consideram que a ignorância do material sexual é uma virtude da proteção.

Um aspecto relacionado que encaminha para a evasão escolar de adolescentes grávidas conforme Cardoso et al. (2017), é a discriminação e o estigma que é gerado em relação a essa população, uma vez que uma gravidez tão jovem é malvista pela sociedade. Essa estigmatização é particularmente danosa na medida em que a gravidez na adolescência implica em uma violação de direitos que as transforma em vítimas e que, em muitos casos, podem ter sofrido diferentes níveis de agressão e violência.

De acordo com Vieira (2017), do ponto de vista sociocultural, a adolescente grávida limita suas oportunidades de estudo e trabalho, pois grande parte delas é obrigada a abandonar a rede de ensino, ficando a adolescente com baixíssima escolaridade, que não lhe permite ter acesso a um emprego digno e que satisfaça pelo menos suas necessidades básicas.

Essa situação é agravada pela condição de mãe solteira em que a maioria dessas adolescentes permanece, pois o casal geralmente é um adolescente ou jovem que não assume sua responsabilidade parental, ocasionando uma situação de abandono emocional, econômico e social na mãe e filho.

Para Chacham (2012), do ponto de vista sociocultural, a jovem grávida reduz suas possibilidades de escola e trabalho, a tal ponto que a maioria dessas meninas tende a abandonar os estudos, este resulta no abandono escolar dos alunos devido a problemas que surgem dentro da família ou a frases e assédio de colegas:

[...] Manifesta-se nos lares, estabelecimentos de ensino ou no ambiente onde vivem, não existe uma orientação adequada sobre a questão da sexualidade e que o adolescente não tem essa situação muito clara, sobre as consequências da gravidez em jovens em idade precoce, incluindo doenças da transmissão sexual. (CHACHAM, 2012, p. 389)

São situações, que segundo o autor, em relação ao abandono escolar, essa falta de informações é descrita como um fator que está atrelado à gravidez em adolescentes jovens, expondo-se a maiores condições de discriminação e desigualdade em que é estigmatizada.

Isso significa que a adolescente, conforme Silva (2013, p. 34) se estiver estudando, “é vista como má influência para o restante de seus colegas e como má imagem para a instituição de ensino onde se educa”, a gestante por causa da sua situação está mais preocupada com seu estado do que com as notas que obterá, o que leva a faltas constantes às aulas ou ao abandono dos estudos escolares, dificultando a oportunidade de emprego ou a obtenção de um diploma acadêmico.

A decisão que a adolescente toma segundo Pires (2014), ao abandonar a escola, que provavelmente ocorre frequentemente durante os primeiros meses de gestação, isso devido a problemas familiares relacionados à gravidez, dificuldade de comunicação com os pais, desinteresse pela educação ocasionada pela renda econômica ou ausência no horário de aula. Por isso é necessária uma educação em valores, pautados na sexualidade e no controle das atividades sexuais, que ajudem a fortalecer e a responsabilidade no momento da gravidez. Os pais são pilares fundamentais, por meio do diálogo devem ser uma fonte constante de relacionamento interpessoal e conversar com os filhos de forma aberta, mas com todo o respeito que a sexualidade merece.

Nesse caso, Trevisan (2015) fala que sendo a instituição de ensino parcialmente responsável pelo manejo da sexualidade, assim como é importante a comunicação por parte dos pais, que devem transmitir confiança e segurança para que possam se expressar com total sinceridade e franqueza, progredindo em suas responsabilidades.

Para o autor:

[...] As instituições educacionais devem entender que têm um papel importante nas situações em que adolescentes engravidam, por isso é necessária uma socialização entre professores e alunos em temas como sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, virgindade, etc. ., que fortaleçam o aprendizado e o desenvolvimento de suas capacidades com altos níveis de respeito e estima, com informações significativas e que façam seus alunos refletirem em um novo contexto social que deve ser criado, que facilita a abordagem da sexualidade dentro da sala de aula. (TREVISAN, 2015, p. 79)

Muitas adolescentes conforme discorre o autor, quando engravidam param de se expressar na escola e permanecem em silêncio para atrair menos atenção para si.

Embora possa não ser uma escolha consciente, lenta e insidiosamente, não falar o que pensa pode levar a uma desconexão de sua verdadeira identidade. E o desenvolvimento da identidade para Farias (2011) é fundamental no desenvolvimento dos adolescentes.

Quando os adolescentes deixam de ser autênticos para se manterem conectados com outras pessoas, “eles não conseguem desenvolver um verdadeiro senso de identidade, situação que pode causar problemas posteriormente” (FARIAS, 2011, p. 54).

Carvalho (2013) fala que é importante apoiar as adolescentes para que possam manter “sua voz”, que é fundamental para elas e seu empoderamento. A maneira como as adolescentes entendem, aceitam e lidam com suas mudanças de desenvolvimento tem muitas implicações para sua saúde e bem-estar à medida que se tornam mulheres.

O empoderamento da adolescente de acordo com Bravo (2015) deve ser trabalhada no espaço escolar, pois contribui para que possa adquirir maior controle sobre sua própria vida, seu corpo e seu ambiente; este processo engloba vários aspectos, como a liberdade de movimento e ação (autonomia), a participação nos processos de tomada de decisão (poder de decisão), o acesso e controle das suas ações, a ausência de violência contra ela, acesso à informação e igualdade jurídica entre outros.

Portanto, abordar essas mudanças de forma positiva permitirá que elas se tornem uma jovem saudável, autoconfiante, consciente de sua personalidade, com capacidade de se afirmar para interagir com os outros de forma autêntica e compatível consigo mesma e, portanto, saudável. É importante que a escola comece desde muito cedo, a fim de aproveitar o sentimento adolescente de empoderamento que existe durante a pré-adolescência como um ponto crítico para apoiar seu desenvolvimento saudável.

Se as adolescentes perdem sua voz, seu senso de identidade, sua autoestima e sua capacitação, sua saúde pode estar seriamente comprometida. As intervenções para aumentar o senso de autoestima, confiança e autoconsciência das meninas adolescentes deve começar em uma idade muito jovem. É igualmente importante que os pais, a família e a sociedade apoiem e incentivem as adolescentes a expressarem sua identidade e opiniões. No capítulo será abordado os aspectos políticos sobre o assunto.

Capítulo 3
ASPECTOS POLÍTICOS

CAPÍTULO 3- ASPECTOS POLÍTICOS

3.1 ASPECTOS INTERNACIONAIS SOBRE O EMPODERAMENTO FEMININO E GRAVIDEZ PRECOCE

A gravidez na adolescência tem um efeito profundo na trajetória de vida das adolescentes. Rawat (2014) coloca que seu desenvolvimento psicossocial, está associado a maus resultados de saúde para as adolescentes e seus filhos, tem um impacto negativo em suas oportunidades educacionais e de emprego e contribui para perpetuar os ciclos intergeracionais de pobreza e saúde precária.

Apesar do recente crescimento econômico e progresso social em várias frentes que foram alcançados na América Latina, Motowidlo (2016) fala da taxa da fecundidade das adolescentes ainda é excessivamente elevada, a segunda maior do mundo, com grandes desigualdades entre países e dentro deles. O autor coloca que, adolescentes de famílias no quintil de riqueza mais baixo, com um nível educacional mais baixo, e de comunidades como os povos indígenas e afrodescendentes têm taxas de gravidez desproporcionalmente altas. Também é muito preocupante a tendência de aumento da gravidez em meninas menores de 15 anos.

Os compromisso realizados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Estratégia Global para a Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (2016-2030) segundo Oldman (2014), exortam todas as partes interessadas a trabalhar por um mundo em que cada mulher, criança ou adolescente, em qualquer ambiente deve estar ciente de seus direitos à saúde e ao bem-estar físico e mental, ter oportunidades sociais e econômicas, e uma plena participação na configuração de uma sociedade próspera e sustentável.

Conquistas na América Latina, como coloca Anderson e Whiting (2016), bem como experiências em outras regiões com níveis de desenvolvimento semelhantes ou inferiores, mostraram que a gravidez na adolescência pode ser rapidamente reduzida. A partir de consultoria técnica internacional e experiências documentadas em vários países (Brasil, Argentina, Chile), pode ser conhecida as estratégias que funcionam para prevenir a gravidez na adolescência. Há evidências de crescimento para enfrentar com êxito os desafios de saúde pública. Penna (2015), fala que o continente americano é o líder mundial em eliminação de doenças evitáveis por vacinas, como o sarampo; na eliminação da transmissão de mãe para filho do vírus da imunodeficiência humana (HIV); e na concepção de respostas rápidas e eficazes aos

desafios emergentes, como infecção pelo vírus Zika. Ao aplicar o mesmo compromisso e lições aprendidas ao abordar outros desafios de saúde pública para a gravidez na adolescência, pode ser ajudado a reduzi-los.

A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS, 2016), o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA, 2016) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2016) realizaram uma reunião de consulta técnica de dois dias em 29 e 30 de agosto de 2016, a fim de avaliar a situação e chegar a um consenso sobre abordagens estratégicas e ações prioritárias em relação aos programas nacionais, que devem ser abandonados aqueles que não está funcionando e deve expandir ou reforçar o que funciona, a fim de alcançar efetivamente meninas adolescentes que vivem em condições de vulnerabilidade. Isto é, devem ser protegidos da violência sexual, e as iniciativas também devem incluir homens (adultos e menores) para envolvê-los na proteção e empoderamento de meninas e adolescentes. Eles devem ser gerados para todos as menores, incluindo mães adolescentes, oportunidades de se educar, criar um futuro e participar de a sociedade.

Conforme O'Neill (2015), esse compromisso envolve, os governos nacionais e internacionais, que devem cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança e adolescentes, na Declaração do México, o Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento em 2018, as metas de acesso universal à saúde e cobertura universal de saúde e os ODS; e os parceiros internacionais devem colaborar com todas as partes interessadas para acabar com a injustiça da gravidez na adolescência.

Para Rawat (2014), o desenvolvimento e a participação significativa dos países nesses eventos, permitem respaldar os adolescentes para que adquiram conhecimentos e habilidades, desenvolvam competências, ampliem as aspirações e ganhem confiança. A participação promove as capacidades dos adolescentes para o engajamento cívico, organização coletiva, tolerância e respeito pelos outros. As sociedades exigem cidadãos com compreensão, habilidades e compromisso para promover a responsabilidade e a boa governança. O autor, fala que a participação permite que os adolescentes desenvolvam essas capacidades - começando com as negociações sobre a tomada de decisões dentro da família, até a resolução de conflitos na escola, contribuindo para o desenvolvimento de políticas em nível local ou nacional e desenvolvendo seus próprios clubes, conselhos e parlamentos.

Capacidade aprimorada pode também contribuir para reduzir o abandono e melhorar empregabilidade e consequentemente, o empoderamento.

Em nível internacional, Louro (2016) fala de diferentes pesquisas têm sido realizadas que abordam a relação entre empoderamento e comportamento reprodutivo. No Canadá, um estudo foi realizado por Trevisan (2015) com o objetivo de definir dados de base sobre empoderamento. Dessa forma, estudou os correlatos de empoderamento e analisou seu efeito sobre a necessidade não atendida de contracepção, usando como indicadores de empoderamento: a participação das mulheres na tomada de decisões e a liberdade de movimento. A estudiosa do assunto descobriu que a escolaridade era o principal indicador da situação das mulheres e que, embora essas mulheres com poder eram mais propensas a usar contraceptivo, a escolaridade delas previu como resultado: "necessidade satisfeita", uma vez que os fatores tradicionais e a influência da comunidade foram mantidos como poderoso. Neste estudo, em quase metade das mulheres, o marido decidia se usava ou não método contraceptivo, e menos de 1% das mulheres usava método contraceptivo antes do primeiro filho.

De acordo com os resultados de uma pesquisa realizada por Every (2015), no Egito, o nível de empoderamento das mulheres cresce significativamente com a educação, concluindo que a relação dos indicadores de empoderamento e a necessidade e uso de anticoncepcionais, em combinação com a educação, prediz melhor o uso de anticoncepcionais, do que apenas educação. Em outro estudo realizado no mesmo país por Hilgartner (2018), usando três índices de autonomia: o tradicional (a tomada de decisão está relacionada à procriação e educação), o não tradicional (decisões fora dessas áreas) e o que foi feito (autonomia atual como a liberdade de movimento), constatou então que as mudanças na autonomia não tradicional estavam mais relacionadas ao uso de anticoncepcionais do que os outros dois índices.

Da mesma forma, James e Prout (2017) estudaram duas comunidades no Nepal que diferiam nos níveis de autonomia das mulheres e descobriram que as mulheres que viviam na população com maior nível de autonomia, tinham menos filhos e usaram mais anticoncepcionais do que as mulheres que vivem na outra comunidade.

Em Bangladesh, segundo Walby (2017), foi realizado um estudo para analisar como diferentes fatores sociodemográficos (incluindo a idade da mulher, escolaridade,

ocupação, renda e residência) afetavam a fertilidade por meio de duas variáveis intermediárias: tomada de decisão e uso de anticoncepcionais. Dentro dos resultados obtidos o autor constatou que a escolaridade da mulher foi decisiva, e a permanência em área urbana relacionou-se à baixa fecundidade, alta autonomia e amplo uso de anticoncepcionais, além de alto nível socioeconômico associado ao empoderamento da mulher e a dominância masculina foi negativamente associada ao uso de anticoncepcionais (passado e atual).

Pender, Murdaugh e Parsons (2016) usou dados do Zimbábue para explorar as implicações do empoderamento feminino em duas ações: uso de anticoncepcionais e cuidado pré-natal, descobrindo que o uso de anticoncepcionais estava positivamente relacionado ao número de posses, o número dos filhos vivos, do emprego da mulher e da educação do homem, além do empoderamento impactar no uso de anticoncepcionais, pois as mulheres trabalhadoras eram mais propensas a usar anticoncepcionais, mas menos propensas a frequentar os serviços de pré-natal.

Existem outras investigações que relacionam variáveis como autonomia ou status com o comportamento reprodutivo. Por exemplo, Ray (2016) estabeleceu várias hipóteses pelas quais a autonomia da mulher pode diminuir a fertilidade, entre as quais estão as seguintes: a falta de autonomia física pode bloquear o acesso aos serviços de saúde reprodutiva ou em famílias onde os homens desejam mais filhos, um fortalecimento do poder de decisão das mulheres pode reduzir a fertilidade.

Rawat (2014) constatou que tanto a educação das adolescentes e jovens quanto a autonomia são determinantes no uso de anticoncepcionais, pois não encontrou um efeito da liberdade de movimento sobre o uso de anticoncepcionais entre alguns grupos de mulheres do sul da Ásia.

Motowidlo (2016) consideram o status das mulheres o maior determinante do perfil demográfico da Índia e recomendam que a capacidade política e a autonomia das mulheres sejam aumentadas para reduzir os nascimentos e as taxas de natalidade mortalidade. Além disso, alguns pesquisadores têm estudado as inter-relações entre o exercício dos direitos humanos, o bem-estar subjetivo, a autoeficácia e as decisões reprodutivas.

A pesquisa realizada por Oldman (2014), começou a reconhecer a importância das relações de poder baseadas nas diferenças de gênero desde a adolescência nos processos de tomada de decisão, através dos quais a reprodução é determinada. Da mesma forma, O'Neill (2015) afirma que o papel desempenhado

pelas mulheres na tomada de decisões no domicílio é uma variável que define as formas como a participação econômica e a fecundidade estão relacionadas. Além disso, o empoderamento tem sido usado como uma estratégia para aumentar o uso de anticoncepcionais, um exemplo disso foi uma intervenção realizada no Nepal, em que Oldman (2014) fala de um modelo de empoderamento realizado por voluntários de saúde comunitária (FCHV), que foi desenvolvido para facilitar a aceitação e o uso de anticoncepcionais em mulheres casadas em idade reprodutiva, por meio do empoderamento destas. O autor explica que os voluntários foram treinados para aconselhar desde as adolescentes em suas comunidades sobre planejamento familiar e saúde materno-infantil, o que ajudou a eliminar algumas barreiras culturais. Como algumas das causas da baixa aceitação de anticoncepcionais eram falta de conhecimento, medo de afetos secundários e percepção de baixo risco de gravidez, foi necessário capacitar as mulheres, conscientizando-as sobre sua fertilidade e desenvolvendo sua capacidade de controlar a vida reprodutiva.

Também foram realizadas pesquisas na América Latina segundo Hultin (2013) que relacionam essas variáveis. Por exemplo, o autor estudou a relação entre controle de renda, poder conjugal e gênero, concluindo que a proporção de renda controlada por mulheres tem efeito direto sobre a fecundidade e tomada de decisão em casa e na autoestima. Em outro estudo, realizados no Chile, por Monaco (2012), sobre o uso de métodos anticoncepcionais em jovens de setores populares:

[...] as mulheres foram unânimes sobre a necessidade de usar métodos que evitem a gravidez. Quase inteiramente, elas declararam não confiar nos métodos naturais aconselhados pela igreja, consideraram-nos “a melhor forma de engravidar”. Em vários grupos, recusaram-se a considerar que existiam “métodos abortivos”. Comprimidos e dispositivo intrauterino parecem ser os métodos mais utilizados. (MONACO, 2012, p. 87)

Segundo o autor, embora relatem problemas com os métodos utilizados, poucos fazem referência ao uso de preservativo, que aparentemente é usado pelas mulheres mais jovens e “mais escolarizadas”. A contracepção é vista como uma responsabilidade das mulheres, já que entre todas as entrevistas há apenas um caso de homem que fez vasectomia. Apesar da difusão que tem o uso de métodos, em todos os grupos, finalmente, procura-se melhor informação. Vários mitos surgem em torno de sua adequação: tira o apetite sexual, causam câncer, prejudicam o corpo, falham.

Lansdown e Mayall (2016), relatam que outro fator que influencia é o econômico na Argentina, pois o custo do dispositivo intrauterino é apontado como um entrave para seu uso. Um terceiro fator que influencia é a atitude masculina, o escasso uso de preservativo e de vasectomia somam-se ao desejo expresso das parceiras de ter muitos filhos ou de evitar que a mulher amarre as trompas ou tome anticoncepcionais. Em um depoimento, a mulher que toma anticoncepcional é comparada a “hortelã, cortam as folhas e você nem percebe” onde “ela pode andar de um lugar para o outro e eu nem percebo que ela está com outros senhores tendo relações sexuais”. Aqui, “o controle que o homem exerce sobre o corpo e a sexualidade da mulher por meio da fertilidade aparece explícito” (LANSDOWN E MAYALL, 2016).

No México, Moss (2017) conduziu uma investigação sobre mulheres de Yucatán de áreas urbanas e rurais. A amostra foi composta por 60 mulheres, atuando em duas faixas etárias: 15 a 25 anos e 35 a 44 anos. Um questionário foi usado como um instrumento para medir empoderamento, informação e atitude sobre sexualidade e AIDS. Os resultados indicam que existem diferenças por local de residência, sendo que as mulheres urbanas apresentam maior empoderamento na dimensão cognitiva e autoestima, além de maior nível de informação e atitude favorável em relação à sexualidade e a AIDS. Além disso, foi encontrada correlação positiva entre a dimensão cognitiva, relações equitativas, autoestima e o nível de informação e atitude em relação à sexualidade e HIV/AIDS.

O método contraceptivo mais utilizado foi a salpingoclasia², (40%) seguida de pílulas (15%), enquanto 26,7% não utilizavam nenhum método. Com relação ao uso de preservativo, 68,3% do total da amostra não o fez, o que corresponde a 76,7% da área urbana e 60% da área rural. Em relação à opinião dos maridos sobre o uso do método, 79% indicaram que o parceiro concorda; enquanto 52,3% expressaram que seus familiares concordaram com a utilização do método e 65,9% afirmaram que sua religião não concordava. A dimensão econômica incluiu o significado de renda dentro do qual as mulheres argumentaram que “ter seu próprio dinheiro permite que você tenha independência econômica” (58,8%) e a percepção da renda do casal em que 78,9% das mulheres indicam que o dinheiro do companheiro não é suficiente.

² É um método anticoncepcional feminino que antes não era reversível, que é ligado e seccionado no oviduto para evitar o encontro do espermatozoide com o óvulo e, assim, evitar a fertilização e a gravidez.

Prout e James (2017) realizou um diagnóstico para conhecer as crenças, atitudes, intenções e comportamentos da população sobre diferentes questões, incluindo saúde reprodutiva e empoderamento, em dois municípios de Oaxaca por meio de 60 entrevistas com informantes-chave e grupos focais com promotores da ação comunitária do programa:

[...] Posteriormente, com esse diagnóstico, foi realizada uma intervenção, a qual foi avaliada por meio de três estratégias, uma delas foi o impacto do programa que foi realizado por meio de um questionário aplicado a um grupo de jovens: antes da intervenção, após na primeira fase e no final da segunda fase. Os resultados mostram que as jovens do grupo experimental têm mais conhecimento e realizam ações indicadoras de maior empoderamento, tais como: usar método anticoncepcional mesmo que o parceiro discorde, pedir informações sobre métodos anticoncepcionais, conversar e concordar com o casal sobre quantos filhos ter, avisar o casal quando não concordarem com algo, conversar com o casal sobre como gastar o dinheiro, explicar às filhas e aos filhos como se cuidar e como nascem os bebês, trabalhar fora de casa, sair de casa sem a permissão do parceiro. (PROUT e JAMES, 2017, p. 56)

Segundo os autores observam, ainda, que o processo de empoderamento funciona de tal forma que, uma vez que as pessoas que passam a participar das decisões que os afetam diretamente e têm respostas positivas, elas desejam participar ainda mais. Foi encontrando esse empoderamento nas mais jovens, que está significativamente associado ao uso de anticoncepcional, sendo que ambos os indicadores influenciam a probabilidade de uso de anticoncepcional, sendo o efeito da autonomia um pouco mais forte, bem como a posição do marido quanto ao uso de anticoncepcional.

Outras investigações no México realizada por Price-Cohen (2016) aborda indiretamente a relação entre empoderamento e comportamento reprodutivo, que ao conduzir uma investigação, em que a conceituação de saúde das relações de poder entre adolescentes, a condição da mulher foram analisadas a partir de dois eixos de condição de gênero: ser corpo para os outros, que inclui sua sexualidade e estar submetida ao domínio do poder patriarcal. Esta pesquisa foi realizada em cinco áreas da República Mexicana, entrevistando 142 mulheres. O autor encontrou algumas dimensões que apontam para o poder da adolescente, são elas: conhecimento (escolaridade e conhecimento informal), decisão, controle e cuidado com o corpo (fertilidade, contracepção, idade da primeira gravidez, prevenção do câncer cérvico-uterino), a geração, o acesso e o controle dos recursos (trabalho remunerado, moradia

e espaço próprio), o nível de participação social (redes de apoio social) e as relações afetivas (relação afetiva família-parceiro).

Num estudo de Dorr-Zegers (2012) sobre a significação de gênero das mulheres indígenas Mazatecas da comunidade San Jerónimo Tecuati, Oaxaca, foi obtido dezesseis categorias, entre as quais está a categoria de uso do poder e tomada de decisão, onde a autora encontrou esse poder expressado no controle econômico, sexual, reprodutivo da vida, na tomada de decisões e no acesso a cargos públicos, que são dominados por homens, além do uso do poder é filtrado no uso da linguagem e na estruturação do discurso, práticas presentes no próprio setor dominado. Voltando ao caso de uma mulher, que narra que não queria mais ter filhos e conta qual foi a resposta do marido:

[...] E meu marido diz, por que apenas um? E se eu disser mais, por quê? se eu vou ficar com eles ... Tinha horas que eles ficavam chateados porque ficavam muito chateados (os cônjuges). Como eu disse, tem problemas que vão até a presidência, porque as mulheres não querem mais filhos, porque as mulheres fazem isso, não querer mais de um, eles não deixam. (DORR-ZEGERS, 2012, p. 142)

Nesse caso, conforme discorre a autora, fica evidente como seu poder de maternidade é violado nessa comunidade. Há um aspecto fundamental na possibilidade de empoderamento e consolidação da autonomia, outra das entrevistadas teve a oportunidade de se dedicar à venda, pois uma doença que afligia o marido, mudou as circunstâncias de vida dessa mulher, pois ela consegue ter autonomia e poder sobre as decisões familiares.

Em outro estudo realizado por Ramos Padilla (2016), sobre o comportamento sexual e contraceptivo no Peru é de 4,3 filhos por mulher sem nenhum ano de estudo, aquela que possuem nível superior 1,5 filhos por mulher. Relacionado ao empoderamento, o autor foi investigou em três grupos de adolescentes (amostra probabilística de adolescentes não grávidas, amostra de contato pessoal e amostra de adolescentes grávidas) de três faixas etárias (12 a 15 anos, 16 e 17 anos, 18 e 19 anos) de nível socioeconômico baixo e médio baixo. Para as escalas de controlabilidade e planejamento futuro, constatou-se que aumentaram com a idade nos grupos de jovens que já tiveram relações sexuais e usam métodos anticoncepcionais, enquanto que no grupo de jovens que não tiveram relações sexuais, apresenta níveis de controle e planejamento semelhante ao grupo que não

usa anticoncepcional; dentro do grupo que faz uso de métodos contraceptivos, encontram-se os níveis mais elevados de controle interno, principalmente no grupo mais jovem, indicando a importância do controle no comportamento instrumental de obtenção e uso de anticoncepcionais.

No que diz respeito à relação ao comportamento reprodutivo das mulheres na Bolívia, Calle Aguirre (2015) estudou a taxa de 5,5 filhos por mulher na área rural e 3,1 na área urbana, destacando-se que apesar do diferencial ainda existente, as normas relacionadas aos papéis de gênero influenciam os níveis de fecundidade pelas decisões tomadas dentro do casamento, que está ligada à condição de subordinação da mulher em relação ao seu parceiro. Sobre empoderamento, o autor descreve, que o poder das adolescentes estão se destacando na decisão, controle e cuidado com o corpo (fertilidade, contracepção, idade da primeira gravidez) e, que as mulheres trabalhadoras parecem ter um papel mais ativo nos processos de tomada de decisão em casa, como o uso da renda familiar, tarefas de casa, planejamento familiar etc.

Percebe-se, neste estudo, que ter emprego e nível mais elevado de escolaridade, dá às mulheres instrumentos para negociar posições de igualdade e realizar atividades que as satisfaçam e não necessariamente relacionadas à maternidade; e que dentro dessa tomada de decisão há uma análise de custo-benefício, dentro da qual a recompensa implícita na igualdade na relação reduz o interesse em ter filhos, então famílias com papéis mais igualitários querem famílias menores, elas esperam ser eficazes em suas práticas anticoncepcionais. Como aponta Castro (2018, p. 81) “também estabelece que, as mulheres com atitudes de gênero não tradicionais têm maior probabilidade de serem usuárias de anticoncepcionais”. Papéis tradicionais que enfatizam o casamento e a maternidade como centrais na vida de uma mulher podem diminuir o uso de anticoncepcionais.

Além disso, outras evidências apontadas por Vieira (2017), sugerem que as mulheres que trabalham fora de casa têm maior autonomia do que as mulheres que não trabalham, expondo-as a novas ideias e atitudes sobre seu próprio papel dentro da casa, bem como a obtenção de rendimentos próprios. No entanto, ao mesmo tempo, outras pesquisas em vários países sugerem que nem em todos os casos o status de atividade das mulheres implica em diferenças em seu poder de decisão e autonomia dentro de casa.

Nesse ponto Barros e Busanello (2019, p. 56), fala quem o emprego de mulheres “reduz a dependência, fornece fontes alternativas de identidade social e

apoio, atrasa o casamento e expande ou limita os nascimentos”. Além disso, os autores concluíram que o crescimento do emprego feminino está relacionado a outros processos sociais como a queda da fecundidade e maior autonomia das mulheres, o que se deve ao aumento do nível de escolaridade, que por sua vez, transforma papéis tradicionalmente femininos, permitindo maior autonomia econômica e envolvimento na tomada de decisões, possibilitando o controle da fecundidade e fornecendo feedback para autonomia e o desempenho de outras funções que não a maternidade.

Neste capítulo, foi analisada a relação entre comportamento anticoncepcional reprodutivo e empoderamento a partir da adolescência, tema central desta tese, constatando consistentemente que o empoderamento impacta o comportamento reprodutivo (por exemplo, no uso de anticoncepcionais), sem esquecer que neste, a relação envolve também outras variáveis como o nível socioeconômico e o emprego da mulher.

3.2 ASPECTO DA POLÍTICA NACIONAL

Os principais sucessos do governo brasileiro na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das adolescentes podem ser agrupados segundo Barros e Busanello (2019) em quatro áreas: 1) princípios e pressupostos de gênero incorporados à lógica governamental (com questões institucionais e predominantes de gênero na políticas públicas; incorporação da perspectiva de gênero nos planos plurianuais e enfrentamento da pobreza); 2) participação social; 3) enfrentamento da violência contra as mulheres e 4) promoção da independência econômica das mulheres.

3.2.1 Princípios e Orçamento

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003 significou uma mudança estrutural no país. Conforme Saffiotti (2017), o Estado recuperou sua credibilidade como agente essencial no processo de transformação social, buscando reduzir as desigualdades históricas existentes no país. O planejamento de curto, médio e longo prazo foi novamente entendido como um importante instrumento de ação governamental e estatal; além disso, para atingir os objetivos, os Planos Plurianuais (PPAs) passaram a ser centrais para o Governo Federal. As políticas

públicas, portanto, tornaram-se os instrumentos para realizar as transformações sociais.

No contexto desse novo arcabouço institucional e de participação social, segundo Almeida (2019), o combate à pobreza e o enfrentamento de todas as formas de desigualdade, especialmente de gênero e raça, começam a ser entendidos como centrais para o Estado brasileiro, tornando-se elementos constitutivos da governança. Nesse sentido, surgiu a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM / PR), em articulação com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), eles se traduzem no esforço do governo para fazer políticas para enfrentar a desigualdade transversal em todas as ações do governo.

3.2.2 Institucionalidade e Integração de Políticas Públicas para Mulheres

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, e sua promoção a nível de Ministério, em 2009, como Secretaria de Políticas para as Mulheres, especificou o compromisso do Estado brasileiro com a institucionalização de políticas públicas para a igualdade entre mulheres e homens.

Em um país como o Brasil, Saffiotti (2017) discorre que, onde a desigualdade de gênero e raça é um elemento estrutural da sociedade, não é possível conceber ações de enfrentamento ao sexismo sem articulá-las no enfrentamento do racismo. A partir desse diagnóstico, os instrumentos de planejamento e monitoramento da SPM/PR têm buscado, em conjunto com a SEPPIR, construir estratégias que promovam sinergia no combate a essas desigualdades.

Ao longo de uma década de existência, Barros e Busanello (2019) colocam que a SPM/PR tem buscado fortalecer sua posição institucional como coordenadora das políticas para as mulheres tanto no âmbito federal quanto nas relações com os estados e municípios. Na esfera federal, tem aprofundado seu relacionamento com os ministérios e demais órgãos do governo na articulação do Comitê de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), a fim de garantir a transversalidade na execução das ações de responsabilidade de cada instituição na luta contra as desigualdades de gênero e raça. Com esse objetivo, uma das estratégias para estimular a transversalização de gênero na elaboração e implementação de políticas públicas é a criação de mecanismos de gênero nos

diversos ministérios do Governo Federal, com os quais a SPM/PR tem ações em conjunto. Desde 2004, foram criados doze mecanismos de gênero em diversos órgãos da administração pública federal.

Para efetivar as políticas federais definidas com base nas Conferências Nacionais, Mendonça e Santos (2018), falam que é fundamental desenvolver mecanismos institucionais que estabeleçam a responsabilidade dos estados em relação à defesa dos direitos das mulheres. O desenvolvimento de uma estratégia de incentivo à criação de Organizações Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPMs) nos estados e municípios tem apresentado bons resultados. Em 2004, treze (13) localidades tinham OPMs; em 2006, esse número aumentou para cento e vinte e cinco (125); em 2013 atingiu seiscentos e seis (603) e em 2014 atingiu seiscentos e setenta (670), sendo vinte e cinco (25) OPMs estaduais e seiscentos e quarenta e cinco (645) municipais. O Governo Brasileiro, no Plano Plurianual 2013-2015, a meta foi de criar mil (1.000) OPMs até 2015.

Segundo Mendonça e Santos (2018), o documento relativo ao III PNPM (2013-2015) encontra-se ancorado nas seguintes linhas de atuação:

Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; II) Educação inclusiva e não sexista; III) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; IV) Enfrentamento à violência contra as mulheres; V) Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; VI) Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; VII) Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; VIII) Cultura, esporte, comunicação e mídia; IX) Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; X) Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência. (MENDONÇA; SANTOS, 2018, p. 92)

Conforme as autoras, essas garantias em forma de Lei, vem contribuir para o empoderamento da mulher que é pertinente, pois promove visões mais amplas de si mesmas, para que, progressivamente, consigam se identificar ao mesmo tempo com seu medo e sua força e seu poder, sua flexibilidade e autoridade para com os outros na busca por sua liberdade.

O Ministério da Mulher, da Família atrelado aos Direitos Humanos (MMFDH), no ano de 2020, vem contando com o apoio e colaboração do Poder Legislativo nas ações e formulações das políticas públicas para as famílias, as mulheres, a partir destas linhas de atuação, por meio do III PNPM, vem problematizar as políticas para as mulheres nos seguintes termos: Na política de inserção e garantia da mulher no

mercado de trabalho: Visa à garantia de direitos trabalhistas atentos às necessidades das mulheres no mercado de trabalho, bem como a defesa de uma justa remuneração salarial condizente aos salários de todos os trabalhadores, sem distinção entre salário de homens e mulheres. A participação na sociedade civil, especialmente aquelas que são mais vulneráveis devido à sua condição socioeconômica, etnia e aquelas que não alcançam as estratégias convencionais. Procura assegurar que as conquistas da paridade de gênero na educação secundária e terciária na região sejam traduzidas em uma inserção efetiva no trabalho com salários equitativos por meio de proteção legal efetiva, da mesma forma, buscar que as ações de orientação profissional abram opções para as mulheres, inclusive em áreas tradicionalmente consideradas masculinas.

3.2.3 Fortalecimento da Política de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

O fortalecimento da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher foi outra grande conquista da mulher brasileira. Saffiotti (2017) coloca que a SPM/PR tem atuado diretamente ou em cooperação com órgãos governamentais (nos três níveis de governo), com o Judiciário e com organizações não governamentais, de acordo com as diretrizes do “Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”.

De acordo com Bonetti e Pinheiro (2007), o marco regulatório das políticas de erradicação, prevenção e punição da violência contra a mulher é a Lei 11.340 / 2006, a chamada “Lei Maria da Penha”.

Além da Lei Maria da Penha, Bonetti e Pinheiro (2007) colocam que vale destacar, dentro da Política Nacional de Enfrentamento à Violência, os seguintes programas, pela abrangência e acesso direto e imediato a eles por parte das mulheres:

- ✓ - Atendimento Ligue 180: é uma Central de Atendimento à Mulher que recebe ligações gratuitas 24 horas por dia, todos os dias da semana. As funcionárias recebem denúncias de violência contra a mulher, informam e orientam mulheres em situação de violência para que possam utilizar os serviços da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência, a fim de garantir seus direitos. A Rede pode ser acessada diretamente no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres

(SMP /PR) 3. O serviço Ligue 180 recebe, em média, 2.000 ligações por dia para informações e reclamações;

- ✓ - Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência: formada por um conjunto de ações e serviços públicos especializados de diversos setores (especialmente assistência social, justiça, segurança pública e saúde) que buscam melhorar a qualidade do atendimento à mulher, principalmente na adequada identificação e encaminhamento de mulheres em situação de violência. A Rede leva em consideração toda a diversidade da mulher brasileira, em seus aspectos étnico-raciais, territoriais, geracionais, orientação sexual, deficiência e inserção social, econômica e regional;
- ✓ - Programa “Mulheres: vivendo sem violência”: uma das prioridades do atual Governo, o Programa consiste em um conjunto de ações estratégicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Com o objetivo de melhorar e agilizar o atendimento às vítimas de violência de gênero, no mesmo local (a “Casa da Mulher Brasileira”) serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, abrigo e orientação em relação ao trabalho, emprego e renda. O Programa também inclui ônibus equipados para levar esses serviços às mulheres em áreas rurais, bem como barcos equipados para levar serviços às populações amazônicas. As casas estão em construção nas capitais, enquanto praticamente todos os ônibus já foram entregues.

Dentre os resultados obtidos no Brasil em relação à promoção da independência econômica das mulheres, Godinho (2016) destaca:

- ✓ - As mulheres eram titulares de 86,44% dos contratos do programa governamental “Minha casa, minha vida” (Minha Casa, Minha Vida) na faixa de financiamento para a renda familiar de até R \$ 1.600 mensais;
- ✓ - As mulheres representaram 66% das cerca de 800 mil matrículas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC / Brasil Sem Miséria, e o número de donas de casa de baixa renda seguradas pela Previdência Social ultrapassava 450.000 mulheres.

A promulgação da Emenda Constitucional nº 72, segundo Cappellin (2015) conhecida como “PEC (Proposta de Emenda à Constituição) das trabalhadoras domésticas”, que equipara os direitos trabalhistas dos conselheiros domésticos aos de terceiros trabalhadores, representou uma grande conquista para este segmento, predominantemente feminino.

Quais são os três, quatro ou cinco principais desafios que o país tem enfrentado para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres desde a adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e a Vigésimo terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral?

Entre os principais problemas identificados no período para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, Cappellin (2015) destaca a persistência de uma cultura sexista e racista no País, que resulta em todos os tipos de discriminação e violência, principalmente contra as mulheres de cor. Essa influência é observada tanto nas esferas institucionais quanto na dinâmica social. No nível estadual, as questões culturais se manifestam, por um lado, na violência institucional e no racismo que afetam predominantemente as mulheres e, por outro lado, no avanço do conservadorismo entre os parlamentares.

Outros desafios a serem considerados são a baixa representatividade das mulheres em cargos de poder e de tomada de decisão, a desigualdade de inserção e remuneração no mercado de trabalho entre homens e mulheres, a divisão social desigual do trabalho doméstico entre mulheres e homens, a garantia de direitos aos fatores sexuais e reprodutivos e a persistência da violência contra mulheres e meninas, apesar da legislação em vigor.

Ainda na categoria de desafios, podemos citar a dificuldade de aplicação de políticas para as mulheres em nível nacional, devido à dimensão territorial continental do Brasil e à necessidade de acordos entre o Governo Federal e os demais estados.

3.2.4 Enfrentamento da Pobreza

A pobreza afeta homens e mulheres de maneiras diferentes. Barros e Busanello (2019) colocam que existem fatores de gênero e raça/etnia que têm maior impacto na vida das mulheres, tornando-as mais vulneráveis a situações de pobreza. Apesar de haver avanços na redução da desigualdade de gênero, persistem diferenças significativas entre os sexos, agravadas pela questão racial, fazendo com que a pobreza brasileira tenha rosto feminino e negro.

Com o objetivo de erradicar a pobreza, uma das principais ações do Governo brasileiro tem sido a implantação do Programa Bono Família (Programa Bolsa Família). É um dos maiores programas de transferência direta de renda condicionada. As condições para receber o benefício são saúde (exame pré-natal da gestante,

acompanhamento nutricional e de saúde de crianças e adolescentes até 18 anos) e educação (atendimento de crianças e adolescentes em estabelecimento de ensino regular). O Programa de Bônus Família Beneficia famílias consideradas pobres, em sua maioria negra e parda.

As famílias na linha de pobreza segundo Cappellin (2015) são identificadas a partir de sua inclusão no Cadastro Único (Cadastro Único) e, então, classificadas como em situação de pobreza ou pobreza extrema. A partir desta classificação é definido o valor da transferência. Mensalmente, o titular da família recebe, por meio do banco, o valor correspondente ao benefício que merece. A ordem de pagamento é feita em cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor transferido depende do tamanho da família, da idade dos membros e da renda familiar. Existem benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos que frequentam estabelecimento de ensino, grávidas e mães que amamentam. Há um consenso, tanto por parte das beneficiárias quanto dos gestores, quanto à propriedade preferencial das mulheres, no entendimento de que elas "conhecem melhor as necessidades da família" e "Eles tendem a gastar [o dinheiro] com comida e filhos." Cerca de 90% dos cartões do Programa Bono Família são em nome de mulheres.

O programa tem três eixos principais: (1) a redução imediata da pobreza, por meio da transferência de renda; (2) acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, mediante o cumprimento das condicionantes; e (3) superação da situação de vulnerabilidade, por meio do apoio a ações e programas complementares voltados à formação e desenvolvimento das famílias.

3.3. ESTUDOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Os efeitos de uma cultura sexista, tanto nacional como internacional, misógina e racista segundo Toneli (2012) impactam tanto no cotidiano das mulheres quanto nas estruturas do Estado, na medida em que a lógica hegemônica de áreas do conhecimento, como a economia, a administração pública, saúde pública e outras, ainda é construída ou percebida como predominantemente masculina. Por isso, integrar a perspectiva de gênero na dinâmica do poder público constitui um grande e complexo desafio. O desafio é ainda maior quando se considera a dimensão territorial do País e sua estrutura federativa. Não basta fazer políticas públicas para as mulheres na esfera federal; É preciso que a perspectiva de gênero seja verticalizada, ou seja,

assimilada pelos governos estaduais e municipais, que são os que mais influenciam diretamente a vida das mulheres, por meio do exercício de seus poderes no local onde eles vivem. Isso implica que a perspectiva de gênero precisa de maior relevância nas políticas públicas.

Estudos realizados por Leite (2015), tal dificuldade também se manifesta na implementação da Resolução de 13 de agosto de 2013 da Organização Latino-Americana e Caribenha de Instituições de Auditoria (OLACEF). O texto recomenda que todos os órgãos de controle externo incorporem a questão de gênero em suas auditorias, pois um dos obstáculos para a avaliação de políticas públicas na perspectiva de gênero e raça é a ausência de dados desagregados.

Leal (2015) faça que as mulheres foram historicamente marginalizadas nas esferas de poder e decisão, e esse fato continua sendo um obstáculo para a plena consolidação da democracia no país. Em 2013, as mulheres representavam 9,2% da Câmara dos Deputados, 8,6% do Senado e 7,4% dos governos estaduais e distritais no Brasil.

Bravo (2015) coloca que no mercado de trabalho, a taxa de ocupação dos homens é de 86,5%, enquanto para as mulheres é de 64%. No Brasil, segundo IBGE (2017) em 2016, o rendimento por hora da população ocupada com 16 anos ou mais, masculino, era de R \$ 13,10, contra R \$ 9,20 do sexo feminino. À medida que a escolaridade avança, a renda média aumenta para ambos os sexos. Porém, em todos os grupos analisados de acordo com o tempo de escolaridade, as mulheres recebem menos do que os homens, mesmo considerando que, em média, tenham mais escolaridade. Avaliando sob a ótica das relações de gênero e raça, diferenças significativas também são observadas. Enquanto a renda horária de uma mulher branca com 12 anos ou mais de estudo era de R \$ 19,30, a de uma mulher de cor era de R \$ 15,00, uma diferença de R \$ 4,30 (PNAD, 2017).

A menor taxa de emprego das mulheres, assim como seus rendimentos mais baixos em relação aos dos homens, para Silva (2013) também estão associados à divisão sexual desigual do trabalho doméstico. A proporção de mulheres que declaram fazer trabalhos domésticos é de 68% e de homens é de 32%. Fazendo essa análise apenas entre a população ocupada, as mulheres têm uma taxa de participação de 59,3% e os homens, 41,7%.

Percebe-se uma grande dificuldade para garantir o acesso a serviços na área de direitos sexuais e reprodutivos. Pinto (2015) fala que alguns desafios nesse campo

são: a recorrência da violência obstétrica, a valorização da cesárea (52,34% do total de partos, em 2016) em detrimento do parto natural, a lenta redução da mortalidade materna e da violência institucional, que impõe barreiras no atendimento às mulheres em situação de aborto legal e em algumas situações de parto.

Em relação à mortalidade materna, Aureliano (2015) fala que resultados preliminares indicam que a redução tem se acentuado nos últimos anos. Infelizmente, mais de 66% das mortes maternas ainda são decorrentes de causas diretas relacionadas à gravidez e são amplamente evitáveis. Outra observação relevante sobre o indicador de mortalidade materna: 4% dos óbitos registrados estão relacionados a abortos realizados em condições inseguras, situação que se constitui em problema de saúde pública de grande impacto no país. Embora a legalização do aborto seja uma reivindicação histórica do movimento feminista, a questão é fortemente contestada pelo crescente setor conservador e religioso da sociedade, com grande influência no Poder Legislativo.

Apesar de todos os esforços feitos, Santos (2018) discorre que a violência contra as mulheres continua sendo um grande desafio. Segundo dados da Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA, 2014) do Ministério da Saúde, as mulheres são as principais vítimas da violência doméstica e sexual, que as acompanha desde a infância até a velhice. Um estudo recente do Data Senado (2015) sobre violência doméstica contra a mulher constatou que, no Brasil, cerca de 13,5 milhões de mulheres sofreram algum tipo de agressão.

Por seu caráter premeditado e intencional, os filicídios revelam o problema estrutural da violência institucional, caracterizada pela reiterada manifestação de preconceito contra grupos socialmente excluídos - no caso, mulheres em situação de violência, que criam obstáculos ao pleno exercício da direitos por parte desses grupos. A partir das ações e omissões dos agentes públicos, cabe ao Estado oferecer uma atenção desigual aos cidadãos, com base em características como sexo, cor/raça e idade, entre outras. A exclusão praticada por agentes públicos tende a reiterar ou agravar a situação de exclusão vivida por quem sofre violência no dia a dia.

Para fazer frente a esses desafios, Ferreira (2018) explica que o Governo brasileiro tem utilizado a estratégia de amplas campanhas educativas de conscientização da sociedade, apresentando questões relacionadas à igualdade de gênero na mídia, em conjunto. Associado a esta estratégia está o esforço da equipe de comunicação do Governo para regular os meios de comunicação e dar relevância

às questões de gênero. Todas essas ações são reafirmadas na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas da SPM/PR e dos diversos setores do Governo, com uma transversalidade que transcende tanto os ministérios, no nível nacional, quanto as organizações que compõem o nível subnacional (Governos estaduais e municipais).

Com o objetivo de promover uma maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, segundo Louro (2016), a Lei 12.034 / 2009 determinou algumas alterações nas leis 9.096 / 1995 (Lei dos Partidos Políticos), 9.504 / 1997 e 4.737 / 1965 (Código Eleitoral) Entre as modificações, está previsto um percentual mínimo de candidaturas femininas inscritas por partido nas eleições legislativas, bem como a alocação de tempo em propaganda eleitoral gratuita e de recursos para as campanhas dessas candidaturas. Os efeitos dessa mudança regulatória já podem ser vistos. Houve aumento no percentual de candidatas, que passou de 20,3% do total de candidatas a cargos eletivos em 2016 para 31,9% em 2018, ano em que o cumprimento da nova legislação passou a ser obrigatório para todos os níveis.

Uma das principais mudanças implementadas no Brasil desde 2004, segundo Almeida (2019), por meio da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), está relacionada à ampliação do conceito de saúde da mulher a partir da incorporação de questões como, por exemplo, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. A PNAISM considerou a desigualdade de gênero como um fator de alto impacto nas condições de saúde das mulheres. No âmbito dessa política, estão contempladas ações que envolvem a melhoria da assistência obstétrica, planejamento familiar, atenção ao aborto inseguro, combate à violência doméstica e sexual, prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis e câncer ginecológico. e pulmonar. Além disso, o PNAISM reconhece e busca atender às especificidades e necessidades de segmentos femininos historicamente marginalizados das políticas públicas, como lésbicas, bissexuais, transgêneros, climatéricas, rurais e silvestres, indígenas, negras e comunitárias. mulheres negras, ciganas, privadas de liberdade, deficientes e vivendo na rua.

No que se refere às ações de enfrentamento à violência contra a mulher, Yannoulas (2016) fala da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher articula instituições e serviços governamentais e não governamentais, bem como a comunidade, o que contribui para o desenvolvimento de estratégias eficazes para atendimento qualificado à mulher em situação de violência. Para garantir que o

atendimento chegue a todos, a Rede é composta por serviços especializados e não especializados de diversos setores, especialmente assistência social, justiça, segurança pública e saúde, responsáveis pelo atendimento imediato e adequado às mulheres em situação de violência. A promulgação da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha) e a criação do Centro de Atenção à Mulher (Ligue 180) em 2005 foram dois marcos importantes para o fortalecimento da Rede de enfrentamento à violência no Brasil.

O Brasil tem defendido, segundo Santos (2018) nos diversos fóruns internacionais, sua posição firme para fazer avançar as políticas de gênero delineadas na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, bem como no Plano de Ação, População e Desenvolvimento do Cairo, especialmente no que diz respeito refere-se à saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, o País participou ativamente da construção do Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento (2013), pelo qual os países da América Latina e do Caribe se comprometem a considerar, em suas políticas nacionais, temas como o atendimento humanizado à população, casos de aborto, grupos LGBTI e diferentes tipos de família, entre outros. Internamente, foi reativada a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (Decreto nº 8.009, de maio de 2013, assinado pela Presidenta Dilma Rousseff), que contribuirá para a formulação de políticas e a implementação de ações integradas relacionadas à população e ao desenvolvimento. O facto de ser composto por 14 órgãos do Governo Federal e 9 entidades da sociedade civil é um reconhecimento da transversalidade das questões abordadas no programa de ação do Cairo e do empenho que requerem para a sua implementação.

Como princípio de política externa e em resposta ao ODM, Cappellin (2015) fala que o País priorizou a cooperação Sul, direta ou triangular, com a participação de países desenvolvidos. As áreas que concentram o maior número de projetos de cooperação são saúde e agricultura. O reconhecimento internacional da Lei Maria da Penha como modelo de legislação para o enfrentamento da violência introduziu essa área de atuação entre as principais demandas de terceiros países, com diferentes graus de desenvolvimento.

O curso de “Capacitação em políticas públicas para a equidade de gênero com ênfase em políticas para a mulher no meio rural e segurança alimentar”, segundo Godinho (2016) realizado em Brasília em 2012, no âmbito do “Programa Brasileiro de Cooperação Técnica: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais”. O curso

teve como objetivo oferecer conteúdo teórico e a prática de políticas transversais de igualdade de gênero, com base na experiência brasileira de institucionalização de programas e políticas, especialmente políticas desenvolvidas para mulheres no meio rural e relacionadas à segurança alimentar.

Vale destacar também as ações de combate ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Pinto (2015) explica que a Secretaria de Políticas para as Mulheres, representada pela Secretaria de Enfrentamento à Violência, está implementando a Estratégia Nacional de Fronteiras, que consiste em ações de prevenção e atenção às mulheres em situação de violência, que se encontram em condições de maior vulnerabilidade em essas regiões. Os investimentos têm sido direcionados, em particular, para o fortalecimento e capacitação da Rede de Serviços nas regiões de Oiapoque (Amapá, fronteira com a Guiana Francesa), onde em 2011 foi inaugurada uma Casa do Migrante, e de Pacaraima (Estado de Roraima, fronteira com a Venezuela), onde foi inaugurado o Centro de Referência Binacional de Atenção à Mulher e constituído um Comitê Binacional de Fronteira Brasil-Venezuela de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

De acordo com Aureliano (2015), no âmbito da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL (RMAAM), a Agência Espanhola de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (AECID) apoiou o projeto “Fortalecimento da Institucionalidade e Perspectiva de gênero no MERCOSUL”. Foram desenvolvidas iniciativas para diagnosticar a problemática do tráfico de mulheres para fins sexuais na região e harmonizar o atendimento às mulheres nessa situação, o que resultou na publicação, em 2015, dos “Indicadores de violência doméstica de gênero no MERCOSUL e” Tráfico de mulheres para exploração sexual no MERCOSUL “. Este diagnóstico está sendo utilizado na campanha “MERCOSUL sem tráfico de mulheres”, lançada em outubro de 2016. Ainda no âmbito do referido projeto, foram elaboradas as “Diretrizes para uma política de gênero do MERCOSUL”.

Calle Aguirre (2015) fala da inserção das questões de gênero em outros fóruns dos quais o Brasil participa, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), tem promovido iniciativas como a campanha da CPLP de Combate à Violência, a criação do Fórum de Mulheres do IBAS e o Seminário do BRICS sobre População e Desenvolvimento. Entre 2013 e 2016, foram estabelecidas iniciativas de cooperação transfronteiriça e bilateral, formalizadas por meio de

Memorandos de Entendimento com Argentina e Paraguai (2013), Estados Unidos da América (2013), Venezuela (2014), Portugal (2013), Argentina (2013), El Salvador (2013), Índia (2013) e Egito (2015). Além da cooperação formalizada por meio de convênios, vale destacar as conversas com diversos países para o estabelecimento de associações para o desenvolvimento de ações conjuntas no campo da promoção e defesa dos direitos das mulheres, como é o caso do Índia, Paquistão, Azerbaijão e Nigéria, entre outros.

No âmbito dos acordos bilaterais, a Secretaria de Políticas para as Mulheres tem visitado e recebido delegações de diversos países, como Peru e Moçambique, entre outros, interessadas em conhecer as políticas desenvolvidas em nosso país para a igualdade de gênero e trocar experiências em este campo Bretas (2015) coloca que o Governo brasileiro criou a Comissão Interministerial de Enfrentamento à Exploração Sexual e Comercial de Meninas e Adolescentes, com a missão de apoiar a construção de uma política de enfrentamento à exploração sexual e comercial de meninas e adolescentes.

Dia 18 de maio no Brasil é o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Meninas e Adolescentes, criado para promover a conscientização sobre o assunto. Há um número gratuito (100), para denúncias de abuso e exploração sexual contra meninas e adolescentes. Segundo dados do Disque 100, de maio de 2003 (data de entrada em operação do serviço) a março de 2015, foram registradas 266.982 denúncias envolvendo situações de violência sexual contra meninas e adolescentes. O Governo desenvolve campanha contra a exploração sexual, na qual também mobiliza as redes sociais.

Conforme Cardoso (2017), cabe destacar também a ampliação das ações de enfrentamento à exploração sexual e à violência contra crianças e adolescentes, uma das mais graves violações sofridas por este público. Houve ampliação do Programa de Ações Integradas e de Referência para o Enfrentamento à Violência Sexual Infantil e Juvenil (PAIR). Criado o PAIR como uma metodologia de articulação institucional que visa criar e / ou fortalecer redes locais de proteção, atendimento, prevenção e defesa jurídica de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual, bem como integrar políticas públicas para o a construção de uma agenda de trabalho comum entre os diversos níveis e órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. A metodologia do PAIR envolve a criação de comitês de gestão, a realização de diagnósticos para o entendimento da problemática local da violência

infanto-juvenil e a identificação das ações de enfrentamento existentes, a formulação do plano operacional local e a promoção de ações de capacitação. Entre 2013 e 2016, o PAIR foi implantado em 540 municípios, distribuídos em 24 estados. Também havia 15 cidades gêmeas na fronteira com Argentina, Paraguai e Uruguai, atendidas no âmbito do projeto PAIR MERCOSUL, que contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No capítulo a seguir serão descritas as publicações de mestrado e doutorado sobre o assunto em questão.

Capítulo 4
**PESQUISAS DE
MESTRADO E
DOUTORADO**

CAPÍTULO 4 – PESQUISAS DE MESTRADO E DOUTORADO

4.1 INVESTIGAÇÕES DE MESTRADO E DOUTORADO COM ENFOQUE NO EMPODERAMENTO FEMININO

Muito se discute, atualmente, num âmbito de investigações e trabalhos de conclusão do curso, nos níveis de Mestrado e de Doutorado, a temática adolescência representa um excelente estágio para rever os papéis de gênero e resgatar o empoderamento. O fato de os adolescentes ainda se encontrarem em processo de desenvolvimento físico, intelectual, emocional e moral constitui um terreno fértil para uma desconstrução crítica das práticas e roteiros sociais que favorecem a desigualdade de gênero e as mulheres tendem a vivenciar esse processo de mudança alguns anos antes do sexo masculino.

As publicações na área do empoderamento adolescente constituem em reflexões e apontamentos nessa fase, tem contribuído para elaboração de políticas voltadas à realidade e pesquisas nesse campo, pois o que indica que essa transição representa um período de particular vulnerabilidade.

Santos (2019) desenvolveu a dissertação de mestrado, intitulada: ANÁLISE DO EMPODERAMENTO DE ADOLESCENTES GRÁVIDAS ATENDIDAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE. O estudo trouxe por objetivo: Analisar o empoderamento de adolescentes grávidas atendidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS's) de Santa Cruz/RN. A Metodologia foi desenvolvida por meio de um estudo transversal, realizado com 48 adolescentes grávidas atendidas nas UBS's do município de Santa Cruz/RN. As entrevistas e a avaliação das participantes foram realizadas em domicílio, nas dependências das UBS's ou na Clínica Escola de Fisioterapia da FACISA/UFRN. Para coleta dos dados empregou-se uma ficha sociodemográfica e com questões relativas à história ginecológica e obstétrica, assim como, o questionário *Empowerment Scale for Pregnant Women*. Como resultado do estudo considerou-se importante analisar e investigar todas as causas e consequências da gravidez precoce, que continua a aumentar significativamente sua taxa. Através deste levantamento de informações, poder propor uma campanha preventiva, voltada para a educação sexual, que ajude as jovens a conhecer sua sexualidade, seus direitos e métodos de prevenção e consequentemente, o empoderamento. Conclusão: Os resultados sugerem que é importante começar por compreender a história da sexualidade, o conceito de adolescência e como a gravidez

na adolescência é afetada por fatores externos relacionados aos direitos e autonomia, que encaminha para o empoderamento. A gravidez precoce é um fator causado pelo desconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Como consequência disso, a gravidez indesejada ocorre na adolescência, seja pelo desconhecimento desses direitos, pela falta de educação sexual ou pelo abuso sexual.

Desta forma, em análise a Tese de doutorado de Borges (2018), que traz como título: “MEU CORPO, MINHAS REGRAS” REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DE GÊNERO NOS DISCURSOS DE ATIVISTAS (TRANS)FEMINISTAS. Trouxe como Orientadora: Dra. Maria Izabel Magalhães. A investigação dessa tese aborda os estudos de Gênero e a Análise de Discurso Crítica, considerado em sua análise a versão Feminista. O objetivo tratado nesta tese: buscar uma compreensão acerca do modo como as (trans)feministas brasileiras estão (re)configurando discursivamente os corpos femininos e de que maneira essa mudança discursiva está interferindo potencialmente no processo de empoderamento e construção indenitária dessas ativistas e contribuindo para a desestabilização de práticas de gênero recorrentes. Outro objetivo, procurou analisar como as identidades das ativistas (trans)feministas a partir da adolescência estão sendo configuradas por meio do empoderamento que elas mobilizam para representar seus corpos.

O enfoque metodológico direcionado por Borges (2018), consistiu numa pesquisa etnográfica, qualitativa, sustentada pela análise do discurso, os dados da investigação foram coletados e/ou gerados a partir de técnicas propostas no seio da pesquisa qualitativa, amparada pelas fontes de dados que priorizou: as entrevistas, observações e os documentos. Esta investigação sustenta-se na observação participante, pesquisa documental produzidos por ativistas (trans)feministas que representam o corpo feminino e entrevista com Grupos focais.

O empoderamento dos corpos trans discutido nessa Tese, permite que assumam o controle de suas próprias vidas, pois as ativistas com poder têm a capacidade de distinguir opções, tomar decisões e colocá-las em prática. É um processo, mas também é um resultado; é coletivo e ao mesmo tempo individual. O empoderamento das (trans)feministas é essencial para o alcance da igualdade de gênero.

Borges (2018) em sua pesquisa discorre que:

[...] foi possível mapear quatro diferentes maneiras pelas quais o *corpo feminino* é configurado nas práticas discursivas das (trans)feministas. A primeira é a do *corpo violentado*, alvo tanto de violências físicas quanto de violência simbólica, perpetrada pelos discursos masculinistas hegemônicos acerca dos corpos femininos. A segunda é a do *corpo posicionado*, isto é, aquele que está em batalha contra as representações que constroem esse corpo como algo violável. A terceira é a do *corpo que deve ser amado*, que caminha na direção contrária aos discursos masculinistas hegemônicos que constroem os corpos femininos fora do padrão como odiáveis. Por fim, a quarta é a do *corpo identidade*, apresentado como a própria identidade das ativistas (trans)feministas. (BORGES, 2018, p. 277)

O empoderamento das trans, segundo a autora, pode contribuir para a redução das altas taxas dos *corpos violentados*, alvo tanto de violências físicas. A recorrente desvalorização do feminino fez com que a autora procurasse relatar o contexto social em que a falta de empoderamento das trans encaminha para o *locus* de vulnerabilidade. Empoderar-se é ser ouvido, poder participar e poder escolher. Implica bem-estar psicológico e inclui elementos como autoestima, livre escolha e expressão. Significa ter voz e ambientes favoráveis e oportunidades reais de participação e envolvimento nas decisões que os afetam. O *Empowerment* proporciona às mulheres ferramentas para identificar opções e ter capacidade para agir sobre essas opções e enfrentar com coragem e determinação as dificuldades do cotidiano e ser persistentes na procura de soluções construtivas.

O capítulo a seguir, aborda a metodologia que foi utilizada para a coleta de dados com os sujeitos da pesquisa.



Capítulo 5

PROCEDIMIENTO METODOLÓGICO

CAPÍTULO 5 - PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os estudos desta pesquisa serão baseados na metodologia de enfoque qualitativo. Investigação referente ao o empoderamento feminino versus gravidez precoce na adolescência: estudo de caso na Escola Estadual André Antônio Maggi, Situada No Município De Sapezal – MT, consoante a definição do problema científico, revisão literária, a formulação da hipótese com suas variáveis, problema, objetivos e justificativa da pesquisa. Estes instrumentos foram considerados no projeto de investigação com fidelidade e ética por esta investigadora na busca dos objetivos pretendidos para descobrir os verdadeiros entraves que permeiam a construção do empoderamento feminino em adolescentes. Portanto, uma investigação de enfoque qualitativa se faz na medida em que sua natureza se fundamento num processo fenomenológico, quando não aparecem questões de quantidades, o que segundo Sampieri (2006. p. 34) que “uma investigação inicia por uma ideia”, a qual pode ser visualizada pelos aspectos subjetivos que se fundamenta.

5.1.1 Nível e Modalidade da Pesquisa

A pesquisa foi do tipo descritiva, desenvolvida através do enfoque qualitativo, posto que a pesquisadora foi envolvida no fenômeno social concreto, estando em contato direto com o ambiente pesquisado, como propõe Sampiere (2006), buscando compreender de forma minuciosa os significados e características da realidade apresentada pelos entrevistados. Foi, portanto, dentro deste quadro, que a pesquisadora analisou o seu objeto de pesquisa e os dados foram tratados por categorização emergente buscando semelhanças e diferenças entre as respostas e informações prestadas. Como se buscou caracterizar o empoderamento das adolescentes grávidas como um processo e prática de fortalecimento da escola, este estudo descritivo respeita a realidade e a toma tal qual ela é, sem manipular suas variáveis.

Segundo Sampiere (2006) as pesquisas descritivas podem visar ao estudo das características de um grupo, obter a opinião de uma determinada população em uma localidade, por exemplo. Em geral, a pesquisa descritiva objetiva descrever um fenômeno por meio de seus efeitos, utilizando como procedimento de coleta de dados.

5.2 OBJETIVOS

5.2.1 Geral

Analisar o empoderamento feminino contrapondo a gravidez precoce na adolescência na escola Estadual André Antônio Maggi, em Sapezal – MT.

5.2.2 Específicos

- ✓ Descrever a evolução, construção do empoderamento feminino e sua historicidade;
- ✓ Tratar sobre os aspectos internacionais e aspectos da política nacional, bem como os estudos nacionais e internacionais que tratam do empoderamento feminino na adolescência.
- ✓ Fazer os apontamentos sobre gravidez precoce, sua definição e os fatores que afetam no período da adolescência;
- ✓ Conceituar empoderamento;
- ✓ Tratar sobre empoderamento como questão de gênero;
- ✓ Discorrer sobre o empoderamento de corpos no período da adolescência;
- ✓ Apontar o caminho para ter autonomia em relação a sexualidade e os desafios de uma gravidez não planejada;
- ✓ Falar da importância do empoderamento para evitar uma gravidez precoce;
- ✓ Descrever a respeito da situação educacional das adolescentes grávidas.

5.3 CONTEXTO DA PESQUISA

De acordo com Marconi e Lakatos (2006, p. 34): “toda pesquisa tem por finalidade básica a busca de respostas para algumas questões mediante a aplicação de métodos científicos”. Richardson (2008) tem uma visão mais ampla ao afirmar que a pesquisa científica tem duas finalidades, a acumulação de dados e informações, e a compreensão dos fatos que foram levantados gerando conhecimento.

Levando em consideração o escopo e pretensões desta pesquisa, que investigou o empoderamento feminino como fator essencial para prevenir a gravidez precoce na adolescência em estudantes do Ensino Fundamental de 6º a 9º ano e em turmas de 1º ao 3º Anos do Ensino Médio. Em outras palavras, foi por meio de uma

abordagem qualitativa que se conseguiu “jogar uma luz” sobre o tema e analisar alguns aspectos sociais envolvidos. Essa pesquisa é de grande relevância social, tendo em vista ao aumento gradativo de adolescentes grávidas precocemente, que se mostram não somente na Escola Estadual André Antônio Maggi, situada no município de Sapezal no Estado de Mato Grosso. Além do que a gravidez precoce na adolescência ser motivo de preocupação em função das consequências devastadoras para o desenvolvimento tanto da mãe quanto da criança, visto que expressa um exemplo perfeito da interação de riscos biológicos e ambientais. Gerando assim um problema de saúde pública em função da alta prevalência e das consequências desastrosas para o desenvolvimento do indivíduo.

5.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos ativos envolvidos para essa pesquisa são treze adolescentes grávidas estudantes do 6º ao 9º Anos do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º Anos do Ensino Médio da Escola Estadual André Antônio Maggi, situada no município de Sapezal – MT Avenida Antônio André Maggi, Bairro: Jardim IPÊ 2006 e, como sujeitos secundários treze professores que atuam nessas respectivas turmas.

5.5 LOCAL PESQUISADO

O prédio onde hoje funciona a Escola Estadual André Maggi situa-se na Av. Brasil, no jardim Participação I. A escola foi entregue a comunidade em 30 de Setembro de 2005. Foi criada através do Decreto 2309 de 03/06/98. Inicialmente a escola oferecia a Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme a Resolução 281/98 a Suplência e o Ensino Médio conforme Resolução 282/98, publicada no Diário Oficial de 10/12/1998. Em anos anteriores a partir de 1983 com a eleição do governador Júlio Campos ao governo do Estado do Estado de Mato Grosso começou um grande incentivo para que a Escola Estadual Nossa Senhora do Amparo se concretizasse. Naquele período o prefeito da cidade era Walter Ulysséia, posteriormente o apoio para que a escola se concretizasse continuou também na gestão do prefeito Carlos Bezerra. A Secretária de ensino na época era a professora Maria Perpétua Stefanini também uma grande incentivadora da escola. Foram atuantes naquele período de expectativa os professores Luiz Carlos Ramos, Maria

Tereza Nepomuceno Lopes, Adiney Sachetin Pimenta, Maria Julia de Amorin, Constância da Silva Santos, Ilda Lima de Oliveira e Maria das Dores Silva. No dia 30 de Setembro de 2005 foi inaugurada a Escola Estadual André Antônio Maggi, em homenagem ao senhor André Antônio Maggi, um dos pioneiros na produção da produção agrícola de soja no Estado de Mato Grosso e pai do governador Blairo Maggi. Na ocasião o governador contava como secretária estadual de educação a senhora Ana Carla Muniz.

A obra foi iniciada pelo prefeito Percival Muniz, e inaugurada pelo então prefeito Adilton Sachetti. Assim no dia 25 de Outubro de 2005 a Escola Estadual Nossa Senhora do Amparo que funcionava em prédio alugado pelo estado há mais de 20 anos transferiu-se para a nova construção passando a ser chamada Escola Estadual André Antônio Maggi. Paulo Roberto Gomes Luz coordenador pedagógico da escola fala sobre os projetos que a instituição oferta aos alunos; “A Escola André Maggi abriga hoje 200 alunos, temos 20 professores, orientadores pedagógicos de área, dois professores de recursos multifuncional que atende aos alunos com necessidades múltiplas. Dentre os projetos que a instituição apresenta aos alunos temos o “Projeto Arco-íris”, temos os professores voluntários, psicólogos que colaboram com a escola ajudando os alunos, projetos científicos, festival cultural, temos o grupo de música, o grupo de teatro. Dentre os objetivos da escola plena é que o aluno descubra o seu potencial, descubra o seu talento, para que ele seja um protagonista na sua caminhada pela vida, uma pessoa diferenciada na sociedade.

5.6 COLETA E UNIDADE DE ANÁLISE

A pesquisa teve dois enfoques os quais se fizeram necessários para a discussão levantada: 1º) num primeiro momento se preocupa de uma pesquisa de aspecto bibliográfico recorrendo a autores que discutem sobre a temática, e 2º) num segundo momento, um caráter mais investigativo com questionários semiestruturado e entrevistas, buscas de dados coletando da própria escola in loco.

A análise bibliográfica busca edições quanto possíveis mais atualizadas, recorre aos autores pertinentes que discute naquele momento em questão, principalmente sobre o empoderamento na adolescência.

A coleta de dados para investigação e análise dos resultados a serem quantificados conta de:

- ✓ Questionários semiestruturados, contendo questões fechadas;
- ✓ Entrevistas às pessoas (sujeitos) que atuam na junto as adolescentes grávidas objeto da investigação;

Prevalece sobretudo nessa busca a rigorosidade para que as informações sejam criteriosamente fidedignas, conforme aborda Nkuansambu (2015):

[...] Uma das mais básicas e importantes decisões para o pesquisador sobretudo na elaboração de pesquisas qualitativas é a seleção das unidades de análises. Ora, as posições a ser tomadas antes de começar qualquer procedimento implicam reflexões e novas posturas perante uma dada situação. É justamente o que acontece ao desenvolver uma investigação, seja no que tange a mensuração e a delimitação do campo de pesquisa: a construção do objeto de estudo ou de investigação; a escolha dos sujeitos, a postura dos interveniente, como a qualidade dos registros obtidos. (NKUANSAMBU, 2015, p. 117)

As unidades de análise utilizadas para essa investigação, devem buscar identificar as percepções dos diversos sujeitos que compõem o grupo de adolescentes grávidas da referida escola objeto de investigação, as perspectivas em relação ao empoderamento feminino como fator essencial para prevenir a gravidez precoce na adolescência, as estatísticas referentes a essa modalidade, para análise e compilação dos resultados. Dessa forma, essas atividades para essa pesquisa são chamadas de categoria de trabalho de campo: questionários, entrevistas e análise de fontes documentais.

O capítulo a seguir apresenta o resultado e discussão dos dados que foram coletados e colocados em confronto com os autores.

Capítulo 6
**RESULTADO E
DISCUSSÃO**

CAPÍTULO 6- RESULTADO E DISCUSSÃO

6.1 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

O instrumento utilizado para a coleta de dados na pesquisa foram questionários com perguntas fechados, endereçados a 13 (treze) alunas adolescentes grávidas estudantes do Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, em turmas de 1º a 3º Anos do Ensino Médio e para 13 (treze) professores da Escola Estadual André Antônio Maggi, localizada em Sapezal-MT. Os nomes das alunas e dos professores que participaram da pesquisa, não foram informados para resguardá-los.

6.1.1 Análise das Respostas das alunas, Mães Adolescentes

1) Perfil das alunas, mães adolescentes precoces, participantes da pesquisa sobre a idade

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) 13 anos
- (B) 14 anos
- (C) 15 anos
- (D) 16 anos
- (E) > de 16 anos

Tabela 1- Faixa etária das alunas participantes da pesquisa

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	-	-
B	2	15%
C	7	54%
D	1	8%
E	3	23%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Em relação a tabela 1, que diz respeito a faixa etária das alunas participantes da pesquisa, que compreende 15% das entrevistadas encontram-se na faixa etária de 14 (quatorze) anos, 54% 15 (quinze) anos de idade, 8% 16 (dezesesseis) anos e 23% possuem mais de 16 (dezesesseis) anos de idade.

As entrevistadas são estudantes do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano e em turmas de 1º ao 3º Anos do Ensino Médio. Nas adolescentes grávidas entrevistadas, que possuem um nível de ensino (fundamental e médio), portanto pesquisador como Ventura (2017) expressa que os dados estão relacionados com a referida pesquisa, pois em menor grau instrução quanto maior a probabilidade de gravidez.

Levando em consideração os resultados deste estudo, segundo Bretas (2015, p. 76) “pode-se observar que a fase mais acometida é a adolescência intermediária, por ser uma fase em que o ser humano atinge a maturidade sexual”, razão pela qual muitos dos adolescentes iniciam relacionamentos nessa fase que podem levar à gravidez indesejada. Que segundo Cerqueira-Santos (2010) “A jovem que engravida antes dos 20 anos não está preparada porque não completou seu desenvolvimento físico”, apresentando maior probabilidade de não completar a educação e de repetir a gravidez antes de atingir a idade adulta e de viver na pobreza.

A OMS considera a gravidez de risco que ocorre em mulheres menores de 20 anos, por ser a principal causa de mortalidade de mulheres jovens entre 14 e 19 anos, devido a complicações relacionadas ao parto e abortos realizados em condições de risco e que psicologicamente: muitas das adolescentes não querem reconhecer que estão grávidas, preferem ignorar por isso, atrasam o controle pré-natal, aumentando assim a mortalidade materna (OMS, 2017).

Recentemente, foi publicado o relatório da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituído pela federal: Lei nº 13.798/2019, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, apresenta um relatório em que, anualmente cerca de 18% dos brasileiros nascidos são filhos de mães adolescentes, o retrato da situação apresenta que a fecundidade adolescente está em ascensão no país, Por esses motivos, a gravidez na adolescência é considerada um problema de saúde pública (LEI Nº 13.798 DE 03/01/ 2019).

Diferentes estudos têm mostrado que a gravidez na adolescência é um processo vivenciado de diferentes formas, dependendo do ambiente sociocultural analisado. Oportunidades perdidas: as mães adolescentes têm maior probabilidade de abandonar o ensino médio, o que prejudica sua capacidade de participar plenamente na sociedade, ter uma renda, cuidar de si mesmas e cuidar de seus filhos. Também se torna um fator de transmissão da pobreza de uma geração a outra, agregando obstáculos à mobilidade social daquela geração e da seguinte,

aprofundando a pobreza. O início precoce da maternidade aumenta a probabilidade de ter mais filhos do que as mulheres que começam a ter filhos mais tarde. Isso influencia o tamanho das famílias e a população mundial total. Assim, “se em vez de 18 anos, a idade da mãe no primeiro parto fosse aumentada para 23 anos, o aumento demográfico poderia ser reduzido em mais de 40%” (RODRIGUES, 2015, P. 56).

Costa (2002), retrata que a gravidez na adolescência, será sempre um fato em discussão, longe de representar um acontecimento novo, esteve sempre presente na história, seja por meio de ritos e mitos, seja através da cultura de um povo, arraigado nos seus costumes.

O relatório do UNPFA preconiza a implementação de ações de empoderamento das adolescentes, para que elas defendam seus direitos, tenham redes de amigos, permaneçam na escola, tenham planos para o futuro e escapem do casamento precoce. Além disso, trabalhe para que ela tenha um emprego, saiba como administrar seu dinheiro no banco e economizar, que diga aos pais não aos casamentos ilegais, evite a propagação do HIV e evite gravidezes que não deseja. Ele acrescenta que os programas sociais devem direcioná-los antes que seja tarde demais e com empoderamento garantir que a infância nunca mais seja interrompida pela gravidez (UNPFA, 2013).

2) Mora com quem:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Pai e mãe
- (B) Só a mãe
- (C) Só o pai
- (D) Avós
- (E) Outras pessoas

Tabela 2- Com quem residem as alunas participantes da pesquisa

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	1	8%
B	6	46%
C	-	-
D	3	23%
E	3	23%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021.

Quando questionadas as entrevistadas sobre com quem residem, 8% responderam que possuem pai e mãe juntos, 46% afirmaram que residem apenas com a mãe, 23% somente com os avós, 23% com outras pessoas.

Estudo como de Rodrigues (2015) tem demonstrado que as jovens adolescentes grávidas ou não precisam de apoio, orientação da família, uma base familiar para se sustentar. A família tem um papel importante para dar apoio, orientações, trazer mudanças.

Nunes (2013) denomina que os laços afetivos influenciam na formação da criança e adolescente. Na experiência não há apreensão propriamente dita, pois o que é apreendido e o vivido são uma e a mesma coisa e, portanto, as experiências costumam ser consideradas experiências afetivas.

São semelhantes às pesquisas sobre o início da relação sexual sobre os dados com quem mora as adolescentes. Os resultados obtidos por Rezende e Leal (2013) em seu estudo sobre tipos e características da família das adolescentes grávidas no Instituto Materno-Perinatal Especializado, compartilham semelhança com os dados obtidos na presente investigação, constatando que a maioria das grávidas mulheres os adolescentes são uma espécie de família nuclear.

Por outro lado, Almeida (2019) explica que o tipo de família em que o adolescente se socializou ou com a qual vive tem uma influência importante em seus comportamentos sexuais e reprodutivos. Assim, famílias "bem constituídas", com ambos os pais biológicos presentes, ofereceriam um escopo de proteção. Adolescentes dessas famílias teriam menor probabilidade de adotar comportamentos de risco, ou seja, ter iniciação sexual precoce e sexo desprotegido e, portanto, engravidar a parceira. Há uma concordância com o que é colocado pelo autor, pois os resultados indicam que cerca de 46% afirmaram que residem apenas com a mãe, essas adolescentes grávidas vêm de uma família onde havia apenas um dos pais (46% tipo de família monoparental) e de um determinado grupo (23%) onde viviam com outras pessoas parentes (32% apenas com avós) e finalmente 8% desta população restante, expressa ser uma família onde os dois pais lideram (família nuclear).

Segundo Simões (2018) que, em sua pesquisa, considera que o funcionamento familiar pode ser eficaz com adolescentes para o uso de anticoncepcionais ou seleção para o aborto, mas não para sua atividade sexual;

portanto, a escolaridade, a idade da adolescência e a renda familiar influenciam a prevenção da gravidez.

Os adolescentes têm requisitos básicos (direitos) que precisam ser satisfeitos: nutrição, exercícios, recreação e acesso a serviços. Segundo a OMS, para um desenvolvimento saudável a adolescentes e jovens precisam primeiro, ter tido uma infância saudável; segundo, ter ambientes seguros que os apoiem e forneçam oportunidades, por meio da família, colegas e outras Instituições sociais; terceiro, informações e oportunidades para desenvolver uma ampla gama de habilidades práticas, vocacionais e para a vida; e quarto, ter acesso com equidade, a um amplo gama de serviços: educação, emprego, saúde, justiça e bem-estar (OMS, 1989). O UNICEF acrescenta a necessidade de um ambiente macro de apoio, criado por políticas e legislação, valores da sociedade, modelos positivos e normas de conduta, apoiados pela mídia.

Vários estudos sobre fertilidade na adolescência concordam que as relações familiares têm uma influência significativa no comportamento sexual adolescente. Conforme evidenciado pela pesquisa realizada por Lawrence (1997) na qual se conclui que adolescentes que pertencem a famílias não estruturadas, seja por separação e / ou divórcio de seus pais, buscam compensação emocional na atividade sexual e / ou em uma gravidez, para suprir a falta de afeto no ambiente familiar.

Os resultados obtidos nos estudos revisados refletem a importância do ambiente familiar na estabilidade emocional do adolescente, bem como a importância da funcionalidade da família no desenvolvimento de sua vida, ao contrário, a disfunção familiar predispõe ao desenvolvimento de comportamentos de risco em adolescentes, que podem afetar sua saúde física, psicológica e / ou social.

Nesse sentido, Ventura (2017) é importante mencionar na voz dos jovens a forma como eles vivenciam a relação com os pais e as interpretações que fazem das recomendações que recebem dos pais. Da mesma forma, fica exposto o contraste entre as percepções e expectativas que pais e mães têm sobre a sexualidade de suas filhas, bem como as vicissitudes que sentem que a paternidade lhes reserva.

O fato de pertencer a uma família nuclear, monoparental ou extensa, segundo Saffiotti (2017) permite que os jovens configurem seus papéis dentro de suas famílias ou dos lares que irão estabelecer a partir de então. Da mesma forma, quando as pessoas tomam a experiência de um dos familiares como referência, irão desenvolver certas habilidades a partir das quais se estruturarão seus relacionamentos.

Para Godinho (2016, p. 89), a concepção de sexualidade está amplamente associada à genitalidade, uma vez que “as recomendações que receberam dos pais são a respeito à prevenção da maternidade ou paternidade precoce”. A gravidez na adolescência é uma crise que se sobrepõe à crise da adolescência. As fases da adolescência influenciam as atitudes das adolescentes em relação à gravidez. Existem profundas diferenças nas experiências da gravidez durante o início, meio e final da adolescência, e seu conhecimento ajuda a compreender a gravidez na adolescência em seu contexto evolutivo.

Portanto, a gravidez na adolescência não representa apenas um problema de saúde, mas também repercute na área social e econômica, pois implica na diminuição das oportunidades educacionais ou no abandono total dos estudos pela mãe adolescente, o que repercute no aumento da exclusão e das desigualdades de gênero, contribuindo para a fortalecimento do círculo da pobreza.

3. Reconhecimento da sexualidade do corpo e avaliação do conhecimento sobre o empoderamento feminino:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Expressar seus direitos.
- (B) Ampliar a autoconfiança.
- (C) Fortalecer sua própria identidade
- (D) Controle sobre suas relações pessoais e sociais.

Tabela 3: Conhecimento sobre o empoderamento feminino

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	3	23%
B	6	47%
C	2	15%
D	2	15”%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

As entrevistadas foram inquiridas a respeito do conhecimento sobre o empoderamento feminino, 23% responderam que é uma forma de expressar seus direitos, 47%, o empoderamento contribui para ampliar a autoconfiança, 15% para

fortalecer sua própria identidade e 15% disseram que é para o controle sobre suas relações pessoais e sociais.

Friedmann (2006), a respeito do entendimento do empoderamento e a visão de grupos de mulheres e outros movimentos sociais, vai muito além. Para o autor, o empoderamento seria uma estratégia que encorajasse as mulheres, e outros grupos marginalizados, a aumentar seu poder, ou seja, "acessar o uso e controle de recursos materiais e simbólicos, ganhar influência e participar da mudança social" (FRIEDMANN, 2006, p. 89).

Isso também inclui um processo pelo qual as pessoas tomam conhecimento de seus próprios direitos, capacidades e interesses, e como estes se relacionam com os interesses de outras pessoas, a fim de participar de uma posição mais sólida na tomada de decisões e estar em posição de influenciá-los.

Entendemos que ao empoderar os adolescentes, reconhecendo seus direitos e capacidades, aceitando suas contribuições e patrocinando a tomada de decisões, o autocuidado é favorecido e que é possível uma promoção da saúde efetiva que ofereça oportunidades práticas para fortalecer as habilidades e capacidades individuais e comunitárias.

A confiança na própria competência pessoal também foi considerada como um elemento de empoderamento, que é definido como "as crenças das pessoas sobre sua capacidade de atingir níveis de desempenho que influenciam os eventos que influenciam suas vidas" (MENDONÇA, 2018, p. 87).

Pessoas com grande confiança em suas habilidades encaram as tarefas difíceis como desafios a serem enfrentados e não como ameaças a serem evitadas. Embora muitas vezes seja considerado um substituto para o empoderamento, é importante analisar como a competência pessoal se aplica às adolescentes, que podem ter uma interpretação diferente do significado de "desempenho" ou "sucesso".

Empoderar meninas adolescentes é um processo. As jovens passam por fases em que adquirem autonomia, mas essa situação pode mudar em diferentes estágios de seu desenvolvimento. Empowerment implica bem-estar psíquico e inclui conceitos como autoestima, escolha, controle e ação. Significa ter opiniões próprias e alternativas a capacidade de agir sobre eles (VENTURA, 2017).

O poder de decisão é multidimensional e se manifesta em diferentes aspectos da vida do adolescente, como o lar, a escola e a comunidade. As percepções do poder de tomada de decisão podem mudar em diferentes ambientes; a garota pode sentir

empoderados em casa, rodeados pela família ou com os pais, mas consideram que não têm poder de decisão na escola ou na comunidade

Adolescentes entre 15 e 19 anos segundo Bretas (2015), têm duas vezes mais chances de morrer durante a gravidez ou no parto do que mulheres entre 20 e 30 anos. Para menores de 15 anos, os riscos são cinco vezes maiores (57%). Para cada adolescente que morre no parto, “muitos mais sofrem de lesões, infecções e deficiências de longa duração, como a fístula obstétrica” (UNFPA, 2005, p. 76).

De acordo com Moreira (2016), o indivíduo ao trabalhar para o seu empoderamento implica, inicialmente, que requer uma ajuda para que possam recuperar a autoestima e a acreditar que têm o direito de agir nas decisões que lhes dizem respeito. Este processo de conscientização pode ser longo e difícil.

O empoderamento é uma ferramenta privilegiada que pode contribuir por si só para o pleno desenvolvimento e bem-estar das adolescentes, podendo ainda servir como mecanismo de prevenção e erradicação da violência no namoro, bem como para otimizar a saúde sexual e a reprodutiva das jovens. No caso das adolescentes do sexo feminino, o processo de empoderamento também representa a possibilidade de transformar e eliminar as condições de desigualdade de gênero e sua subordinação aos homens em todas as esferas da vida.

4) Sobre de que forma as informações sobre sexualidade chegam ao seu conhecimento

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Mãe
- (B) Pai
- (C) Pais e mãe
- (D) Amigos
- (E) Professores
- (F) Profissionais de saúde
- (G) Outros. caminhos

Tabela 4- Informação de como o assunto sobre sexualidade chegou até as alunas

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	-	-
B	-	-

C	1	8%
D	3	23%
E	2	15%
F	-	-
G	7	54%
Total		100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Entrevistados a respeito da informação de como o assunto sobre sexualidade chegou até as alunas, 8% responderam que obtiveram informações por meio dos pais (pai e mãe), 23% garantem que as informações foram através dos amigos, 15% por meio dos professores, 54% receberam essas informações por outros caminhos.

Na análise sobre como receberam as informações, 54% afirmaram que foi por outros caminhos. Isso demonstra que os meios de comunicação de massa estão na vanguarda das formas como os entrevistados recebem informações sobre educação em sexualidade, o que consideramos pode responder ao efeito compensatório da erotização da mídia, o aumento da divulgação do tema da sexualidade, em que vários *pontos*, reportagens e as dramatizações informam e, principalmente, promovem o uso de meios de proteção contra as doenças sexualmente transmissíveis, situação que gera uma promoção indireta da prevenção da gravidez.

Uma porcentagem (23%) das entrevistadas afirmaram que os amigos são outra grande fonte de informação sobre educação sexual. Acredita-se que tal se justifique pelo papel central que a comunicação com os pares desempenha nesta fase e não pela qualidade da informação.

A educação sexual oferecida pelos professores (15%), acreditamos, se torna invisível pelas características dos conteúdos tradicionais abordados em sala de aula e pela falta de preparação destes que naturalizam esses temas ou às vezes se fundem ao transmiti-los aos alunos que, aliás, chegam à escola com conhecimentos formais de educação sexual.

É muito importante observar que os pais (8%) não estão preparados para enfrentar esse problema, algumas por ser mãe solteira, é considerado uma vergonha em muitas sociedades, os mesmos pais rejeitam o adolescente, privando-o assim de conhecimentos.

Tudo isso indica conforme Cunha (2014), que esforços devem ser redobrados para proporcionar educação sexual aos adolescentes, pois só assim é possível retardar a idade da primeira gravidez e dar-lhes expectativas de melhora, que contribuem para a redução do número de filhos e aumento do intervalo entre nascimentos. Embora um número maior de escolas ao redor do mundo esteja começando a oferecer educação sexual, muitos dos cursos não incluem informações sobre reprodução e anticoncepcionais, os professores muitas vezes evitam o assunto porque eles próprios não são informados. No entanto, a ampliação e melhoria dos recursos de educação sexual nas escolas não beneficiam os jovens que não frequentam a escola, por isso os programas de planejamento familiar devem fornecer informação e orientação a esses jovens por meio de atividades inovadoras de extensão, além de oferecer cursos de educação sexual em centros comunitários.

Nesse contexto, Melo e Lopes (2012) discorrem que mulheres jovens com maior poder de decisão junto aos seus parceiros, têm cinco vezes mais probabilidade de questionar o uso consistente de preservativo do que mulheres jovens com baixo poder de decisão. Inquestionavelmente, as diferenças de gênero também desempenham um papel complexo e determinante na forma como os adolescentes assumem sua sexualidade, dificultando o desenvolvimento de uma vida sexual plena e controlada.

5) Em relação ao nível de abertura no seu ambiente familiar para que se fale sobre assuntos relacionados a sexualidade:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Não se fala sobre o assunto.

(B) Fala-se abertamente.

Tabela 5: Nível de abertura no ambiente familiar sobre assuntos relacionados à sexualidade

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	10	77%
B	3	23%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Em relação Nível de abertura no ambiente familiar sobre assuntos relacionados à sexualidade, 77% colocaram que não se fala sobre o assunto, 23% apenas fala-se abertamente.

Cunha (2014) fala que é possível que, para todos os sentimentos de vergonha ou desconforto que são gerados ao falar sobre sexualidade em relação aos filhos, o trabalho de abordá-la seja delegado sempre às mulheres. Portanto, se as jovens engravidam prematuramente, não apenas os pais podem culpar as mães por essa situação, mas também passam a se autocensurar pela situação de seus filhos ou filhas.

A afirmação de uma mãe segundo Cunha (2014, p. 65) “Eu me senti culpada, porque não falei com ele, e me culpei por dar tanta liberdade”. Quando a família é privilegiada sobre outros interesses, as mulheres têm precisamente a função de garantir que todo o bem-estar e desenvolvimento da família seja de sua responsabilidade, de forma que qualquer situação que interrompa essa aspiração será uma falha do papel da mãe da família.

Conforme afirma Castro (2018), embora existam tendências de transição nas relações estabelecidas pelos pais no que diz respeito à formação e orientação sexual, ainda são as mães que estabelecem os diálogos sobre sexualidade, principalmente com suas filhas.

Por outro lado, Cardoso (2017) coloca que os jovens também recebem informações explícitas sobre genitalidade ou contracepção, por meio dos irmãos mais velhos, amigos, colegas de escola. Para o autor, os pais que se situam na tendência de transição modificam suas práticas para expressar afetividade, mas “procuram compartilhar algumas questões da sexualidade com seus filhos, mas principalmente com seus filhos homens” (CARDOSO, 2017, p. 63).

Segundo Vieira (2017), embora os pais e mães tentam falar sobre a sexualidade, os pais não ofereceram orientações claras para que suas filhas tenham a possibilidade de se desenvolver de forma autônoma e livre. Se, por um lado, os pais cresceram com a ideia de que a sexualidade é imoral; por outro lado, quando os pais suspeitam que seus filhos já pudessem estar tendo relações sexuais e, são obrigadas a aceitar, portanto, antecipando as possíveis consequências, às vezes sugerem aos jovens que tomem os cuidados necessários para evitar a gravidez.

As mulheres jovens recebem recomendações não apenas sobre o adiamento do início de suas relações sexuais e como evitar a gravidez, mas também sobre como

encontrar um parceiro que as respeite. Algumas das jovens revelam que foram as mães que lhes deram informações sobre menstruação, cuidados e higiene; enquanto um dos pais também aconselhou suas filhas a identificar as situações em que poderiam ser vítimas de violência sexual

Nesse sentido, surge uma categoria emergente em que as jovens são sugeridas a estabelecer uma relação com seu parceiro por meio de um namoro saudável onde são alertadas de que os homens só procuram ter relações sexuais e, uma vez alcançadas, procedem ao abandono ou à má reputação da jovem. O namoro saudável seria rompido quando o casal tivesse relações sexuais independentemente das motivações e decisões dos jovens ou se a relação se mantivesse ao longo do tempo.

Dessa forma, Sousa (2018) refere-se aos pais que acabam reproduzindo, em meio a ambiguidades, o tradicional contraste das relações de gênero, o que permite aos jovens configurar sua construção de gênero a partir das crenças que estabelecem que feminilidade ou masculinidade dependem da sexualidade que as pessoas têm, ou seja, uma mulher será mais mulher se ela for virgem e atender ao ideal de uma mãe, ou o homem será mais homem se for sexualmente especialista em dirigir ou satisfazer suas parceiras.

Isso corresponde ao que afirma Toneli (2015):

[...] é compreensível que haja conflito entre pais e filhos, bem como no campo da sociabilidade e da troca sexual-afetiva juvenil em torno da definição de ser adolescente feminino e masculino e seu comportamento sexual correto, para na medida em que, em um quadro de ambiguidade, os processos de socialização continuam reproduzindo uma assimetria de gênero. (TONELI, 2015, p. 98)

Como acrescentou a autora, a confiança em esclarecer dúvidas com os pais é difícil não só porque os jovens não são levados em consideração em suas motivações, medos e expectativas sobre sua vida sexual, mas também quando desejam consultar seus Pais sentem que podem ser julgados a priori sobre o início de suas relações sexuais e que isso implicaria na imposição de regras e barreiras para seu livre desenvolvimento.

Como apontam Leite (2015, p. 74) para os jovens, existe a ideia de que tanto os familiares quanto os pares maltratam as adolescentes que iniciaram sua vida sexual “pelo fato de terem transgredido normas, no caso, por uma iniciação sexual considerada irresponsável ou inapropriado para o mundo adulto” (p. 75).

Desse modo, entende-se que mesmo a sexualidade não só continua a ser equiparada à genitalidade, mas que a genitalidade ainda permanece na categoria de tabu, entre o sagrado e o profano, aquilo que é pouco valorizado em sua dimensão integral necessária ao desenvolvimento humano. Os pais e mães de família cresceram sob uma visão católica tradicional que, além de marcar a diferença entre mente e corpo, identifica no corporal e no genital a marca do pecado e daquilo que aliena as mulheres.

Da mesma forma, deve-se considerar que devido às condições socioeconômicas por que passam essas famílias (vários lares monoparentais), os pais ou mães assumem empregos informais e com longas jornadas de trabalho, de modo que na maioria das vezes os pais dividem seus espaços entre trabalhar, fornece alimentação e cuidar de seus filhos ou filhas. É então esta outra razão pela qual não dispõem do tempo necessário para conhecer a sua situação escolar, a sua vida social ou sexual.

Nesse contexto, os professores, ao orientar as adolescentes, deve falar em empoderamento, que implica fornecer-lhes ferramentas que lhes permitam desenvolver plenamente as suas capacidades e aspirações, movidos por uma atitude fundamental de respeito pelos seus direitos, promovendo a sua plena participação na sua família, escola e meio social, garantindo sua saúde física e mental e protegendo-as contra a violência e a discriminação.

6) A respeito de quais métodos contraceptivos você conhece e saberia utilizá-lo ou indicar para que o seu parceiro utilizasse

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Só conheço a camisinha masculina e feminina
- (B) Só conheço o DIU
- (C) Só conheço a pílula anticoncepcional
- (D) Só conheço a injeção para evitar a gravidez
- (E) Só conheço o diafragma
- (F) Só conheço a pílula do dia seguinte
- (G) Não conheço nenhum
- (H) Conheço 2 desses métodos
- (I) Conheço 3 desses métodos
- (J) Conheço 4 desses métodos

(H) Conheço 5 desses método

(I) Conheço todos esses métodos contraceptivos

Tabela 6: Conhecimento a respeito de métodos contraceptivos

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	1	8%
B	-	-
C	-	-
D	1	8%
E	-	-
F	2	15%
G	-	-
H	3	23%
I	3	23%
J	2	15%
H	1	8%
I	-	-
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Em relação ao conhecimento a respeito de métodos contraceptivos, 8% afirmaram que somente conhece a camisinha masculina e feminina, 8% conhecem a injeção para evitar a gravidez, 15% afirmaram somente conhecer a pílula do dia seguinte, 23% afirmaram conhecer 2 desses métodos, 23% disseram conhecer 3 desses métodos, 15% falaram que conhece 4 desses métodos, 8% disseram conhecer 5 desses métodos.

Em relação ao uso de anticoncepcionais, percebe que existe um determinado conhecimento sobre algum método anticoncepcional antes de engravidar. Esses resultados segundo Castro (2018) refletem a relutância dos pais em discutir sexo com os adolescentes e a inadequação dos esforços para fornecer educação sexual. Apenas uma minoria de adolescentes recebe uma educação abrangente sobre reprodução e anticoncepcionais. Uma melhor educação sexual para os pais provavelmente resultará em um melhor entendimento entre pais e filhos.

Para Chacham (2012), geralmente o sexo masculino afirmam que por ser a mulher que poderá ficar grávida, é ela quem deve assumir e exigir a contracepção, pois conhecem melhor o seu corpo e os seus ciclos menstruais, são elas que acabam mais afetadas, são os seus corpos que passam por transformações ou são elas que

podem ser abandonados por seus parceiros, assim segue o depoimento encontrada em sua pesquisa:

[...] A mulher que é quem mais tem que se cuidar, deve planejar com cuidado, com contraceptivos, ela deve ter mais controle porque ela deve saber em que dia do mês ela deve estar fértil, ao sai do controle nesses dias e é por isso que acontece a gravidez. (CHACHAM, 2012, p. 76).

Por um lado, essas falas podem mostrar que a responsabilidade pelo cuidado é atribuída às mulheres, pois se os métodos aos quais os jovens mais têm acesso são a camisinha e a interrupção da relação sexual, em geral são práticas que podem afetar a sensação de prazer durante o sexo em homens. Isso também mostra um alto risco de os homens contraírem uma Doença Sexualmente Transmissível - DST - porque eles não consideram que o preservativo é o único método que garante dupla proteção: prevenção da gravidez.

Por sua vez, Barros e Busanello (2019) coloca que as mulheres também apresentam motivos para que os homens garantam a prevenção da gravidez. Por um lado, as mulheres alegam os efeitos colaterais produzidos pelo uso de anticoncepcionais hormonais, bem como a possibilidade de serem descobertas pelas mães.

Vieira e Cruz (2017) coloca que talvez pelas dificuldades de acesso ao aconselhamento em saúde sexual e reprodutiva, as jovens se deixaram levar pelos comentários de outros companheiros que já tinham alguma experiência em relações sexuais. Com esta informação errônea que as jovens dão como certo, correm o risco de serem afetadas na sua saúde reprodutiva.

De acordo com Souza (2018), as mulheres tentam projetar uma imagem de "ingenuidade" no nível sexual sob o estereótipo de que são os homens que têm mais conhecimento e experiência para ter relações sexuais; enquanto as mulheres serão mais modestas e se tornarão mais atraentes para seus parceiros se elas se deixarem levar pelas propostas que seus parceiros lhes fizerem.

Esse tipo de raciocínio segundo Toneli (2015), também é corroborado que para preservar o papel tradicional da submissão, as mulheres escolhem que os homens escolham ou usem métodos anticoncepcionais; caso contrário, poderiam ser julgadas ou rejeitadas, seja pelos companheiros ou pela sociedade em geral: "Para as mulheres planejar é malvisto porque estão dispensadas" (TONELI, 2015, p. 30). A figura de ser "liberada" equacionaria as mulheres como sexualmente promíscuas e

como aponta o estudo de Leite (2015) que as mulheres continuam com o compromisso romântico e podem limitar a decisão sobre suas relações sexuais, dando aos homens mais controle.

Para Leal (2015) aspectos associados à classe social podem ser importantes quando se consideram as vivências sexuais de jovens, por exemplo, naqueles jovens que vivem em setores de estratos mais elevados, a iniciativa sexual feminina está associada a uma iniciativa empoderada, liberal ou determinada; enquanto na jovem localizada em estratos inferiores essa busca de prazer pode levar à rejeição, ela não é tratada com respeito ou recebe rótulos desqualificantes.

Naomí (2015) fala que, uma vez que as crenças que homens e mulheres têm sobre os métodos de planejamento tenham sido revisadas, a forma como o uso de anticoncepcionais no casal sempre é negociada. As conversas em torno da decisão de se proteger para a prevenção da gravidez ocorrem após os primeiros contatos sexuais, pois através dessas trocas o constrangido é ganhava confiança para poder fale sobre essas questões com mais calma.

Da mesma forma, Bravo (2015) fala que, quando os rapazes e moças afastam a suspeita de gravidez por terem feito sexo desprotegido, as vezes decidem usar anticoncepcionais. No entanto, alguns limitam-se a tomar a decisão, mas na realidade não seguem em grande parte nenhuma medida de proteção.

De acordo com Cramer (2012), quando os jovens se deixam levar pelas emoções e sensações que vivenciam antes e durante os encontros sexuais, dificilmente cogitam o uso de formas de proteção e se as considerarem, recorrerão aos métodos que são viáveis.

Portanto, devido às dificuldades de acesso a um conselho ou consulta que lhes forneça informações verídicas para a escolha de um método de acordo com suas necessidades fisiológicas ou com a idade, os jovens acabam aceitando as orientações de seus pares, mesmo que não sejam os métodos corretos.

7) Avalie seu grau de conhecimento a respeito dos temas sexualidade e comportamento sexual de risco:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Ótimo
- (B) Bom.
- (C) Ruim

(D) Péssimo

(E) Não quero opinar

Tabela 7: Como avalia seu conhecimento a respeito dos temas sobre sexualidade e comportamento sexual de risco.

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	-	-
B	7	53%
C	4	31%
D	1	8%
E	1	8%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Em relação ao conhecimento a respeito dos temas sobre sexualidade e comportamento sexual de risco, 53% avaliaram como bom, 31% como ruim, 8% como péssimo, 8% não quiseram opinar.

Para Santos e Vieira (2011), ao contrário dos homens, as mulheres, quando falam sobre sexualidade, envolvem outros componentes como afeto, amor e amizade com seus parceiros; enquanto para alguns jovens, a sexualidade ainda é enquadrada no prazer físico obtido na relação sexual.

Esse conhecimento é interessante, segundo Pires (2014), porque não é concebido apenas a partir da parte corporal, mas também envolve componentes mais sublimes onde o casal se envolve e se estabelecem laços mais profundos. Quando o jovem expressa a vulnerabilidade que envolve o exercício da sexualidade, pode-se compreender a forma como outros aspectos da identidade são comprometidos que vão além do prazer físico sem negligenciá-lo.

Da mesma forma, Ferreira (2038) coloca que o conhecimento a respeito dos temas sobre sexualidade pode ser interpretado como aquele que permite que se expresse sem medo e de forma coerente entre o que deseja e o que compartilha consigo mesmo ou com seu parceiro. Ele explica essa construção da sexualidade por meio das conversas contribui com um meio facilitador em Saúde Sexual e Reprodutiva, que lhes permitem compreender que a cada ato que envolve a sexualidade se avança para estados emocionais mais complexos.

Nesse sentido, Aureliano (2015) contribui:

[...] A sexualidade ocorre em todos os momentos da vida, desde que o ser humano concebe já existem características genéticas que fazem um homem ou uma mulher, enfim, digamos que na adolescência, na juventude, na infância, na idade adulta. É mais parecido com esses papéis, comparado ao meu papel de gênero comparado a ser homem ou mulher, [...] é um comportamento de alguém na frente de um homem ou mulher, na frente dos outros ou de si mesmo. (AURELIANO, 2015, p. 67)

Como discorre a autora, que “Sexualidade não é apenas ter filhos e fazer sexo, sexualidade é um tema bastante amplo que pode ser abordado de várias maneiras” (AURELIANO, 2015, p. 69). É um tema tão amplo, tão complexo que vai desde um simples olhar até tudo que pode levar à convivência do casal, a relação entre amigos, carinho, autoestima, tudo isso é sexualidade.

Essas conceituações e conhecimento a respeito dos temas sobre sexualidade, de acordo com Ferreira e Mamede (2017), vários fatores podem ser notados, que se transmitidos aos alunos poderiam, de repente, alcançar construções mais completas. Isso não quer dizer que os professores sejam os responsáveis por garantir uma maior compreensão da sexualidade, pois, como já apontado, isso pode depender de outras condições de formação e de história de vida.

O sentido que se atribui ao conhecimento a respeito dos temas sobre sexualidade, para Carvalho, Andrade e Menezes (2010) corpo e à sexualidade pode ter grande influência nas crenças dos adultos, principalmente nos saberes e crenças que se constroem - ou se impõem - a partir de intervenções em saúde sexual e reprodutiva e como indica, o corpo representa um importante campo de análise. Nos diagnósticos consultados, a corporalidade parece reduzida à genitalidade ou à gravidez. Da mesma forma, sobre as relações de gênero, existem certos códigos de conduta que orientam a forma de agir de homens e mulheres e embora agora haja possibilidades de falar mais facilmente sobre sexualidade, as formas como homens e mulheres desenvolvem sua masculinidade e feminilidade, respectivamente, continuam sendo questionados. Além disso, a liberdade de escolha é identificada mais nos homens do que nas mulheres, uma vez que uma mulher que expressa abertamente sua sexualidade é desvalorizada.

8) Avalie sobre a importância do porquê se fazer sexo:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Somente por necessidade biológica.
- (B) Somente por prazer.
- (C) Somente para a reprodução humana.
- (D) Quando tem sentimento envolvido.

Tabela 8: Importância de fazer sexo

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	3	23%
B	4	31%
C	-	-
D	6	46%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Foram questionadas as entrevistadas sobre a importância de fazer sexo, 23% responderam somente por necessidade biológica, 31% somente por prazer, e 46% responderam quando tem sentimento envolvido. Pelas respostas da maioria, a vivência da sexualidade é esperada como forma de expressão do amor. Segundo Carvalho (2013):

[...] Homens e mulheres concordam que, ao conhecerem seus parceiros, perceberam que compartilhavam gostos, interesses, formas de pensar, significados e projetos de vida semelhantes, portanto, experimentaram uma sensação de bem-estar e confiança e. Por esse motivo, eles foram encorajados a fazer parte de um relacionamento de casal.

Para os homens, segundo o autor, a atratividade física considera um ingrediente que os encoraja a estabelecer uma primeira aproximação amigável com suas futuras parceiras, mas com o tempo eles descobrem que seu jeito de ser e o apoio que as parceiras proporcionam, lhes dão segurança, outros aspectos levam em consideração num relacionamento.

Louro (2016) explica que a situação das mulheres muda um pouco. Para elas, as expressões de afeto dos futuros companheiros são importantes, pois isso as fez pensar que existiam intenções boas e sérias.

Pode-se pensar que, para as jovens participantes desta pesquisa, a busca por um companheiro se restringe às relações que escolhem em seu contexto mais imediato, como a escola ou os amigos da vizinhança. Por isso, talvez o fato de um

homem não consumir bebidas alcoólicas seja valorizado como algo positivo, uma vez que suas demandas se ajustam ao que o meio ambiente os pode oferecer. As jovens valorizam esta característica como uma qualidade exclusiva, mas é como se fosse uma condição que mais do que merecem, consideram um privilégio a que poucos têm acesso. Muito poucos dos jovens seguiram o protocolo tradicional de perguntar se queriam um relacionamento com um parceiro, a fim de posteriormente acessar os contatos corporais e emocionais. Alguns outros e outras tomaram essa troca de emoções como um jogo, mas fizeram seu caminho para a experiência de sentimentos mais profundos e íntimos

Segundo Scott (2008), propor o corpo como espaço de intervenção na adolescência não é uma associação casual. A adolescência está ligada a uma série de mudanças biopsíquicas e conceituais em relação ao corpo e à experiência corporal. Esta proposta se baseia no fato de que o corpo e os comportamentos corporais são moldados pelo contexto social e cultural. Em outras palavras, o corpo faz parte de uma socialização da experiência corporal por meio da qual lhe são atribuídos significados e por meio da qual se estabelecem relações e comportamentos.

A saúde sexual e reprodutiva dos jovens segundo Louro (2016), é atualmente uma das questões mais importantes tanto na esfera acadêmica quanto na política. A preocupação central de muitos governos concentrou-se na redução dos riscos de doenças sexualmente transmissíveis (DST), vírus da imunodeficiência humana e síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV / AIDS) e gravidez na adolescência. Nos últimos dez anos, um conjunto de pesquisas, ações e políticas tem servido para melhorar o estado de saúde dos jovens. No entanto, a visão de saúde pública que norteou todos esses esforços de prevenção tem sido limitada pela forma de conceituar a sexualidade.

De acordo com Souza (2018), é necessário, portanto, observar a sexualidade numa perspectiva mais ampla, que permita abranger os aspectos relevantes da saúde sexual dos jovens, as diferentes dimensões envolvidas, identificando as contradições e tensões das diferentes esferas (política e individual, macro e micro), bem como as posições, contradições e tensões dos diferentes atores envolvidos: os formuladores das políticas de saúde sexual juvenil, os executores das políticas (médicos-professores) e os próprios jovens.

III Orientação sexual

9) Identifique que mudanças ocorrem na fase da adolescência:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Transformação do corpo
- (B) Transformações emocionais
- (C) Rebeldia
- (D) Momento de assumir responsabilidade
- (E) Momento do trabalho
- (F) Fase do namoro
- (G) Tornando-se um adulto
- (H) Pelo menos duas dessas alternativas

Tabela 9: Sobre as mudanças que ocorreram na fase da adolescência que foram mais intensas

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	4	31%
B	3	23%
C	1	8%
D	3	23%
E	-	-
F	-	-
G	-	-
H	2	15%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Em relação as mudanças que ocorreram na fase da adolescência 31% colocaram que foi a transformação do corpo, 23% disseram que transformações emocionais, 8% rebeldia, 23% momento de assumir responsabilidade e 15% pelo menos duas dessas alternativas.

As mudanças que ocorrem na fase da adolescência segundo Simões (2018), colocam que as dimensões mais proeminentes do desenvolvimento do adolescente ocorrem nos níveis intelectual, sexual, social e de identidade. Que segundo o autor estas não são sequências rígidas, visto que as acelerações e desacelerações dos processos dependem, pelo menos, das diferentes subculturas, da situação

socioeconômica, dos recursos pessoais e tendências anteriores, dos níveis de saúde mental e desenvolvimento biológico, das interações com o meio ambiente, e, entre estas, as relações de gênero e as relações intergeracionais.

De acordo com Almeida (2019), mudanças que ocorreram na fase da adolescência, a preocupação psicológica gira basicamente em torno do físico e do emocional. Há uma reestruturação da imagem corporal, há um ajuste às mudanças corporais emergentes, o humor é flutuante; há uma forte autoconsciência das necessidades e desejos de compreensão e apoio por parte dos familiares. Mesmo quando as figuras parentais deixam de ser a fonte quase exclusiva de promoção da autoestima, é fundamental que haja a possibilidade de compartilhar os problemas com os pais; amigos também se tornam cruciais. Os grupos tendem a ser do mesmo sexo, facilitando o fortalecimento de identidades e papéis antes de entrar na interação heterossexual.

Ventura (2017), sobre a perda do corpo infantil e a transição para a adolescência, implica a necessidade de abandonar as modalidades de ajustamento da infância, abandonar as identificações infantis e encontrar novas orientações comportamentais. Para o autor, existe luto pela perda do corpo e do status infantil, bem como pela imagem dos pais seguros e protetores da infância. Na família, surgem ansiedades com o anúncio de mudanças diferenciadoras cujo desfecho é ignorado. As fortalezas e fragilidades do sistema familiar contribuem para a interpretação dos fatos e da perspectiva que norteia as reações e atitudes frente ao renascimento puberal.

Tradicionalmente, essas mudanças na fase da adolescência, de acordo com Calle Aguirre (2016), o início da puberdade marca o aparecimento de um discurso no qual enfatizam os riscos e as perspectivas morais. A autonomia na tomada de decisões na maioria das vezes, não é incentivada. Culturalmente, o surgimento de sinais de desenvolvimento sexual tende a ser encarado pelos adultos de forma oposta para cada sexo: controle e vigilância para as meninas, incentivo e liberdade para os meninos.

Nas adolescentes, conforme Ramos Padilla (2016), a menstruação é um sinal de grande importância e o evento é reinterpretado de acordo com as avaliações atribuídas ao destino da mulher. As reações podem variar da indiferença dos pais à celebração ou ao anúncio do drama da sexualidade e da procriação, as

responsabilidades da vida adulta. As diferentes posições terão impacto na disposição com que a púbere enfrenta a perspectiva de crescimento.

Sobre essas mudanças ocorridas nessa fase, Bretas (2015) discorre que essas preocupações psicológicas giram principalmente em torno do pessoal - a afirmação social e as experiências de amor emergem. A busca pela canalização dos impulsos sexuais emergentes, a exploração das capacidades sociais e o apoio na aceitação pelo grupo de pares estimulam a afirmação pessoal e social na adolescência.

A construção da individuação como mudanças nessa fase, conforme Dorr-Zegers (2012), desencadeia duelos importantes para as figuras parentais: a família deixou de ser o espaço privilegiado de confirmação das habilidades e da autoestima do adolescente, o que gera para as figuras parentais o difícil desafio de alcançar a capacidade de manter e expressar, nestas novas condições, a aceitação dos filhos adolescentes, que é sempre essencial para o seu desenvolvimento. A sexualidade do adolescente deve ser vivida fora da família e novos papéis são ensaiados e testados em grupos de pares e esferas da sociedade em geral. Isso cria novas condições de desenvolvimento social que contribuem para a diferenciação do grupo familiar e para a autonomia.

Oliveira (2013) fala que, no entanto, a família e a sociedade não aceitam o direito das adolescentes à relação sexual, nem reconhecem o prazer como componente da sexualidade, o que leva a inscrever essas relações no campo da transgressão e do “proibido. Por outro lado, não informam sobre o assunto ou facilitar o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Calle Aguirre (2016), fala que é importante reconhecer que, para os adolescentes, o amor, o prazer e a amizade são preocupações muito valiosas que os adultos tendem a suprimir quando abordam sua sexualidade do ângulo exclusivo da moralidade ou da saúde reprodutiva. Não é incomum para as meninas encontrarem os namorados a figura mais confiável para compartilhar afetos e preocupações. As transformações emocionais, servem aos meninos e meninas como oportunidades para ampliar experiências e interesses e enriquecer a identidade.

Portanto, o desenvolvimento e as mudanças ocorridas na adolescência trazem novos recursos para a diferenciação identitária e para o repensar das relações com o mundo. De acordo com Ribeiro (2015), uma adolescente empoderada na área da sexualidade será aquela que reconhecerá seu direito de tomar decisões na área

da sexualidade e, portanto, levará em consideração seus sentimentos e desejos de ter relações sexuais, usar preservativo ou anticoncepcional para prevenir infecções transmitidas sexo, HIV / AIDS ou uma gravidez não desejada.

10) Sobre a participação em curso, seminário, programa ou aula sobre orientação Sexual:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Sim

(B) Não

Tabela 10. Participação em cursos, seminários, programas ou aula sobre orientação sexual.

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	11	85%
B	2	15%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Foram questionadas as entrevistadas sobre a participação em cursos, seminários, programas ou aula sobre orientação sexual, 85% afirmaram que sim, apenas 15% não participaram. Segundo Gontijo (2014), hoje, os adolescentes têm informações variáveis, distorcidas e insuficientes sobre sexo de várias fontes, como seu grupo de pares (outros adolescentes), adultos significativos para eles, da TV e da Internet, mas essas informações não se traduzem em comportamentos preventivos dos jovens em suas práticas sexuais, observando uma realidade inegável: os adolescentes começam sexualmente cada vez mais cedo e, caso não sejam tomadas as providências necessárias, os índices de gravidez na adolescência, infecções por doenças sexualmente transmissíveis, principalmente o vírus da imunodeficiência humana / síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV / AIDS), e o aborto inseguro continuará a prevalecer no setor jovem.

A família segundo Ew Ras et al. (2012), é a principal instituição na formação de seus filhos e ela é responsável pelo sucesso na sua formação como seres afetivos, sociais, produtivos, intelectuais e sexuais. Em nossa sociedade, a família mantém seu papel de núcleo fundamental na formação de qualquer sujeito, pois sua influência é decisiva no desenvolvimento psicoafetivo e na conformação da personalidade de um indivíduo e, portanto, não podemos esquecer que a educação sexual constitui um aspecto dentro da educação integral do ser humano, da qual os pais não podem ser

ignorados, pois é com eles que o ser humano estabelece laços estreitos de dependência e relação, pois são os seus primeiros professores.

Vieira e Cruz (2017), sobre orientação sexual, coloca que os pais também são os primeiros arquitetos da consciência moral de seus filhos e, embora a educação sexual seja uma parte importante das funções de pais e mães, não é adequada e efetivamente assumida, uma vez que uma boa proporção de pais e mães deixa a educação sexual aleatória de seus filhos, evitando assumir uma postura proativa e intencional e delegar essa responsabilidade à escola e à mídia.

Sousa (2018) coloca que muitos pais pensam que, se seus filhos ao frequentarem a escola, eles podem ser desvinculados de sua responsabilidade pela educação sexual deles; mas, é preciso que o adolescente tenha o apoio, a confiança e a compreensão de suas dúvidas e conflitos, o que só um canal de comunicação afetiva e efetiva entre pais e filhos pode alcançar.

Consequentemente, a necessidade dos pais de refletir sobre conhecimentos, sobre orientação sexual. Para Toneli (2015), as atitudes dos pais para melhor orientar seus filhos, aprender e ensinar sobre a sexualidade deve ser um fato do cotidiano. O despertar da sexualidade nos adolescentes segue um curso e um ritmo normais, os quais são determinados biologicamente e acompanhados psicologicamente. Porém, em alguns casos, esse ritmo não é respeitado pelos pais ou pelos próprios jovens. Nesse sentido, pais que antecipam explicações precoces podem ser tão prejudiciais a esse desenvolvimento quanto aqueles que literalmente se omitem, deixando "o barco para correr" (TONELI, 2015, p. 87).

Segundo Leite (2015), o ajuste saudável de novas atitudes em relação à sexualidade deve ser um tema tratado desde cedo no ambiente familiar e nas escolas. Lentamente, eles devem ser ensinados com clareza e honestidade a cuidar de si mesmos e dos outros com responsabilidade.

Leal (2015) fala que a escola deve ser considerada como um espaço de relações em um contexto socioeconômico-cultural, onde a promoção da saúde é estimulada, numa abordagem às ações educativas, a construção de uma cidadania que abarque os diversos sujeitos que compõem este universo: os adolescentes, alunos, professores, funcionários, familiares e profissionais de saúde.

Além disso, Bravo (2015) fala da recomendação estadual de incluir educação sexual nas escolas como um contribuinte para reduzir as taxas de gravidez e DST. Na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20 de

dezembro de 1996), a educação em sexualidade é prevista como um dos temas transversais que devem constar dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Brasil, em todas as áreas do conhecimento - do ensino fundamental ao ensino médio. Nos PCNs, a orientação sexual na escola é entendida como um processo de intervenção pedagógica que visa transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores associados. Essa intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Também difere da educação realizada pela família.

Daí os benefícios do empoderamento sexual, para o qual é fundamental uma educação sexual com uma abordagem abrangente que vá além dos modelos moral-religiosos e biológicos e que também leve em consideração “a expressão de emoções e sentimentos, desejos sexuais, o cuidado com o próprio corpo e com o dos outros e é baseado na perspectiva de gênero e direitos humanos” (OPAS/OMS 2018).

11) Sobre o responsável para assumir a educação sexual dos adolescentes:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Família
- (B) Escola
- (C) Religião
- (D) Pelo menos 2 dessas alternativas

Tabela 11: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	6	46%
B	3	23%
C	-	-
D	4	31%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Foi questionado quem as entrevistadas julgam ser o responsável para assumir a educação sexual dos adolescentes, 46% responderam que é a família, 23% responderam que é a escola e 31% pelo menos duas dessas alternativas. A família foi considerada pelas entrevistadas como a responsável em primeiro plano. Leal

(2015) coloca que a família é o núcleo básico da sociedade, é o grupo intermediário entre o indivíduo e a sociedade. Constitui a essência mais primária do ser humano, nela o homem inscreve seus primeiros sentimentos, suas primeiras experiências, incorpora as principais diretrizes comportamentais e dá sentido à vida.

O homem, para satisfazer as suas necessidades biológicas, psicológicas e sociais, necessita participar e inserir-se nos diferentes grupos do seu cotidiano, entre estes grupos destaca-se a família per se, historicamente considerada como o núcleo primário e essencial para a satisfação dos primários. necessidades. do homem. 1

Nesta base, Carvalho (2010) considera que as atitudes e comportamentos dos adolescentes serão em grande parte determinados pelo tipo de relação que estabeleceram com os restantes componentes do seu núcleo familiar, é aí que desenvolvem os conhecimentos, competências e capacidades necessárias ligadas ao seu desenvolvimento físico e espiritual; na medida em que estes sejam mais amplos, o resultado será um indivíduo integral, portador de julgamentos e valores que lhe permitem desempenhar o papel que deve desempenhar na vida de forma saudável.

Louro (2016) coloca que a família, na maioria das vezes, fica desorientada sobre como lidar com a sexualidade dos mais jovens e principalmente dos adolescentes. Não se entende que sejam sexualmente ativos e menos ainda, que tenham o direito de sê-lo. A verdadeira solução para o problema da gravidez indesejada, IST, HIV / AIDS e aborto não está na proibição da relação sexual, mas em ajudar nossos jovens a expressar sua sexualidade sem risco.

Para Farias (2011), é necessário basear a educação sexual em uma abordagem biopsicossocial onde, além do conhecimento, os sentimentos e as emoções sejam favorecidos de tal forma que, na concepção de programas de educação sexual, sejam formados jovens responsáveis, com capacidade de tomar decisões com base em uma autonomia moral devidamente formada.

Albuquerque, Quirino e Garcia (2015), falam das vantagens oferecidas pela instituição escolar na integração de conhecimentos sobre educação sexual, possibilitam contribuir para o desenvolvimento de atitudes críticas e reflexivas, ponto de partida para assumir comportamentos favoráveis, neste sentido que permitam melhorar a qualidade de vida dos alunos.

12) Sobre o motivo que levou você a engravidar:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Falta de conhecimento a respeito de contraceptivos
- (B) Falta de conhecimento do uso do método contraceptivo
- (C) Opção própria
- (D) Descuido

Tabela 12: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	1	8%
B	4	31%
C	3	23%
D	5	38%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Quando inquirida as entrevistadas para avaliar o motivo que levou a engravidar, 8% colocaram que foi a falta de conhecimento a respeito de contraceptivos, 31% foi a falta no uso do método contraceptivo, 23% foi a opção própria, 38% falam que foi descuido.

Conforme Moreira (2016), sem dúvida, cada ser humano possui uma individualidade única e isso se manifesta em sua personalidade, crenças, valores e objetivos pessoais. A adolescência é vista como um período particular de maturação. É uma fase importante onde o processo de individuação se inicia de forma consciente e a identidade é definida, para que o empoderamento seja alcançado.

Gontijo (2014), ressalta que neste período os limites entre identidade e maturidade se solidificarão no caminho para a vida adulta. Espera-se que ao final desse período o adolescente assuma a independência de sua família de origem e se mova em direção a papéis e objetivos de acordo com sua inteligência, habilidades e possibilidades do ambiente. No entanto, é importante que o adolescente tenha as informações necessárias para escolher e que a família lhe permita interpretar os papéis que escolher; ou seja, pode ser autônomo, pois escolher suas próprias regras é também escolher suas próprias opções.

O descuido acentuado pelas adolescentes entrevistadas conforme Cunha (2014) fala que nesta fase da vida, o fenômeno da gravidez na adolescência deve ser apresentado como tema de interesse nas escolas e na família. Isso se manifesta tanto por suas características epidemiológicas quanto pelas implicações sociais, familiares

e pessoais a que está vinculado. É crescente o número de mães adolescentes que sofrem diversos impactos negativos em sua integração social. A gravidez na adolescência no contexto escolar criou um círculo vicioso de desigualdade que impede a jovem mãe de continuar seus estudos.

Do ponto de vista sociocultural, Cerqueira-Santos (2010) fala que a adolescente grávida limita suas oportunidades de estudo e trabalho, pois grande parte delas é obrigada a abandonar a rede de ensino, deixando a adolescente com baixíssima escolaridade que não lhe permite o acesso a um trabalho digno que permite que satisfaça, pelo menos, suas necessidades básicas. Esta situação é agravada pela sua condição de mãe solteira em que a maioria destes adolescentes permanece, pois o casal é geralmente um adolescente ou jovem que não assume responsabilidade parental, o que acarreta uma situação de abandono emocional, econômico e social.

Falta de conhecimento do uso do método contraceptivo colocado pelas entrevistadas segundo Chacham (2012), a maioria dos adolescentes nessa faixa etária considera ter um nível de informação suficiente sobre a contracepção. No entanto, o estudo qualitativo realizado pelo autor mostra que as informações sobre sexualidade, reprodução e contracepção não estão integradas na vida dos jovens ou nas suas experiências; geralmente é superficial e baseado em conversas com seus pares e no que eles leem em revistas e veem na televisão.

Existem diferentes percepções sobre a gravidez na adolescência na ótica das alunas, visto que sua estabilidade emocional neste processo depende do apoio demonstrado pelos principais atores: os pais de seus filhos e seus familiares, que em alguns casos favoreceram o cuidado a eles, embora, devido ao evento estressante da vida, tenham passado por diversos conflitos familiares e individuais.

No entanto, a maior dificuldade da maternidade precoce, no caso das alunas, é que continuam a depender economicamente da família. Cardoso (2017) fala que os pais devem preparar seus filhos para o encontro com o outro sexo por meio do exemplo, do diálogo e de uma boa educação geral e específica em particular. Eles devem se propor resolutamente a analisar com eles todos os aspectos da vida familiar que dizem respeito aos seus direitos, incluindo aqueles relacionados à sexualidade e à reprodução. A maioria dos pais não estão bem-informados e sua educação está aquém da velha sociedade que eles devem superar. Também não é incomum em sua atitude em relação às relações familiares e ao sexo que predominem respostas

irracionais e até mesmo contradições com a sociedade em que vivem, pois não há diálogo entre pais e adolescentes.

13) Em relação as mudanças ocorreram na sua vida de adolescente diante da gravidez precoce:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Amadurecimento precoce

(B) Mudança no corpo

(C) Atrapalhou nos planos que tenho para o meu futuro.

Tabela 13: Sobre a responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	5	38,5%
B	5	38,5%
C	3	23%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Em relação as mudanças que ocorreram na sua vida de adolescente diante da gravidez precoce, 38,5% responderam que foi o amadurecimento precoce, 38, 5% falaram que foi a mudança no corpo, 23% disseram que atrapalhou nos planos que tinham para o meu futuro.

Sousa (2018), fala que a gravidez na adolescência como geralmente não é planejada, o adolescente pode adotar diferentes atitudes que dependerão de sua história pessoal, familiar e do contexto social, mas principalmente por ser adolescente. Dessa forma, necessita assumir uma multiplicidade de papéis, especialmente o de maternidade, para os quais ela não está psicologicamente madura por ser ainda uma menina física, cognitiva, emocional e econômica; essa condição é mais séria quando ocorre no início da adolescência.

Leite (2015) fala que a gravidez na adolescência, na maioria das vezes, ocorre em um contexto que é significativamente importante para elas emocionalmente, apesar de seu relacionamento ser imaturo e instável e encaminhar para o amadurecimento precoce. Portanto, é muito provável que a atitude da adolescente em relação à maternidade e à educação de seu filho seja fortemente influenciada pela idade e pelo ambiente em que ocorre sua gravidez. Isto implica a necessidade urgente

de sua família e dos profissionais da educação apoiá-la, evitando que ocorram situações desfavoráveis para ela e seu filho.

Leal (2015) discorre que outro aspecto é a atitude da adolescente em relação à sua condição de gravidez. O estudo analisa que a gravidez nessa fase, conforme as entrevistadas atrapalharam nos planos que tinha para o futuro. Para Bravo (2015), “quando ouvem pela primeira vez os batimentos cardíacos do feto ou sentem seus primeiros movimentos”, tudo muda. Apesar do exposto, não se pode garantir que a primeira reação seja de aceitação, portanto, em geral, a notícia da gravidez gera uma crise pessoal e familiar que leva a adolescente a buscar soluções como adoção, abandono ou aborto, por isso, considerou-se importante mencionar que, das adolescentes atendidas que fizeram parte do estudo, 23% afirmaram que “atrapalhou nos planos que tenho para o meu futuro”.

Silva (2013, p. 78) contribui, “quando ela informa a família de sua gravidez, é rotineiramente repreendida por seus pais ou outros parentes”, que a culpam por se sentir decepcionada com sua ação. Desta forma, ela é emocionalmente e às vezes fisicamente agredida. Às vezes, ela também pode ser atacada pelo parceiro. Como consequência de sua nova condição, a adolescente pode apresentar comportamentos atípicos, evidenciando o descaso com sua saúde física e emocional, como infligir danos físicos a si mesma e até provocar um aborto. Ao diminuir seu desempenho escolar e ser provocado por seus colegas, é provável que ele abandone a escola.

Essas mudanças que ocorrem na vida da adolescente diante da gravidez precoce, são inúmeros problemas que ela tem que resolver e como enfrentar as dívidas que vai surgindo, pois, a maioria delas, responderam que apenas estudam e não trabalham. Nesta situação, Pinto (2015), fala que quase sempre fica dependente da ajuda da família e / ou tem necessidade de procurar trabalho para se sustentar e ao filho. Diante desta última possibilidade, sua situação é crítica, pois não possui formação educacional adequada para conseguir um emprego com remuneração aceitável pelo fato de sua experiência profissional ser nula ou muito limitada. Na minoria dos casos, seu parceiro a apoia e, portanto, ela também tem que abandonar a escola porque precisa trabalhar. Se a adolescente tiver o apoio de sua família, a nova família viverá na casa de seus pais e provavelmente poderá reiniciar os estudos e continuar realizando suas atividades sociais (sair com os amigos, praticar esportes etc.).

Na maioria das vezes, sua vida é drasticamente alterada e seu padrão usual de vida muda substancialmente, principalmente devido às obrigações maternas e, às vezes, por morar com os pais do companheiro. Ferreira (2013) fala que é necessário apontar e considerar que os efeitos negativos para os novos pais dependerão dos costumes familiares e do meio social. Portanto, a situação de risco da jovem grávida é latente e permanente;

Em relação à visão que projetam sobre sua autoimagem, as alunas grávidas, em alguns casos, percebem-se com uma imagem negativa e autocrítica, destacando apenas os aspectos negativos de sua personalidade, e isso está diretamente relacionado ao baixo nível de autoestima que atribuem a si próprios, geralmente aqueles que mais influenciam na construção da personalidade e aceitação são os grupos primários a que pertencem como seres humanos: família, amigos e relacionamentos.

No que se refere à interação ocorrida entre as estudantes grávidas e seus familiares, vários são os fatores que estão envolvidos nesses casos, pais e filhos com problemas de comunicação que geram conflitos no grupo familiar, devido ao abandono emocional vivenciado pelas adolescentes; Carvalho (2013) fala da sua magnitude, que dependerá basicamente do entendimento das duas famílias e da sociedade que esta nova condição pode apresentar oscilações claras, onde o ponto de partida é uma rejeição ou repreensão, depois a sua aceitação e proteção e, por fim, em alguns casos pode haver repreensões esporádicas.

Taques (2006) coloca que o empoderamento deve ser visto como um processo de mudança pessoal e coletiva, que tem como consequência e como fim a transformação das relações de poder entre nessa fase da adolescência.

14) Sobre a alteração que ocorreu no relacionamento com seu parceiro depois que ficou grávida:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Abandono
- (B) Passamos a ser mais unidos e passamos a ser mais responsáveis
- (C) Não ocorreu nenhuma alteração, porque ambos queríamos a gravidez

Tabela 14: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	9	69%
B	3	23%
C	1	8%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Foram questionadas as entrevistadas sobre a alteração que ocorreu no relacionamento com seu parceiro depois que ficou grávida, 69% responderam que foram abandonadas, 23% responderam que passaram a ser mais unidos e passaram a ser mais responsáveis, 8% responderam que não ocorreu nenhuma alteração, porque ambos queríamos a gravidez.

Nesse quesito, essas alterações colocadas pelas entrevistadas, na questão dos parceiros na decisão de reconhecer a responsabilidade parental aparece explícita em várias das entrevistas. Esse fator reflete também no sistema educacional, pelo fato do parceiro de ter abandonado os estudos para cumprir suas obrigações parentais, e por ainda não ter conseguido retornar à escola para completar o ensino médio. Na maioria dos casos, ao assumir suas responsabilidades parentais significa uma espécie de punição social, uma vez que seus direitos de jovem são violados e que, por outro lado, os adolescentes que fogem da paternidade não viram suas oportunidades e direitos prejudicados.

Para Louro (2016), conceber a paternidade implica considerar que ser pai pela primeira vez é um processo de aprendizagem e adaptação associado à aquisição de significados e práticas de ser pai. Essa perspectiva social ressignifica as relações sociais do novo pai - em maior ou menor grau - e reordena a prática cotidiana, o sentido e a valorização dos objetivos e projetos pessoais; além disso, ele "abre os olhos" do jovem às novas realidades emanadas do olhar do pai. No caso da paternidade na adolescência, a aquisição dessa perspectiva de pai se alia aos desafios de ser um adolescente (por exemplo, dependência econômica mesclada com desejos de independência pessoal) e às pressões para fazer a transição para a idade adulta e assumir maiores espaços de autonomia e independência no exercício da paternidade e na vida.

Quando 23% responderam que passaram a ser mais unidos e passaram a ser mais responsáveis, Farias (2011) coloca que uma sexualidade responsável pressupõe que o indivíduo seja capaz de tomar decisões e assumir suas consequências, a partir de seus saberes e valores, intimamente relacionados ao seu contexto de ação social. Isso sugere que sejam desenvolvidos temas que reflitam sobre a prevenção da gravidez precoce e do comportamento sexual responsável, que contribuam para a apropriação dos valores morais e o desenvolvimento da personalidade para o comportamento sexual responsável. Dessas entrevistadas, 69% responderam que foram abandonadas, passaram a viver uma experiência nova, uma adolescente com preocupações e mudanças próprias de sua idade; e outra de ser uma adolescente grávida com preocupações em seu mundo interior; essas novas situações a fazem pensar sobre seu jeito de ser, de ser mãe e de suas possibilidades.

De acordo com Ferreira (2013), as experiências vividas são únicas para cada ser humano, pois cada um reflete o seu ser no mundo, o seu estar lá em um determinado momento. Na busca pela própria essência, foram encontradas duas categorias existenciais que revelam sua existência por ser adolescente grávida: O ser da gestante: “Da decadência à busca do autocuidado”. Observa-se que a gestante vivencia dois momentos bem-marcados, um início negativo com dificuldades em sua vida pessoal e em sua saúde, e um segundo momento mais claro onde sua possibilidade de ser mãe e cuidar é o mais importante para elas.

Nesse contexto, o empoderamento das mulheres é um processo necessário para que sejam formadas, valorizadas e reconhecidas como parte substancial e obrigatória da construção de uma sociedade. Um processo de transformação, como aponta Teixeira (2015), por meio do qual cada mulher empodera e desenvolve a consciência de ter direito e de confiar na própria capacidade de atingir seus objetivos.

15) Sobre a alteração que ocorreu no relacionamento familiar e social:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Aceitação dos pais.
- (B) Preconceito familiar.
- (C) Rejeição dos pais.

Tabela 15: Alteração que ocorreu no relacionamento familiar e social.

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	7	54%
B	2	15%
C	4	31%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

As entrevistadas responderam sobre a alteração que ocorreu no seu relacionamento familiar e social, as alternativas apresentadas foram as seguintes, 54% falaram que obtiveram a aceitação dos pais, 15% responderam que preconceito familiar foi muito grande, 31% falaram houve a rejeição dos pais.

Ferreira e Nogueira (2013), colocam que em muitos desses casos, o conflito familiar é comum. Quando três gerações coexistem na mesma casa, é natural que ocorram tensões em todos os membros da família. Surgem dificuldades, da mesma forma, a jovem tenta evitar seu próprio fardo de responsabilidade e espera que sua mãe faça todo o trabalho.

Sobre aquelas que responderam que preconceito familiar foi muito grande, Castro (2018) coloca que em algumas famílias, ocorrem crises que alteram a dinâmica familiar e a subjetividade individual devido à desmoralização, pela presença de uma gravidez oculta. A família se sente desmoralizada diante da sociedade por esse acontecimento imprevisto.

Chacham (2012) discorre que talvez a crise mais frequente seja a de mudanças inesperadas, pois engloba a presença de mudanças econômicas desfavoráveis, sobretudo, em uma família anteriormente afetada e que é agravada pela presença de um novo membro na família com necessidades a serem satisfeitas, e a associação de doenças que estão associadas ou complicam a gravidez.

Para Cardoso (2017), o ambiente é um determinante decisivo do bem-estar do indivíduo; parte do pressuposto de que o papel do meio ambiente é fundamental como formador do comportamento humano, uma vez que contempla uma combinação complexa de variáveis organizacionais e sociais, além de físicas, que influenciarão fortemente no desenvolvimento do indivíduo.

Em relação ao clima social familiar para a gestante, Barros e Busanello (2019), mede a percepção de cada membro da família sobre diferentes aspectos da vida familiar, fazendo referência a toda a família e levando em consideração aspectos como coesão, expressividade, conflito, independência, orientação por objetivos, orientação cultural e intelectual, recreação, religiosidade, organização e controle.

Dessas entrevistadas, 54% falaram que obtiveram a aceitação dos pais. Essa é outra dimensão que denomina “relacionamentos” colocada por Barros e Busanello (2019), avalia o grau de comunicação e liberdade de expressão dentro da família e o grau de interação conflituosa que a caracteriza pelos membros da família, que se apoiam e se ajudam.

Portanto, a gravidez na adolescência pode ser uma crise em que a família passa por ela. As reações comuns podem incluir raiva, culpa e negação. A adolescente grávida também pode sofrer de ansiedade, medo, choque e depressão. É o momento que a adolescente precisa de seu amor, orientação e apoio mais do que nunca. A maioria das adolescentes solteiras não planeja engravidar e costuma entrar em pânico quando isso acontece. Muitas delas, principalmente as mais novas, mantêm a notícia da gravidez em segredo por temerem a raiva e a decepção dos pais. Algumas podem até negar a si mesmas que estão grávidas, tornando ainda mais importante que os pais intervenham e busquem atendimento médico para sua filha o mais rápido possível. A gravidez na adolescência mais jovem, em particular, é considerada de alto risco porque seus corpos ainda não terminaram de crescer e ainda não estão totalmente maduros.

Portanto, o empoderamento é fundamental, dessa forma, para adquirir autonomia e força para deixar de ser objeto da história, da política e da cultura, deixar de ser objeto dos outros, ou seja, “deixar de ser para- outros, e passa a ser sujeito da própria vida, ser-para-si, protagonista da história, da cultura, da política e da vida social” (SANTOS, 2011, p. 6).

16) Situação de ocupação trabalhista na época em que engravidou

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Nunca tinha trabalhado.
- (B) Estava empregada.
- (C) Desempregada.

(D) Somente estudava.

Tabela 16: Circunstâncias que se encontrava na ocupação trabalhista na época em que engravidou

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	1	8%
B	2	15%
C	2	15%
D	8	62%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Foram entrevistadas sobre a situação de ocupação trabalhista na época em que engravidou, 8% responderam que nunca tinha trabalhado, 15% responderam que estava empregada, 15% falaram que estava desempregada, 62% falam que somente estudava.

Para Sousa (2018), infelizmente, a maioria das gravidezes na adolescência é indesejada e se deve a vários fatores. O autor enfatiza que enfrentar esse fenômeno é um desafio, pois afirma que entre as causas da gravidez em meninas e adolescentes estão a desigualdade de gênero, os obstáculos no acesso ao exercício dos direitos humanos, a pobreza, o casamento infantil ou união precoce e as uniões forçadas e o desemprego.

Leite (2015) chama atenção para a ligação entre gravidez na adolescência e pobreza, em que um dos debates centrais em torno do qual gira o estudo da maternidade na adolescência. Enquanto alguns estudos focam sua preocupação nos efeitos negativos que a maternidade na adolescência pode implicar nas futuras oportunidades educacionais e de trabalho das jovens, o que por sua vez as levaria a cair na pobreza ou a não conseguir sair dela

Para Bravo (2015), essa pobreza e a falta de oportunidades educacionais e de trabalho como causa e não consequência da gravidez e maternidade na adolescência e que seus efeitos negativos podem ser transitórios e superada por mulheres jovens ao longo do tempo.

Santos (2018) chama atenção para estudos recentes sobre os efeitos da maternidade na adolescência que colocam em dúvida se o seu adiamento pode ter um impacto positivo relevante, em termos de reprodução da pobreza, se não for

acompanhado por profundas mudanças estruturais. Sem negar as limitações que a pobreza impõe em termos de condicionamento e poder de decisão sobre o próprio comportamento reprodutivo, diversos estudos se propõem a revelar o sentido positivo que a maternidade / paternidade adolescente adquire em contextos de vulnerabilidade social, para por exemplo, como única fonte de reconhecimento social para mulheres sem perspectivas educacionais e de emprego, como estratégia para maximizar os recursos familiares.

Outro ponto central, que Ferreira (2013) contribui em relação tanto no debate acadêmico quanto na formulação e implementação de políticas públicas, gira em torno da relação entre a maternidade na adolescência e a educação, a identificação das possíveis causas educacionais da gravidez na adolescência e as consequências da maternidade precoce sobre a última. Desenvolvimento da mãe e dos filhos, nomeadamente ao nível do desempenho escolar e da sua relação com futuras oportunidades de colocação profissional. Embora deixem clara a associação entre gravidez na adolescência e o baixo desempenho dessas mães em certos indicadores de desenvolvimento social e educacional.

Para Kleba e Wendausen (2009), é importante a abordagem de empoderamento corporal como proposta voltada para a promoção da saúde da adolescente, que favorecem o desenvolvimento de comportamentos. Trata-se de realizar um empoderamento por meio da apropriação e transformação dos discursos e práticas do corpo a partir da formação na adolescência.

17. Em relação a gravidez precoce se pode ser vista como o fim da vida da adolescente:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) SIM.

(B) Não.

Tabela 17: Responsabilidade para assumir a educação sexual dos adolescentes

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	7	54%
B	6	46%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Em relação se considera que a gravidez precoce pode ser vista como o fim da vida da adolescente, 54% das entrevistadas responderam que sim e 46% responderam que não. As consequências de se ter um filho segundo Albuquerque (2015), na adolescência dependerão do contexto particular em que essa situação se desenvolve e, portanto, mais do que um problema em si, a gravidez na adolescência deve ser entendida nos múltiplos processos por ela vivenciados, associados e os significados que adquire em cada cultura e grupo social.

Como consequência, as adolescentes se sentem culpadas, colocando que a gravidez precoce pode ser vista como o fim, na maioria escondem que têm relacionamentos, negam seus sentimentos e desejos e não tomam cuidado para evitar doenças e gravidez indesejada (RIBEIRO, 2015; SANTOS e SILVA, 2014; OPAS/OMS 2018). Dessa forma, os adolescentes têm poucas chances de um exercício informado, livre e responsável de sua sexualidade.

Além disso, se a adolescência é considerada uma construção cultural, a gravidez na adolescência passa a ser um aspecto dessa construção. Louro (2017) fala que a sociedade fez da sexualidade um tabu para os adolescentes, devido ao controle do desejo e do prazer e neles foi gerado o medo. Para o autor:

[...] A gravidez na adolescência é uma realidade atual criada por um sistema social que olha a sexualidade com desconfiança, como indica Foucault, o sexo deve tornar-se nas instituições de ensino um assunto público (LOURO, 2017, p. 142).

Segundo o autor, para Foucault a questão da sexualidade não foi gerada nem na escola nem em casa. É por isso que o significado atribuído à gravidez na adolescência varia entre as diferentes culturas. Considerando que a adolescência é uma fase prematura para enfrentar a gravidez e ser mãe, visto que a jovem ainda está imersa no ambiente familiar, é muito importante saber como a família costuma reagir e quão importante é o seu papel e o apoio que oferece é, porque o adolescente não tem informações e recursos que a maternidade requer.

Além disso, Gouvêa, Silveira e Machado (2013), fala das atitudes em cada caso de gravidez na adolescência que serão decisivas nas dificuldades e experiências que cada jovem terá de passar e na forma de fazê-lo. São aspectos altamente condicionantes de como a gravidez é vivida e desenvolvida no diferentes áreas da vida do adolescente. Assim como o abandono de estabelecimentos de ensino e a ausência ou fragilidade de experiência profissional priva as mães adolescentes de

vínculos com redes de pessoas que podem auxiliar, papel importante no fornecimento de informações e contatos que facilitem o acesso ao mercado de trabalho e aumentem as chances de obtenção de bons empregos.

A gravidez influencia a vida da adolescente segundo Santos et al. (2014), quando ela ainda não atingiu a maturidade física e mental pois, a gravidez na adolescência é considerada um problema por diferentes autores que abordaram o seu estudo a partir de várias disciplinas. Uma vez que, existem riscos de ordem biológica, implicações emocionais e sociais e, claro, impactos económicos para o núcleo familiar.

Bem, sem ignorar outras áreas de afetação como consequência da gravidez na adolescência; vamos aprofundar um em particular: qual era o projeto de vida antes da gravidez para a adolescente? E como uma gravidez indesejada afeta o projeto de vida nesta fase da vida? Uma ferramenta particularmente valiosa está no empoderamento de adolescentes, homens e mulheres, pois permite que eles entendam e desenvolvam suas vidas a partir de uma perspectiva de equidade, acesso e controle sobre eles.

18) Avalie o que a escola poderia fazer para que as mães adolescentes retomassem suas trajetórias educacionais, caso desistissem:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Acolhimento das mães adolescentes.
- (B) Diálogo com os pais das adolescentes e ações para ajudá-la a continuar seus estudos.
- (C) um plano pedagógico para auxiliar as mães adolescentes no âmbito escolar.
- (D) Entendo não ser de responsabilidade da escola.

Tabela 18: Sobre ação da escola para auxiliar as mães adolescentes em suas trajetórias educacionais, caso desistissem:

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	3	23%
B	2	15%
C	4	31%
D	4	31%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

A respeito da avaliação que a escola poderia fazer para que as mães adolescentes retomassem suas trajetórias educacionais, caso desistissem, 23% responderam que houve acolhimento das mães adolescentes, 15% falam que houve diálogo com os pais das adolescentes e ações para ajudá-la a continuar seus estudos, 31% falam de um plano pedagógico para auxiliar as mães adolescentes no âmbito escolar e 31% entenderam que não é a responsabilidade da escola.

Melo e Lopes (2012), falam da posição adotada pela escola em relação à gravidez de uma aluna que pode constituir um elemento determinante na continuidade educacional. A percepção das alunas grávidas de uma postura e atitude inclusiva da escola em relação a elas elimina um elemento negativo importante ao pesar os prós e os contras de continuar os estudos. Para tanto, as entrevistadas que engravidaram quando estavam matriculadas foram questionadas sobre o posicionamento que a escola assumia em relação à sua situação.

Farias (2011) fala da dificuldade dessas adolescentes grávidas em conciliar os estudos com as responsabilidades familiares, os afazeres domésticos e, em muitos casos, o trabalho fora de casa para gerar renda, constituem as principais restrições para a continuidade dos estudos.

Em geral, a motivação para “voltar à escola” segundo Louro (2016) e obter o diploma surge do confronto com a realidade do mercado de trabalho e das ocupações e condições de trabalho a que podem aceder sem ter formação educacional. Desta forma, não só as suas oportunidades de trabalho, mas também a sua formação pessoal é muito importante que nesse momento a escola faça um acolhimento digno.

O professor deve estar receptivo a todas as ideias, pontos de vista, critérios, questionamentos e trabalhar com cada um dos alunos e com o grupo em comum. Levando em consideração que o espaço oferecido à adolescente grávida como espaço de compartilhamento com as alunas deve ter como foco o conhecimento e as vivências cotidianas dos problemas que enfrentam em relação à gravidez precoce e de refletir para contribuir para a transformação dessa realidade.

Essa forma de compreender a gravidez das adolescentes e seu vínculo com a educação requer um movimento que vai do reconhecimento da diferença como desvio ao do diferenças como diversidades enquadradas em desigualdades plurais. A revisão de estereótipos, representações e práticas diferenciais é um ponto fundamental para a construção de uma escola mais democrática em termos geracionais de classe e gênero. Mas, essa etapa deve ser acompanhada por processos de formação que proporcionem conhecimentos e ferramentas que permitam a abordagem dos adolescentes que passam pela escola nessa situação, bem como a decisão política de promover movimentos não só nas pessoas, mas também nas estruturas institucionais.

Por outro lado, Ribeiro (2015) fala que a adolescência é uma fase especialmente importante, tendo em conta o seu papel fundamental no desenvolvimento de hábitos e competências que podem afetar o bem-estar dos jovens e a sua capacidade de enfrentar as várias circunstâncias que se apresentam ao longo da vida.

Bravo (2015, p. 95), fala que é nessa medida, “elas, mulheres, devem ser o sujeito principal de qualquer política de empoderamento”, não apenas como instrumento de fortalecimento de sua saúde sexual e reprodutiva, mas também como meta desejável em si mesma.

6.1.2 Análise das respostas dos professores

I Perfil dos professores participantes da pesquisa

19) Perguntou-se aos professores participantes a idade deles, e suas respostas foram:

Tabela 19: Faixa etária dos professores da EEAAM – Sapezal

Faixa etária	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
25 anos	03	23%
35 anos	04	31%
40 anos	02	15%
45 anos	-	-
> 45 anos	04	31%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

A pesquisa foi realizada através de um formulário e entregue para 13 (treze) professores, entre 25 e 45 anos de idade, 23% entre 25 e 34 anos, 31% com 35 a 39 anos, 15% de 40 a 44% anos, acima de 45 anos 31%.

Os professores que participaram da pesquisa ministram aulas no Ensino Fundamental e Ensino Médio. São formados, em sua maioria, possuem curso de pós-graduação.

A maioria dos professores entrevistados, independente da especialidade que possuam e nesses mesmos cursos, mesmo que não seja Ciências da Natureza, e sua didática tem falado sobre sexualidade responsável. Por esse motivo é necessário ressaltar que para a prevenção da gravidez na adolescência o papel do professor é importante, levando-se em consideração a interdisciplinaridade em que podem utilizar o eixo transversal Educação para a sexualidade.

20) Formação, interesse e motivação dos professores para trabalharem o tema sexualidade com os alunos em sala de aula.

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Não me sinto motivado(a) para abordar temas relacionados com a sexualidade na sala de aula.
- (B) Para abordar a educação sexual nas minhas aulas gostaria de ter o apoio de técnicos especializados.
- (C) Não leciono a educação sexual nas minhas aulas porque não possuo os conhecimentos científicos necessários
- (D) Não tenho problemas em falar dos temas relacionados com a sexualidade, mas não sei como fazer de forma adequada.

(E) Nas minhas aulas só abordo os temas relacionados à sexualidade se for obrigatório.

Tabela 20: Formação, Interesse e Motivação dos professores

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	-	-
B	2	15%
C	2	15%
D	6	46%
E	1	8%
Não respondeu	1	8%
Anulou	1	8%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Os professores entrevistados, foram questionados sobre o interesse e motivação para trabalharem o tema sexualidade com os alunos em sala de aula, 15% responderam que para abordar a educação sexual nas minhas aulas gostaria de ter o apoio de técnicos especializados, 15% disseram que não leciona a educação sexual nas aulas porque não possui os conhecimentos científicos necessários, 46% falaram que não tem problemas em falar dos temas relacionados com a sexualidade, mas não sabe como fazer de forma adequada, 8% afirmaram que nas aulas só aborda os temas relacionados à sexualidade se for obrigatório, 8% não responderam e 8% anularam.

Para falar sobre este assunto, os professores devem buscar se aperfeiçoar, informar-se e ao mesmo tempo, investir em conhecimentos atualizados nessa área, pois os alunos necessitam constantemente de professores que buscam, sejam preparados e assim, possam apoiá-los em momentos que cada situação exige.

Perrenoud (2010) explica que em relação a esta questão, expressaram que é muito importante que o professor formador de formadores ofereça a sua aula de forma integral, proporcionando-lhes conhecimentos científicos, metodológicos para que eles pessoalmente previnam uma gravidez e quando forem orientar, podem prevenir a gravidez desde cedo em suas comunidades de origem.

A formação do professor deve ser reconhecida como um processo que se desenvolve por meio da utilização de métodos e técnicas. Para Nunes (2013), em alguns casos se confundem com as chamadas técnicas participativas, outros extrapolam a aplicação de técnicas de produção psicodramática, com técnicas de trabalho em grupo e intervenção psicológica individual; da psicanálise: à educação popular a partir de Paulo Freire.

Na verdade, das características da orientação educacional, a que se refere a como fazer é a menos explorada. Em Cuba, Del Pino e Recarey (2006) especificam no material básico do curso de mestrado em Ciências da Educação: entrevista de orientação, reforço, atribuição de tarefas e técnicas de grupo integradas em grupos de reflexão.

Oliveira e Araújo Filho (2018), o trabalho do professor deve surgir com o intuito de ajudar os alunos a superar as dificuldades que apresentam na sua aprendizagem e seus problemas inerentes da sua condição de vida e tem como centro a assistência ao aluno, para que aumente o seu desempenho e encontrem soluções para os problemas de aprendizagem.

Essa visão de orientação implica, segundo Rezende e Leal (2013), aconselhamento contínuo, onde o professor promova atividades preventivas, visando a formação dos alunos. As atividades educativas com os adolescentes são uma oportunidade para que eles recebam informações confiáveis e verdadeiras, ao mesmo tempo que permitem esclarecer suas dúvidas sobre questões relacionadas à saúde sexual.

A prática pedagógica demonstrada pelos professores indica a necessidade de estruturar a orientação educacional a partir de uma postura integradora que responda às demandas dos contextos de ação em que se dá a vida dos alunos. Professores não podem ser omissos em relação as orientações que envolvem questões sobre sexualidade dos alunos. Dessa forma, a orientação deve ser concebida como um processo integrado e desenvolvido a partir da atividade de ensino e aprendizagem que ocorre na escola visando a promoção e desenvolvimento integral da personalidade dos alunos, para que se tornem agentes transformadores de si e do seu meio.

II Contributo dos documentos da Política Educativa

21) No âmbito das práticas e no que diz respeito ao "que faz intencionalmente"
As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Na minha escola, os documentos educativos relativos à educação sexual estão à disposição de quem os queira consultar e usar.
- (B) Existem poucos documentos educativos relativos à educação sexual para apoiar a prática dos professores.

(C) Os documentos educativos relativos à educação sexual são muito ambíguos.

(D) Os documentos de políticas educativa relacionados com a educação sexual ajudam-me na prática.

Tabela 21: No âmbito das práticas

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	1	8%
B	8	61%
C	1	8%
D	2	15%
E	-	-
Não respondeu	1	8%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Os entrevistados foram inquiridos sobre o contributo dos documentos da Política Educativa no âmbito das práticas e no que diz respeito ao "que faz intencionalmente", 8% responderam que na minha escola os documentos educativos relativos à educação sexual estão à disposição de quem os queira consultar e usar, 61% disseram que existem poucos documentos educativos relativos à educação sexual para apoiar a prática dos professores, 8% falaram que os documentos educativos relativos à educação sexual são muito ambíguos, 8% não responderam.

Diante dessas respostas, constata-se que os professores entrevistados não possuem os conhecimentos necessários para responder adequadamente às dúvidas que seus alunos adolescentes têm sobre sexualidade e também não demonstram interesse em adquirir conhecimentos sobre o assunto. Consequentemente, Rodriguez e Silva (2015) colocam que estudos realizados têm mostrado que quando o corpo docente se depara com algo sobre o qual não tem informação suficiente, ele pode bloquear suas expressões naturais, o que gera inibição e vazio na fala, portanto, o corpo docente, ao invés de educar, acaba agindo na defensiva, questionando o comportamento dos alunos e transmitindo erros de conceitos.

Na verdade, assim como Sudbrack, Santos, Soares e Nogaro (2018) reconheceram que a formação de professores é muito importante para a implementação da educação sexual. De fato, tendo em vista que a responsabilidade

final de garantir que o currículo de educação em sexualidade chegue às salas de aula recai diretamente sobre os educadores, sua formação e domínio de conhecimentos suficientes e adequados sobre o assunto é um requisito essencial para poder abordar de forma adequada as questões relacionadas à sexualidade.

Nesse sentido, Rodrigues (2015) coloca que para se chegar a uma formação adequada, não se trata apenas de estabelecer o nível de conhecimentos que os corpos docentes possuem. Embora não seja necessário que o corpo docente se torne especialista em sexualidade para cumprir seu papel, pelo menos, ele deve estar preparado para orientar os alunos quando solicitarem informações sobre um tema relacionado à sexualidade. Pelas dificuldades de atuação do corpo docente e pela polêmica que este tema gera entre os jovens, é conveniente que o corpo docente encarregado de transmitir esses conhecimentos tenha uma atitude positiva de abertura e empatia no ensino dessas temáticas aos seus alunos adolescentes.

Ao fazer o cruzamento das respostas das alunas entrevistadas, os resultados deste estudo são semelhantes aos de Nunes (2013) e outros, em que encontraram diferentes expectativas nos alunos sobre como gostariam de ser falados e apresentados a respeito das questões sobre sexualidade; assim como as entrevistadas afirmaram que gostaria de participarem de palestras, curso, dinâmicas e outros.

Para Oliveira (2008), o empoderamento é um processo relevante para o acesso de todos os adolescentes - homens e mulheres - a uma vida mais plena e com maior bem-estar, com possibilidade real de alcançar a saúde sexual e reprodutiva plena. Com a possibilidade de um exercício informado, livre e responsável, pleno de seus direitos e, em particular, de sua própria sexualidade.

Empoderamento implicaria, neste contexto, segundo Sardenberg (2009), fortalecer seu acesso à participação e controle da tomada de decisões sobre suas próprias vidas e sobre sua própria sexualidade que pode ser orientado a partir do contexto escolar.

21) O que fazem intencionalmente

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Planifico e desenvolvo sistemática e intencionalmente situações de educação sexual nas minhas aulas.

- (B) Só pontualmente planifico e desenvolvo atividades relacionadas com a educação sexual nas minhas aulas.
- (C) Não realizo atividades relacionadas com a educação sexual, nas minhas aulas.
- (D) Pontualmente, planifico e desenvolvo atividades relacionadas com a educação sexual nas áreas curriculares não disciplinares que leciono.
- (E) A educação sexual deveria apenas se tratada pelo diretor(a) de turma na formação cívica.
- (F) Considero que a coordenação das atividades e projetos de educação sexual, em cada turma, deveria ser da responsabilidade do respectivo diretor de turma.
- (G) A disciplina de Ciências da Natureza e aquela que está mais vocacionada para desenvolver o tema educação sexual.

Tabela 22: O que fazem intencionalmente

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	1	8%
B	3	23%
C	7	53%
D	-	-
E	-	-
F	-	-
G	-	-
Não respondeu	1	8%
Anulou	1	8%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Quando foram questionadas as entrevistadas sobre O que fazem intencionalmente, 8% responderam que planifica e desenvolve sistemática e intencionalmente situações de educação sexual nas aulas, 23% responderam que, só pontualmente planifico e desenvolvo atividades relacionadas com a educação sexual nas minhas aulas, 53% afirmaram que não realiza atividades relacionadas com a educação sexual, nas aulas, 8% não responderam, 8% anularam.

No cruzamento das respostas das adolescentes grávidas entrevistadas, espera-se que os professores transmitam conhecimentos claros e precisos sobre sexualidade. Em casos de trabalho dos professores relacionadas com a educação sexual nas aulas, percebe um incômodo que sentem diante de perguntas durante as entrevistas, em que negaram a responder ou anularam suas respostas. Em muitos casos, à falta de espaços compartilhados de reflexão e à falta de orientações

didáticas, ou seja, à falta de capacitação sobre como lidar com essas questões em sala de aula. Os professores, então, “fazem o que podem”.

Scheibe (2013), fala da necessidade de os professores estarem buscando por formação continuada para se preparem sobre a temática em questão, de implementar novas estratégias que superem as limitações dos processos pedagógicos atuais, de incluir elementos para superar essas dificuldades em matéria de formação em sexualidades, além da desarticulação e do escasso planejamento conjunto.

Para Machado, Perrenoud e Thurler (2011), colocam que os professores trazem consigo processos formativos marcados pela repressão da sexualidade, o que gera um sentimento impreciso e às vezes negativo diante dela. Os professores que devem, atualmente, estar encarregados da educação sexual nas escolas passaram por sistemas educacionais retrógrados.

Simões (2018) explica que, o que fazem quando são abordados pelos alunos que a vivência da sexualidade tem sido relacionada ao medo, à proibição, ao alerta sobre os perigos que ela acarreta, de tal forma que em seus ambientes de trabalho e, porque não pensar, reproduzem o silêncio como estratégia contra os vivência da sexualidade.

Portanto, a partir dessa tentativa abrangente, é necessário humanizar o papel do professor, reconhecendo seus medos, ignorâncias, inseguranças e preconceitos em relação aos corpos e sexualidades, bem como às rupturas e deslocamentos. que enfrentaram o aprendizado repressivo que receberam diante da sexualidade ao longo da vida.

22) As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Quando os alunos me questionam sobre assuntos relacionados com a sexualidade, penso ser preferível ignorar ou contornar a questão.

(B) Só abordo temas da educação sexual quando os alunos chamam o assunto para a aula.

(C) Quando não me sinto preparado(a) para responder Aos questionamentos dos alunos, digo-lhes que irei procurar a informação necessária e mais tarde voltaremos a discussão.

(D) Quando sou questionado(a) pelos alunos sobre sexualidade, antes de dar a resposta, aconselho-os a fazerem esta pergunta em suas casas, junto com todos os membros de sua família.

Tabela 23: O que fazem quando são abordados pelos alunos

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	2	15%
B	3	23%
C	4	31%
D	1	8%
Anulou	1	8%
Não respondeu	2	15%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Os entrevistados, sobre que fazem quando são abordados pelos alunos, 15% responderam quando os alunos me questionam sobre assuntos relacionados com a sexualidade, penso ser preferível ignorar ou contornar a questão, 23% explicaram que só abordo temas da educação sexual quando os alunos chamam o assunto para a aula, 31% falaram quando não me sinto preparado(a) para responder aos questionamentos dos alunos, digo-lhes que irei procurar a informação necessária e mais tarde voltaremos a discussão, 8% respondeu quando sou questionado(a) pelos alunos sobre sexualidade, antes de dar a resposta, aconselho-os a fazerem esta pergunta em suas casas, junto com todos os membros de sua família, 8% não respondeu, 15% anularam suas respostas.

Ventura (2017) coloca que o professor deve estar ciente de que o ensino e a sexualidade é um processo longo e muito delicado, que requer um aprendizado especial, tanto por parte de quem educa como por parte de quem aprende, mas que deve ter interesse de ambas as partes. Devem transmitir conhecimentos de forma positiva para despertar atitudes concretas e reais. Em nenhum momento devem ser criadas distorções ou transgressões ao que ensina aos alunos; explicar as coisas sem medo e sem se afastar do esquema integral da pessoa, conhecimento de todo o corpo humano deve ser dado. Qualquer ocultação ou negação desenvolve neles atitudes erradas.

Mendonça (2018) fala que como qualquer outra atividade educacional, os programas com currículo de Educação Sexual requerem um primeiro momento de reflexão e projeto em que valorizem a oportunidade e o alcance dessas ações. Em

ótimas condições, o amadurecimento de um projeto de Educação Sexual deve passar por conhecer e tentar chegar a um consenso sobre as abordagens e valores de toda a comunidade educativa e o local mais adequado para isso é por meio de uma formação continuada específica. A comunidade educacional: alunos, pais e professores, “devem definir e discutir abertamente suas posições e interesses antes do prazer sexual” (MENDONÇA, 2018, p. 98).

Saffiotti (2017) chama atenção para um erro comum, tanto na educação sexual na família quanto na escola, é considerar que os conteúdos que interessam para os adultos, são os mesmos que dizem respeito a crianças e adolescentes.

Outra questão importante que Ramos Padilla (2016) coloca em relação aos alunos é promover sua participação em todo o processo e desenvolvimento das atividades de educação sexual. Embora seja um critério educacional geral, é uma questão essencial para atender aos objetivos de uma educação sexual de qualidade, não para relegar os alunos e as alunas ao papel de meros destinatários de informações, mas para torná-los agentes ativos de sua própria educação.

De acordo com Bretas (2015), para atingir esse objetivo, é necessário que os alunos intervenham na tomada de decisões quanto ao conteúdo, a forma e os momentos em que a educação sexual é realizada. Também é importante que técnicas e metodologias sejam utilizadas que facilitam não só a absorção de informações, mas também a troca de experiências. Assim, ao deixar os alunos falarem, os professores poderão saber constantemente quais são suas ideias anteriores, sua desinformação e suas demandas imediatas.

No que diz respeito aos professores, há duas questões que vão pesar no seu desempenho na educação sexual segundo Calle Aguirre (2015): a motivação e a formação. A motivação dos professores diante dessa questão é decisiva em seu posicionamento sobre a educação sexual.

Assim como os pais, sobre os quais devem mostrar interesse em acompanhar os alunos nesse processo, os professores partem de suas atitudes e motivações em relação à sexualidade para abordar essa questão em sala de aula. Como uma atitude aberta e flexível em relação à sexualidade, podemos encontrar educadores que podem desenvolver atividades de educação sexual de alta qualidade no futuro.

23) Nas concepções relativas ao “quando”

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) A educação sexual deveria ser uma disciplina obrigatória no currículo educacional.

(B) A educação sexual, em contexto escolar, deveria ser transversal, mas ter um programa definido para cada área curricular, disciplinar e não disciplinar

(C) A educação sexual na escola deveria partir da iniciativa de cada professor, de modo espontâneo.

(D) A educação sexual, na escola, deveria ser planejada, de forma sistemática, em cada conselho de turma.

(E) A educação sexual, na escola, só deveria ser abordada quando os alunos questionam ou quando se vivencia alguma situação.

Tabela 24: Nas concepções relativas ao “quando”

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	2	15%
B	8	61%
C	1	8%
D	1	8%
E	-	
Não respondeu	1	8%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Foram entrevistadas os docentes sobre “quando” a educação sexual deveria ser uma disciplina obrigatória no currículo educacional responderam 15%, sobre a educação sexual, em contexto escolar, deveria ser transversal, mas ter um programa definido para cada área curricular, disciplinar e não disciplinar 61% respondera, a respeito da educação sexual na escola deveria partir da iniciativa de cada professor, de modo espontâneo, 8% responderam, em relação a educação sexual, na escola, deveria ser planejada, de forma sistemática, em cada conselho de turma 8% responderam, 8% não responderam sobre a educação sexual, na escola, só deveria ser abordada quando os alunos questionam ou quando se vivencia alguma situação.

Em relação à inserção dos conteúdos de Educação Sexual no currículo dos alunos, tanto do Ensino Fundamental como no Ensino Médio, deve ser debatido com todos os segmentos escolares. Teixeira (2015) fala que deve ser feito um profundo debate sobre a Educação para Saúde Sexual como conteúdo que vai além da saúde reprodutiva ainda é uma dívida pendente na educação formal em nosso país.

O conhecimento sobre o aparelho reprodutor segundo Cunha (2014), é relevante para a alfabetização científica, pois permite aos educandos estarem atentos aos problemas do mundo que os rodeia de forma a poderem tomar decisões sobre a sua própria vida. No entanto, o aprendizado sobre a saúde sexual é uma construção que não está ligada apenas à possibilidade de evitar doenças sexualmente transmissíveis e gestações não planejadas ou ao mero reconhecimento da anatomia de um sistema; a vida sexual é muito complexa e vai muito além das funções biológicas do sistema reprodutivo. Como o autor menciona, “não fazemos Educação em Saúde Sexual tratando da anatomia humana em sala de aula” (CUNHA, 2014, p, 92).

Gontijo e Medeiros (2015), ao mesmo tempo, tradicionalmente as sequências de ensino mais frequentes nas aulas de biologia correspondem a uma proposta curricular que envolve, primeiro o tratamento das estruturas do "aparelho reprodutor", depois as funções relacionadas com a reprodução (ciclo menstrual, fecundação etc.) e posteriormente, em alguns casos, métodos anticoncepcionais. A experiência como professores, tanto em escolas secundárias como na formação de professores de nível universitário, indica que o tratamento do aparelho reprodutor se limita quase exclusivamente à descrição dos órgãos que o constituem, à sua função reprodutiva e doenças sexualmente transmissíveis (DST).

De acordo com Cardoso et al. (2017), a equivalência entre sexualidade e reprodução deixa de fora da análise aspectos muito relevantes para os jovens, como os relacionados ao prazer e à subjetividade, ou seja, a uma verdadeira concepção da vida sexual. Na perspectiva tradicional, o sistema é "reprodutivo", enquanto suas doenças são "sexuais" e os métodos anticoncepcionais fazem parte do "planejamento familiar".

Como Vieira (2017), menciona, a resposta segura para lidar com sexo e sexualidade é reduzir o assunto à anatomia do sistema reprodutor e ao ciclo hormonal. No entanto, o "seguro" não atende às necessidades dos alunos. Viu-se que não basta ensinar o aparelho reprodutivo (e mesmo a saúde reprodutiva) a promover comportamentos baseados na saúde sexual dos adolescentes. Além disso, os professores de biologia que decidem ensinar educação sexual precisam ser capacitados para fazê-lo.

24) Quem seriam os agentes que os professores elegeriam para abordar o tema da sexualidade

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) A educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início no 3º ciclo de formação humana, porque coincide com o período da experimentação amorosa dos adolescentes.

(B) A educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início a partir do 2º ciclo de formação humana, porque coincide com a entrada na pré-adolescência.

(C) A educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início no período pré-escolar, pois é uma das dimensões do desenvolvimento socioafetivo.

(D) A educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início no 1º ciclo de formação humana, porque é o início da escolaridade obrigatória.

Tabela 25: Agentes que os professores elegeriam para trabalhar o tema da sexualidade em sala de aula com os alunos

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	2	15%
B	7	54%
C	1	8%
D	2	15%
E	-	-
Anulou	-	-
Não respondeu	1	8%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Quando entrevistados sobre quem seriam os agentes que os professores elegeriam para abordar o tema da sexualidade, 15% responderam que a educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início no 3º ciclo de formação humana, porque coincide com o período da experimentação amorosa dos adolescentes, 54% responderam que a educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início a partir do 2º ciclo de formação humana, porque coincide com a entrada na pré-adolescência. 8% responderam que a educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início no período pré-escolar, pois é uma das dimensões do desenvolvimento socioafetivo. 15% responderam que a educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início no 1º ciclo de formação humana, porque é o início da escolaridade obrigatória.

Para atingir os objetivos nos aspectos para os professores elegeriam e abordar o tema da sexualidade na educação básica, o sistema educacional deve contar com as ferramentas necessárias, que vão desde a conscientização sobre a importância da disciplina, até a adequada formação docente nesse sentido. Na atual política educacional, a questão da sexualidade é tratada como um conteúdo transversal ao longo do currículo acadêmico, devido à sua importância e transcendência para a sociedade. No entanto, embora esse ensino vinculado à afetividade tenha sido implantado, e esteja vinculado à sua origem: sendo que vem de uma família, não produz mudanças de atitudes e comportamentos em crianças e jovens, uma vez que não tem um espaço definido no currículo, por isso é, terra de ninguém.

É provável que não haja impacto, porque os professores não trabalham junto com a família e não tem um conhecimento profundo sobre essas questões, bem como sobre as emoções e como lidar com elas. A maioria dos professores aborda essas questões em sala de aula com base mais em sua experiência pessoal do que em conhecimento especializado. Vieira (2017) destaca que a responsabilidade não é inteiramente deles, mas sim das entidades que os formaram, pois muitas dessas instituições não incluem no currículo conteúdos relevantes para tratar de forma eficiente questões dessa natureza.

Chacham (2012), coloca que o debate atual não é mais se os tópicos de sexualidade devem ou não ser ensinados em sala de aula, mas como devem ser ensinados. Uma vez que isso é o que muitas vezes falha e não produz o efeito desejado. A experiência também nos diz que o conhecimento por si só não é suficiente para mudar comportamentos.

Pires (2014), afirma que sem grande risco de errar, que qualquer programa que tenha como fundamento apenas fornecer informações pertinentes a preceitos morais e sexuais está condenado de antemão ao fracasso. Porém, aqueles que apoiam desde a sua abordagem uma mudança de comportamento dos jovens, através da identificação de sentimentos, descrição deles, fortalecimento dos processos de socialização, cultivo das relações interpessoais, abrem um horizonte de otimismo.

Para alcançar os objetivos através de uma abordagem teórico-metodológica alternativa e participativa, Trevisan (2015) fala que as ações no campo da educação em sexualidade devem se basear em princípios psicopedagógicos, como diretrizes gerais que dote os educadores de orientações para conduzir o processo em

correspondência com suas regularidades. e tendências. Levar em conta, sobretudo, o significado especial da categoria personalidade para a compreensão das crianças e dos jovens e organizar o processo de seu pleno desenvolvimento e crescimento partindo dos critérios e integração das contribuições mais importantes de diferentes autores que têm trabalhados neste campo no âmbito da educação sexual.

O desafio da educação em sexualidade segundo Farias (2011) na educação básica, implica fortalecer e atualizar o conhecimento dessas temáticas principalmente nos professores, para que sua ajuda seja efetiva. Atualmente, a educação sexual é uma emergência em nossa sociedade. Gravidez na adolescência, aborto e suas consequências, doenças sexualmente transmissíveis, falta de compromisso com outra pessoa, nos faz pensar na necessidade de uma revolução na educação sexual.

Louro (2016) fala que o sistema escolar tem sido impulsionado a integrar as disciplinas da família e da sexualidade no currículo de forma transversal, mas deve ser implementado no currículo a partir do Ensino Fundamental e em conjunto com as famílias. As instituições de ensino superior também devem fazê-lo, especialmente onde os futuros professores serão formados para atender em sala de aula da educação básica, que no momento de exercer sua profissão em estabelecimentos de ensino, se depararão com conflitos de seus alunos, como gravidez, doenças sexualmente transmissíveis entre outros assuntos, para os quais são obrigados a ter competência.

III – Educação sexual na escola

25) O que concerne às concepções, em termos da “importância” no contexto escolar

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) A educação sexual deve ser só da responsabilidade dos pais, porque é uma questão de família.
- (B) A educação sexual, na escola, deveria ser lecionada por médicos, enfermeiros, psicólogos ou outros técnicos especializados.
- (C) A educação sexual na escola deveria ser abordada apenas por professores com formação especializada.
- (D) A educação sexual deveria apenas ser tratada pelo diretor de turma na formação cívica.
- (E) A educação sexual na escola deveria ser um assunto da psicóloga escolar

(F) Considero que a coordenação das atividades e projetos de educação sexual, em cada turma, deveria ser da responsabilidade do respectivo diretor de turma

(G) A disciplina de Ciências da Natureza é aquela que está mais vocacionada para desenvolver o tema de educação sexual.

Tabela 26: Concepções, em termos da “importância” no contexto escolar

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	1	8%
B	2	15%
C	4	31%
D	-	-
E	1	8%
F	-	-
G	2	15%
Anulou	2	15%
Não respondeu	1	8%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

A maioria dos entrevistados (31%) afirmaram que a educação sexual na escola deveria ser abordada apenas por professores com formação especializada. A educação sexual é uma parte orgânica e inalienável da preparação do ser humano para a vida, de aprender a ser, através da qual cada indivíduo tem que aprender a ser sexuado, a construir sua masculinidade ou feminilidade de forma personalizada e com valores, atitudes criativamente adequados, conhecimentos, habilidades e competências, bem como recursos eficientes, com vista a viver a sua sexualidade de forma autodeterminada e enriquecedora.

O processo educativo segundo Faias (2011) deve estar centrado no aluno como ator principal na busca ativa de respostas fundamentadas aos seus próprios conflitos e necessidades, colocando em prática o princípio metodológico da aprendizagem em ação. Naturalmente, uma metodologia desse tipo enriquece e dinamiza o processo de formação.

A Educação Sexual conforme Trevisan (2015) não deve se transformar, apenas na tarefa monótona de dar sermões, conselhos e advertências sobre o que deve ser ou fazer em matéria de sexo, mas também sobre o que é e o que se faz. Acredita-se de forma ingênua ou hipócrita que as crianças e os jovens são educados exagerando a realidade ou falando com eles com severidade e linguagem vulgar.

É o confronto com os aspectos conflitantes da sexualidade, o que é francamente educativo. Louro (2016) fala que a tarefa primordial da Educação Sexual é formar jovens e adultos, para que possam encontrar por si próprios as respostas adequadas às situações de conflito com que se defrontam na vida sexual real e das quais é quase impossível escapar.

A Educação Sexual na visão de Every (2015), não pode ser considerada fora do contexto de uma educação integral do ser humano, ou seja, em todas as suas dimensões (biológica, psicossocial e afetiva). Voltado para a pessoa humana como um todo que é indivisível, pois além da estrutura biofísica, possui a dimensão dos afetos e dos sentimentos.

Por isso, a Educação Sexual de acordo com James e Prout (2017) deve buscar esclarecer atitudes e valores por meio de fatos. Os jovens devem ter a oportunidade de pesar ideias, esclarecer informações, superar mitos e, em geral, poder expressar suas opiniões sobre questões que os afetam, pois, esse conhecimento servirá a todos os indivíduos no desenvolvimento harmonioso de sua personalidade e na realização. Mais eficientemente seu papel futuro como pais.

Na educação sexual Walby (2017) coloca que deve-se sempre buscar que estes sejam centrados no aluno, aproveitando os conhecimentos que manejam e, portanto, baseados em suas próprias necessidades e exigências; que sejam de natureza participativa, de modo que favoreçam a busca ativa e reflexiva da verdade e seus fundamentos, quanto aos problemas ou conflitos que inevitavelmente afetam ou afetarão crianças e adolescentes.

Assim como discorre Murdaugh e Parsons (2016), que favoreçam o pensamento crítico e reflexivo e o desenvolvimento de capacidades de tomada de decisões autônomas, voluntárias e livremente responsáveis, que, de acordo com os princípios e valores pessoais e familiares, permitam a consolidação dos projetos de vida das pessoas.

Portanto, a questão da educação em sexualidade assume especial importância quando são os professores que praticam as diretrizes legais estabelecidas pelo sistema de ensino em sala de aula. No entanto, um dos problemas que se podem observar sobre a educação sexual na escola objeto de investigação, é a incorporação deste tema nas atividades pedagógicas, como os professores atuam ou agem perante as diferentes situações que surgem dentro e fora da sala de aula. Tendo em conta os diferentes ambientes pedagógicos (jogos, literatura, arte,

exploração, entre outros) e como os professores, através destes, procuram uma forma de falar com as crianças sobre a sexualidade, incluindo, também, a diversidade sexual que se encontra no ambiente e como professores e gestores reagem com atitudes e respostas a essas situações.

A educação sexual deve necessariamente abranger todos os aspectos do indivíduo, uma vez que a sexualidade nunca pode se limitar ao puramente biológico, como sugeriram Ray (2016) e Farias (2011). A educação sexual deve partir da concepção do mundo da criança, ouvi-la e atendê-la para formular respostas e fatos que esclareçam suas inquietações, as curiosidades e o autoconhecimento do corpo, a educação sexual dos alunos assim como todo projeto de educação deve necessariamente tratar da totalidade do ser. É saber acompanhar a criança no início de sua vida escolar.

As instituições educacionais segundo Motowidlo (2016), devem adequar seus projetos aos que o Ministério da Educação tem hoje em vigor e o trabalho em sala de aula dá uma contribuição clara ao aluno e elementos valiosos para tomar decisões corretas e ver o seu corpo com naturalidade e respeito como o dos outros, proporcionar às crianças um ambiente saudável e permitir que sejam seres felizes.

Portanto, a educação sexual para crianças é de vital importância no processo de sua formação, assim como todas as outras áreas de saber por que estamos formando seres humanos íntegros e equilibrados em todos os aspectos, sem falhas ou medos, que saibam compreender todos os seus papéis sem discriminações ou complexos.

26) Sobre se já participou de algum curso, seminário, programa ou aula sobre orientação Sexual:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

Tabela 27: Participação em eventos sobre orientação sexual nas escolas:

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Sim	12	92%
Não	01	8%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Quando foram questionadas as entrevistadas sobre a participação em eventos sobre orientação sexual nas escolas, 92% afirmaram que sim.

Para satisfazer os requisitos expressos acima, é necessária a implementação de Programas de Formação de Professores na área da Sexualidade, para que os profissionais da educação, pais, possam enfrentar em conjunto o desafio, exigido, pela escola, para abordar a Educação Sexual de crianças e adolescentes.

Participação em eventos sobre orientação sexual nas escolas, fornece ao professor sustentação para que tenha uma base cognitiva aceitável e uma formação metodológica adequada, e será capaz de falar sobre sexualidade com segurança e naturalidade, estando sempre disposto a melhorar e aperfeiçoar seu nível acadêmico.

O desafio, portanto, é verdadeiramente complexo, difícil, mas estimulante para os professores, que qualquer que seja o nível de ensino em que atuam e a disciplina ou especialidade que desempenham, se encontram em situação privilegiada, de contato direto e prolongado com os alunos, para detectar seus problemas e inquietações e, assim, oferecer alternativas válidas que os ajudem a enfrentá-los positivamente, em busca da feliz realização de seus projetos de vida.

O processo educativo deve estar centrado no aluno como ator principal na busca ativa de respostas fundamentadas aos próprios conflitos e necessidades, colocando em prática o princípio metodológico da aprendizagem. Naturalmente, uma metodologia desse tipo enriquece e dinamiza o processo de formação.

A educação sexual não deve ser transformada, apenas na tarefa monótona de dar sermões, conselhos e advertências sobre o que deve ser ou fazer em matéria de sexo. É o confronto com os aspectos conflitantes da sexualidade, o que é francamente educativo. Assim, a tarefa primordial da Educação Sexual é formar jovens e também adultos, para que possam encontrar por si próprios as respostas adequadas às situações de conflito que enfrentam na vida sexual real e das quais é quase impossível escapar.

A Educação Sexual não pode ser considerada fora do contexto de uma educação integral do ser humano, ou seja, em todas as suas dimensões (biológica, psicossocial e afetiva). Voltado para a pessoa humana como um todo que é indivisível, pois além da estrutura biofísica, possui a dimensão dos afetos e dos sentimentos.

O homem é um ser que pode ser governado por sua inteligência e vontade; em quem amor, representa um dos impulsos mais vitais, que lhe permite, num

contexto de maturidade livremente responsável, entregar-se (doar-se) a outros seres da sua própria condição humana. Para que essa capacidade de se dar, possa se manifestar no indivíduo, é importante que desde a infância receba carinho, amor, de quem está em contato com ele, bem como que aprenda a dar e compartilhar. Isso facilitará a integração social e, portanto, permitirá que exerça sua sexualidade, em um contexto de carinho e afetividade. Por isso, é necessário que, do ponto de vista educativo, as crianças e os jovens recebam as informações e os argumentos necessários que lhes permitam uma posição pessoal definida e fundamentada, que lhes permita discriminar princípios e valores. Que seu comportamento é produto de suas convicções e que estas, por sua vez, são consequência de uma reflexão crítica e profunda.

Por isso, a Educação Sexual deve buscar esclarecer atitudes e valores por meio de fatos. Os jovens devem ter a oportunidade de pesar ideias, esclarecer informações, superar mitos e, em geral, poder expressar suas opiniões sobre questões que os afetam, pois, esse conhecimento servirá a todos os indivíduos no desenvolvimento harmonioso de sua personalidade e na realização. Mais eficientemente seu papel futuro como pais.

27) Relativamente às finalidades e importância da Educação Sexual

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) A educação sexual na escola “está na moda”, mas não é importante.
- (B) Antigamente não havia educação sexual e as pessoas também aprendiam sobre sexualidade
- (C) Abordar os temas da sexualidade pode aumentar nos alunos o desejo de experimentação sexual
- (D) Hoje em dia com toda a informação que os alunos dispõem, a educação sexual na escola é pouco necessária.
- (E) Considero de extrema importância sua orientação nas escolas.

Tabela 28: Finalidades e importância do ensino da Educação Sexual nas escolas:

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	-	-
B	2	15%
C	1	8%
D	-	-
E	10	77%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Quando entrevistados sobre a finalidade e importância do ensino da educação sexual nas escolas 77% consideram de extrema importância sua orientação nas escolas. Porém na realidade não procuram colocar em prática essa afirmação.

O ensino da Educação Sexual nas escolas segundo Oldman (2014), é um direito das crianças e adolescentes de todos os estabelecimentos de ensino, pois promove conhecimentos científicos e socialmente significativos, ajuda meninos e meninas a compreenderem seu processo de crescimento e a sentem-se acompanhados no seu desenvolvimento e no cuidado com a sua saúde.

Na educação sexual conforme Dorr-Zegers (2012), deve-se sempre buscar que estes sejam centrados no aluno, aproveitando os conhecimentos que manejam e, portanto, baseados em suas próprias necessidades e exigências; que sejam de natureza participativa, de modo que favoreçam a busca ativa e reflexiva da verdade e seus fundamentos, quanto aos problemas ou conflitos que inevitavelmente afetam ou afetarão crianças e adolescentes.

Assim como Ramos Padilla (2016), acrescentam que favoreçam o pensamento crítico e reflexivo e o desenvolvimento de capacidades de tomada de decisões autônomas, voluntárias e livremente responsáveis, que, de acordo com os princípios e valores pessoais e familiares, permitam a consolidação dos projetos de vida das pessoas.

Mas, no campo da sexualidade que envolve as adolescentes objeto da pesquisa, parece que a escola não tem tanta clareza em intervir, no sentido de fazer com que aprendam a ser sexuadas, a viver sua afetividade e sua sexualidade com conhecimento das questões, podendo expressar com sucesso sua identidade e sua orientação sexual, em igualdade, de forma positiva, madura e responsável

Em relação a isso, é retomada a concepção defendida pela Organização Mundial da Saúde: O termo "sexualidade" refere-se a uma dimensão fundamental do ser humano. [...] É expresso na forma de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. A sexualidade é o resultado da interação de fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais, éticos e religiosos ou espirituais. [...] Em suma, a sexualidade é praticada e expressa em tudo o que somos, sentimos, pensamos e fazemos.

Ser professora lhe dá uma visão abrangente de porque a educação sexual é necessária nas escolas segundo Vieira e Cruz (2017).

[...; Não devemos esquecer que o sexo é um valor e, como tal, devemos aprender a viver, sentir e expressar-nos como seres sexuais que somos. É importante ter isso em mente, pois a educação sexual se baseia em saber respeitar a nós mesmos e a nós mesmos para respeitar os outros, independentemente de seu gênero, gostos ou preferências (VIEIRA E CRUZ, 2017, p. 56).

A educação sexual vai muito além, pois as lições que se adquirem são referências para crescer sem medo, para que todos sejam respeitados e para aprender a ser seres sexuais. Se levarmos tudo isso muito mais em conta e os professores passarem a investir na sua própria formação para saber lidar com o assunto, fornecerá uma educação sexual de qualidade com mais competência na área, poderemos evitar muitas das coisas que nos fazem perder o equilíbrio hoje.

28) Sobre ter presenciado um caso de gravidez precoce na adolescência na escola, e que alteração percebeu que ocorreu no relacionamento sociofamiliar da adolescente:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Aceitação dos pais
- (B) Preconceito social
- (C) Rejeição dos pais
- (E) Nunca presenciei tal situação em minhas salas de aula.

Tabela 29: Alterações ocorridas no relacionamento familiar e social:

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	6	46%
B	-	-
C	-	-
E	7	54%
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Sobre os entrevistados se tem presenciado um caso de gravidez precoce na adolescência na escola, que alteração percebeu que ocorreu no relacionamento sociofamiliar da adolescente, 46% responderam houve aceitação dos pais e 54% falaram que nunca presenciou tal situação em salas de aula.

Trevisan (2015) chama atenção para o olhar atento dos educadores, que sendo a instituição de ensino parcialmente responsável pelo manejo da sexualidade, assim como é importante a comunicação por parte dos pais, que devem transmitir confiança e segurança para que possam se expressar com total sinceridade e franqueza, progredindo em suas responsabilidades, pois a adolescência é um período da vida que vai além do fenômeno fisiológico, uma vez que apresenta diferentes dimensões: social, histórica, cultural, psicológica, familiar, etc. É um momento concebido como um momento de experimentação, em que a maternidade pode ser difícil para adolescentes grávidas, porque talvez ainda não tenham um sentido de identidade, sendo objeto de preconceito por se considerar que ocorre fora do tempo convencionalmente estipulado (VIEIRA e CRUZ, 2017).

A presença de um modelo de família adequado segundo Souza (2018), é de suma importância para o adolescente atingir a maturidade, de modelos de identificação de ambos os sexos, necessária tanto para reafirmar seu próprio papel de gênero, quanto para definir sua forma de interação com o sexo oposto. A comunicação sincera, simples e oportuna entre pais e adolescentes fortalecerá o relacionamento familiar.

A aceitação por parte da família segundo Toneli (2015), e o apoio é de fundamental importância, pois ao fazer o cruzamento das respostas das adolescentes grávidas, percebe-se que parte das entrevistadas não obtiveram apoio dos seus

familiares. O papel da família é considerado fundamental na forma como o processo de gravidez na adolescência é vivenciado. Leal (2015) descreve a família como principal suporte da gravidez na adolescência, reconhecendo que além de ser um fator protetor para o desenvolvimento da adolescente e seu bebê, uma boa qualidade familiar é um preditor da ausência de gravidez na adolescência.

Na maioria das vezes, Barros e Busanello (2019) coloca que a gravidez na adolescência tem a ver com um problema no relacionamento familiar ou com um mau funcionamento no nível da família e de seus membros. A falta de recursos familiares para se adaptarem às mudanças que a transição das meninas para os adolescentes implica, manifesta-se assim na adolescência, sendo negligenciadas, procuram compensar esta falta de atenção ou estabelecer a sua própria independência e mudar a relação com seus pais durante a gravidez.

Nesse sentido, entende-se a importância do apoio familiar às adolescentes grávidas. Em estudo realizado, revela que a forma como as adolescentes vivenciam a maternidade é significativamente influenciada pela qualidade das relações. eles vivenciam os membros do seu grupo familiar e, segundo (LEAL, 2015)), a forma como a família apoia ou não a gravidez acaba interferindo na decisão de interromper ou não a gravidez.

Evidências científicas segundo Cramer (2012), mostram que a influência da família é fundamental na determinação do comportamento sexual de seus membros e principalmente dos mais jovens, pois por meio da comunicação familiar são transmitidos valores, concepções, ações e comportamentos sobre a sexualidade. Vários estudos verificaram que a natureza repetitiva do aborto é produzida, entre outras coisas, pela transmissão incompleta das funções e valores sexuais no processo de comunicação familiar (CRAMER, 2012), que uma boa relação de confiança e comunicação familiar é um fator que reduz a probabilidade de aborto em adolescentes.

Em pesquisas qualitativas realizadas com jovens, como a realizada por Bravo (2015), relatam que a falta de comunicação com os pais é uma das principais causas da gravidez na adolescência, ou aquela realizada por Cramer (2012), onde se evidencia a relação entre relações inadequadas e educação dos pais e gravidez precoce, assim como aquelas adolescentes que não falam sobre sexualidade têm 12,5 vezes mais chance de conceber uma gravidez indesejada.

Alguns achados também mostram que a comunicação na família conforme Pires (2014), é mais reforçada com os adolescentes do que com os adolescentes, eles dão atenção mais especializada às meninas, pois estão sob maior risco de gravidez, aborto, DST, parentalidade e outros problemas; diferenças de gênero que são causa de uma diferença altamente significativa, com predomínio do sexo feminino. Assim, o empoderamento da adolescente de acordo com Bravo (2015) deve ser trabalhada no espaço escolar, pois contribui para que possa adquirir maior controle sobre sua própria vida, seu corpo e seu ambiente; este processo engloba vários aspectos, como a liberdade de movimento e ação (autonomia).

29) Avalie o que a escola poderia fazer para que a mãe adolescente retornasse a sua trajetória educacional, caso tenha desistido:

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Acolhimento das mães adolescentes.
- (B) Diálogo com seus pais e implementar ações para ajudá-la a não desistir dos estudos
- (C) Um plano pedagógico para auxiliar as mães adolescentes no ambiente escolar.
- (D) Não é responsabilidade da escolar.

Tabela 29: Ações que a escola poderia assumir para ajudar a mãe adolescente a continuar seus estudos.

Alternativas	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A	2	15%
B	8	62%
C	3	23%
D	-	-
Total	13	100%

Fonte: Dados dos sujeitos da pesquisa/2021

Foram questionados os entrevistados sobre o que a escola poderia fazer para que a mãe adolescente retornasse a sua trajetória educacional, caso tenha desistido, 15% afirmaram que acolheria as mães adolescentes, 62% manteriam um diálogo com seus pais e implementar ações para ajudá-la a não desistir dos estudos, 23% elaborariam um plano pedagógico para auxiliar as mães adolescentes no ambiente escolar.

Farias (2011) chama atenção para o fato de que, muitas adolescentes quando engravidam param de se expressar na escola e permanecem em silêncio para atrair menos atenção para si. Embora possa não ser uma escolha consciente, lenta e insidiosamente, não falar o que pensa pode levar a uma desconexão de sua verdadeira identidade. Nesse momento um plano de ação por parte dos professores contribui para que essas alunas não desistam de estudar.

A dificuldade de comunicação familiar e de relacionamento afetivo entre pais e filhos é um dos fatores determinantes para o aumento da gravidez na adolescência. Assim uma boa relação de confiança e comunicação escolar conforme aponta Bravo (2015) é essencial na determinação do comportamento sexual das alunas e seu progresso educativo.

Por isso, Carvalho (2013) fala que se considera importante refletir sobre a comunicação tanto familiar como no âmbito escolar. Às vezes, os jovens não mantêm um bom relacionamento familiar e quando surge uma situação não tomam as decisões adequadas ou não têm confiança para dialogar em família sobre questões como a sexualidade, que pode levar a uma gravidez indesejada, nesse momento o diálogo oferecido por seus educadores contribui para uma orientação segura e confiável. Quando não há uma boa comunicação da família, o papel da escola é passar as informações adequadas, sobre valores a respeito da sexualidade.

Para Leite (2015), se as adolescentes perdem sua voz, seu senso de identidade, sua autoestima e sua capacitação, sua saúde pode estar seriamente comprometida. As intervenções feitas pela escola auxiliam nesse momento para aumentar o senso de autoestima, confiança e autoconsciência das meninas adolescentes. É igualmente importante que os pais, a família e a sociedade apoiem e incentivem as adolescentes a expressarem sua identidade e opiniões.

A comunicação familiar é um fator determinante nas relações que se estabelecem no núcleo familiar e nas relações que se vão estabelecendo com os outros. Barros e Busanello (2019, p. 56), coloca que é um fator que pode ser considerado uma das causas da gravidez na adolescência, o que as adolescentes evidenciam a falta de afeto familiar ou problemas familiares, “buscar a própria identidade, mostrar interesse pelo que é proibido e se rebelar contra o que está estabelecido, querendo se sentir adulto” (FARIAS, 2011, p. 89).

Por isso, é importante que pais e filhos se abram ao diálogo e procurem manter um bom relacionamento e comunicação, pois a família é o principal meio de transmissão dos valores, da cultura, da religião (CAPPELLIN, 2015).

Os resultados obtidos nos estudos refletem a importância de um bom ambiente familiar na estabilidade emocional do adolescente, bem como a importância da comunicação entre seus membros e apoio dos professores para evitar comportamentos de risco para sua saúde física, psicológica e / ou social no adolescente.

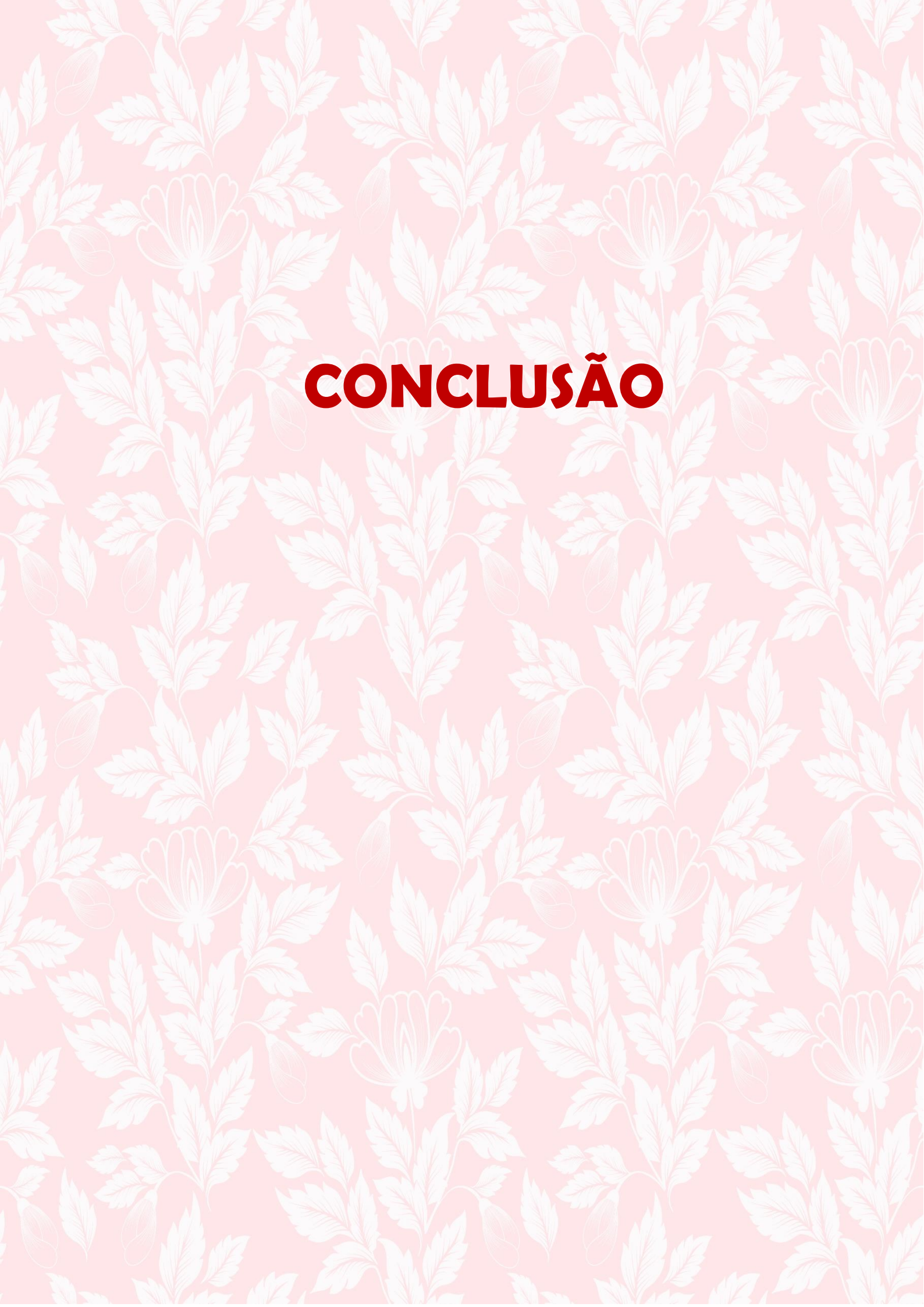
Por tudo isso, pode demonstrar a associação que existe entre fatores de risco familiares e pessoais de adolescentes e a incidência de gravidez precoce, não tendo relações adequadas na escola e com os pais, deixando de discutir abertamente sexualidade no espaço escolar e com os pais.

Na prática profissional a atuação dos professores no âmbito escolar constitui elemento fundamental na prevenção da gravidez por meio do trabalho educativo, do círculo de adolescentes e de outras ações. que contribuem para a prevenção, pois apesar de contar com profissionais em todas as áreas, a cada ano um grupo de adolescentes engravida precocemente e deve enfrentar os riscos que essa condição determina, por isso é necessário um segundo momento para desenvolver ações que poderia ser usado para continuar o desenvolvimento da equipe escolar sobre esta questão no processo educativo para prevenir a gravidez na adolescência.

Os educadores juntamente com a família devem preparar crianças, adolescentes e jovens nos aspectos da sexualidade e reprodução, por meio do exemplo, do diálogo e de uma boa educação, mas a maioria dos educadores demonstraram estar despreparados e sua educação carrega aspectos da velha sociedade que devem superar. Enfatiza no estudo, a necessidade iminente de implantação de programas e políticas de saúde e educação voltados aos profissionais da educação e à comunidade em geral, com o objetivo de fortalecer a comunicação e estreitar os laços nas famílias com filhos adolescentes. Esse problema envolve todo o coletivo escolar, responsáveis por desenvolver aspectos preventivos e promocionais da saúde.

Uma gravidez precoce compromete as oportunidades de desenvolvimento das adolescentes, uma vez que o desligamento do sistema educacional cria um entrave à conclusão da educação formal, o que conseqüentemente traz desvantagens em termos de inserção laboral e produtiva, bem como também as tornam vulneráveis

à pobreza, violência, crime e exclusão social. Portanto, o empoderamento voltado para as adolescentes permitirá que elas desenvolvam habilidades como conscientização, negociação e autonomia; além de uma mudança nas relações sociais para uma forma mais solidária e inclusiva e, portanto, para conquistar espaço ou cenário no qual estavam anteriormente excluídas.



CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Os elementos teóricos abordados neste estudo sustentam do ponto de vista teórico o objetivo da pesquisa que se referiu em analisar o empoderamento feminino contrapondo a gravidez precoce na adolescência na escola Estadual André Antônio Maggi, em Sapezal – MT.

A tarefa em conhecer a capacidade de empoderamento dessas adolescentes foi um exercício que exigiu um processo longo e exaustivo para ampliar informações relevantes para ter consistência e critérios compatíveis que permitiram avaliações sobre o empoderamento de corpos no período da adolescência. Pelas descobertas realizadas ao analisar cada uma das falas das entrevistadas participantes, foi importante conhecer as transformações ocorridas na dinâmica da sexualidade que resultou numa gravidez precoce, que pode ampliar o horizonte para a proposição e desenho do empoderamento necessário na educação, na saúde sexual e reprodutiva. Os resultados desta pesquisa têm sido valiosos porque permitem aceitar e respeitar as condições e práticas da sexualidade que os jovens vêm gerando em seus contextos.

Ao trabalhar o objetivo específico procurou descrever a evolução, construção do empoderamento feminino e sua historicidade; no Brasil, o conceito de “empoderamento” tem sua origem na abordagem de educação popular da obra de Paulo Freire nos anos sessenta e paulatinamente, o problema das mulheres passa a ser considerado como uma questão de desigualdade de gênero, ou seja, a diferença sexual entre homens e mulheres que se traduz em desigualdade e discriminação em relação ao gênero feminino. O empoderamento nas mulheres é pertinente, pois promove visões mais amplas de si mesmas, para que, progressivamente, elas consigam se identificar ao mesmo tempo com seu medo e sua força, sua beleza e seu poder, sua flexibilidade e autoridade, seu calor e firmeza, seu próprio amor e para com os outros, sua liberdade.

Em relação ao objetivo tratar sobre empoderamento como questão de gênero, houve a compreensão que um dos aspectos em que pode ver refletido o empoderamento (como processo individual) é no reprodutivo, uma vez que o controle da capacidade sexual e reprodutiva é influenciado pelas relações sociais, econômicas e políticas, além das prescrições culturais. Por exemplo, o uso de métodos anticoncepcionais pode permitir que as mulheres tenham uma atitude diferente em

relação a si mesmas e ao mundo, tendo uma postura voltada para o futuro, proporcionando-lhes uma experiência que permite a reflexão e na qual as mulheres aprendem a valorizar e a tomar decisões sobre o próprio corpo, suas necessidades e possibilidades em cada momento de sua vida reprodutiva, além de resolver conflitos e viver uma sexualidade prazerosa.

Discorrer sobre o empoderamento de corpos no período da adolescência, o empoderamento é definido como um processo de desenvolvimento das mulheres que elas alcançam superando as desigualdades existentes entre homens e mulheres. O empoderamento das adolescentes entrevistada consiste num construto que relaciona forças e capacidades individuais, que deve ter apoio dos professores e da comunidade em que se encontram, da família, sistemas de suporte naturais e comportamentos proativos com questões de mudança social e políticas sociais, entendendo isso como as construções sociais que devem estabelecer. Por outro lado, o processo investigativo permite afirmar o limitado desenvolvimento do empoderamento das jovens escolares que fizeram parte do estudo, na medida em que diz respeito às áreas de participação e capacidade crítica das condições contextuais que determinam o tipo de vida que elas e suas famílias têm. Esta lacuna foi detectada também na instituição de ensino, representadas no seu tímido esforço de articular os problemas contextuais do ambiente no ato educativo e o impacto limitado face às dificuldades enfrentadas pelas adolescentes grávidas.

No atendimento ao objetivo em apontar o caminho para ter autonomia em relação a sexualidade e os desafios de uma gravidez não planejada, compreendeu-se que as informações recebidas pelos adolescentes sobre questões sexuais são aceitáveis, mas não são suficientes ou às vezes a mensagem não é bem compreendida, possivelmente devido aos métodos que os professores utilizam para se expressar. O conhecimento das jovens sobre questões sexuais foi deficiente independentemente do tipo de família em que vivem, o que, relacionando-o com as informações da escola, expressa que não há proporcionalidade entre as informações recebidas pelas adolescentes de seus pais e o grau de conhecimento adquirido, ainda considerar o ensino adquirido por outros elementos da sociedade (pares, escola, mídia de massa, livros e revistas etc.).

O estudo apontou ainda que as adolescentes entrevistadas geralmente recebem informações sobre questões sexuais de seus pais, no entanto, isso é insuficiente; compreendeu também que as jovens que vivem em famílias disfuncionais

são as mais afetados neste aspecto. As entrevistadas consideram a comunicação com a família inadequada em relação às questões de sexualidade. Compreendeu também que, se a contracepção na adolescência for acompanhada de uma educação sexual adequada, os benefícios são maiores do que os riscos, portanto, a contracepção deve ser considerada como um pilar fundamental na batalha para o empoderamento e reduzir a incidência da gravidez na adolescência e suas consequências negativas.

No atendimento ao objetivo: Falar da importância do empoderamento para evitar uma gravidez precoce, houve a compreensão de que o empoderamento feminino leva a adolescente em seu processo de formação conquistar a autonomia individual, a estimular a resistência. Considera também que o processo de empoderamento é um desafio à ideologia patriarcal com o objetivo de transformar as estruturas que reforçam a discriminação de gênero e a desigualdade social e aponta que, o primeiro passo no caminho do empoderamento, é reconhecer e tomar consciência da existência. Um processo pelo qual as mulheres aumentam sua capacidade de moldar suas próprias vidas e seu ambiente; uma evolução na consciência sobre si mesmas, seu status e sua eficácia nas interações sociais. Ela destaca os processos cognitivos, psicológicos e econômicos que fundamentam o empoderamento. De acordo com os resultados de um estudo, o nível de empoderamento das mulheres cresce significativamente com a educação, concluindo que a relação do empoderamento e a necessidade e uso de anticoncepcionais, em combinação com a educação, prediz melhores resultados.

o empoderamento feminino é fator essencial para prevenir a gravidez precoce na adolescência de alunas na Escola Estadual André Antônio Maggi, localizada em Sapezal – MT? O empoderamento surge como uma ferramenta através da qual se tenta mudar as condições de dominação, aumentando a capacidade de exercício do poder através do acesso à tomada de decisões (incluindo decisões sexuais e reprodutivas) e que se tornou um dos eixos centrais da perspectiva de gênero; Portanto, o empoderamento tem sido visto como uma estratégia básica para a melhoria da saúde reprodutiva da mulher, e também um dos aspectos em que podemos ver o empoderamento refletido (como processo individual) é no reprodutivo, uma vez que o controle da capacidade sexual e reprodutiva é influenciada pelas relações sociais, econômicas e políticas, além das prescrições culturais.

Por fim, devemos enfatizar que o empoderamento é um processo, em constante evolução, que possui diversas manifestações ideológicas, psicológicas,

econômicas e políticas nas pessoas. Além disso, tanto o empoderamento quanto o comportamento reprodutivo e anticoncepcional são construtos altamente complexos que envolvem inúmeras variáveis, como emprego, educação e nível socioeconômico, além de outras variáveis psicológicas e ideológicas

RECOMENDAÇÕES

- Realizar estreita coordenação para o desenvolvimento de oficinas sobre questões de saúde sexual e reprodutiva, com participação de pais, professores e adolescentes;

- As escolas devem manter comunicação constante com os pais e comprometê-los a frequentar escolas onde ministrem temas sobre saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, assim como incluir temas de saúde sexual em seu plano curricular desde o nível fundamental.

- Esta pesquisa lança as bases para futuras pesquisas sobre empoderamento, e para sua extensão a outras populações, que não foi possível abordar nela, como as adolescentes que não foram mães.

- Criar projetos na escola com o objetivo de melhorar a saúde reprodutiva das adolescentes cujo foco principal é o empoderamento, mas cuja população-alvo não seja apenas do sexo feminino, mas também masculino, utilizando técnicas e estratégias que permitir que aumentem seu nível de informação sobre métodos anticoncepcionais e doenças sexualmente transmissíveis, e sua autoeficácia em seu uso, mas também torná-los cientes dos papéis sexuais e como eles impactam nossas vidas diárias e nosso exercício sexual, como os homens devem fazer total responsabilidade por sua conduta sexual e suas consequências, como o cuidado dos filhos e do lar.

É de vital importância estudar outras variáveis que estão relacionadas à gravidez na adolescência, tais como: cultura, nível socioeconômico, bem como o impacto da gravidez na adolescência nos sistemas de saúde, na economia do estado e no futuro do país. É importante também a realização de outros estudos em que a amostra seja maior e mais homogênea, para poder analisar sua relação com outras variáveis.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, GA; Belém JM; Quirino GS; Garcia CL. **Autonomia sexual feminina: o preservativo feminino nas práticas eróticas**. Rev Saúde Com 2015; 11(2): 123-36. 2015.
- AURELIANO, Waleska. **Da palavra indizível ao corpo revelado**. Narrativas imagéticas sobre o câncer de mama. In: Etnografias visuais: análises contemporâneas. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- BAQUERO, M. **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS / Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.
- BAQUERO, R. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista debates**, v. 6, n. 1, p. 173–187, 2012.
- BARROS, AT e BUSANELLO, E. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, 27(2): 1-8, 2019.
- BRAVO, Taís. Sobre amor-próprio e autonomia. **Revista Capitolina**. 2015.
- BUTLER, J. (2003). **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100012
- CABRAL, M. da G. S. R. **Consequências da gravidez na adolescência: riscos para a saúde da mãe e do recém-nascido**. Recife. Dissertação (Mestrado em Pediatria) – Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- CARDOSO MLM, et al. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(5): 1489-1500, 2017.
- CARVALHO, M.E.P. **Gênero e carreiras universitárias**. Disponível em: Acesso em: 21 mar. 2013.
- CARVALHO, M.E.P.; ANDRADE, F.C.B.; MENEZES, C.S. **Equidade de gênero e diversidade sexual na escola: por uma prática pedagógica inclusiva**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2010.
- CASTRO, ABC, et al. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina as sociedades capitalistas. **VI seminário CETROS**. 2018;
- CERQUEIRA, Carla (2008), “O corpo: o protagonista da pós-modernidade”, Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 1569-1579. Consultado a 29 de julho de 2013, disponível

em: http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sop_com/article/view/143/139. Acesso em: 22/11/2020

CERQUEIRA-SANTOS, Elder et al. Gravidez na adolescência: análise contextual risco e proteção. **Psicologia em estudo, Maringá**, v. 15, n. 1, p. 73-85, jan/mar 2010.

CHACHAM, AS, et al. Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. **R. bras. Est. Pop**, 29(2): 389-407, 2012.

COSTA, A. A. Gênero, **poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher. Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

COSTA, AA. Gênero, **poder e empoderamento das mulheres**. 2008. 9p. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso e em 25/10/2020.

COTTA, R. M. M.; SCHOTT, M.; AZEREDO, C. M. Organização do trabalho e perfil dos profissionais do Programa Saúde da Família: um desafio na reestruturação da atenção básica em saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 7-18, jul./set. 2006.

CRAMER, L. et al. Representações femininas da ação empreendedora: uma análise da trajetória das mulheres no mundo dos negócios. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 1, n. 1, 2012.

CUNHA, Bárbara Madruga da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate a violência de gênero**. In: 16ª Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR. Anais... Curitiba: Editora UFPR, 2014. p. 149- 170.

CURTAIN, R. **Youth and Employment: a Public Policy Perspective**. Melbourne: Curtain Consulting, 2001.

DEERE, C.D.; LÉON, M. **O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DESLANDES, S. F. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 7-14, 2004.

DORR-ZEGERS, O. **Fenomenologia de la corporalidad en la depresión delirante**. *Salud Mental*. México, v. 25, p. 1-9, 2002.

EISENSTEIN E. **Desenvolvimento da sexualidade da geração digital**. Adolescência e Saúde, 2013.

EW RAS, et al. **Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível**. *Psicologia em pesquisa*, 11(2): 51-60, 2017

FARIAS, A.Q. **Gênero e deficiência: vulnerabilidade feminina, ruptura e superação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FERREIRA, J.M.; NOGUEIRA, E.E.S. Mulheres e suas histórias: razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino. **Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 17, n. 4, p. 398-417**, Ago. 2013.

FERREIRA, Maria de Lourdes da Silva Marques; MAMEDE, Marli Villela. Representação do corpo na relação consigo mesma após mastectomia. **Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 11, n. 3, 2003**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n3/16538.pdf>. Acesso em: 22/11/2020.

FERREIRA, Vítor Sérgio. Resgates sociológicos do corpo: esboço de um percurso conceptual. *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, n. 208, XLVIII (3º), 2013.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: o uso dos prazeres**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber** (17ª ed.). Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 102 p, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**, 3ª ed., 1994, R.J., Paz e Terra 1994.

FREIRE, W., Belmont, P., Rivas-Mariño, G., Larrea, A., Ramírez-Luzuriaga, M., & Silva-Jaramillo, KM e Valdivia, C. (2015). Volume II Pesquisa **Nacional de Saúde e Nutrição. Saúde Sexual e Reprodutiva**. ENSANUT-ECU 2012. Ministério da Saúde Pública / Instituto Nacional de Estatística e Censos. Quito, Equador. Obtido em: [https://www.unicef.org/ecuador/ENSANUT TOMO II.compressed.p](https://www.unicef.org/ecuador/ENSANUT_TOMO_II.compressed.p). Acesso em: 22/11/2020.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras: Celta, 2006.

GAMA, Silvana Granado Nogueira et al. Experiência de gravidez na adolescência, fatores associados e resultados perinatais entre puérperas de baixa renda. **Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 153-161**, jan/fev. 2002.

GOHN, M. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2004.

GONTIJO, Daniela Tavares & MEDEIROS, Marcelo. A gravidez/maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações. **Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 6, n. 3, p. 394-399**, 2004.

GOUVÊA, A.B.C.T.; SILVEIRA, A.; MACHADO, H.V. Mulheres Empreendedoras: Compreensões do Empreendedorismo e do Exercício do Papel Desempenhado por Homens e Mulheres em organizações. **Revista de Empreendimentos e Gestão de Pequenas Empresas**, v.2, n.2, p. 32-54, 2013. <https://pdfs.semanticscholar.org/7143/2a6beabbe07c3f6133568228a72e619810e3.pdf>. Acesso em: 31/10/2020.

GREENE, M. **Revisión de la literatura y el marco teórico acerca del empoderamiento de mujeres jóvenes**. Cuernavaca: México. Mimeo, 2004.

HERRIGER, N. **Empowerment in der sozialen Arbeit: eine Einführung**. 3. ed. Stuttgart: Kohlhammer, 2006a.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: **Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação E Democracia, 2007**, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis, p. 485 – 506, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2018.

KLEBA, M.E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde soc., São Paulo**, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

LEAL, Tatiane. **A mulher poderosa: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, 139p LEI Nº 13.798 DE 03 DE JANEIRO DE 2019. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13798&ano=2019&ato=915QzZq1keZpWT179>. Acesso em: 22/11/2020

LEITE, Beatriz H. M. A felicidade não é normal. **Revista Capitolina**. 13/03/2015.

LEÓN, M. de. **Empoderamento: relaciones de las mujeres con el poder**. **Estudios Feministas**, v. 8, n. 2, 2009.

LISBOA, T.K. **Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas**, 2007. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43049/dimensoes-do-empoderamento-feminino--autonomia-ou-dependencia--> Acesso em: 25/10/2020.

LOPEZ-CLAROS, A. e Zahidi, S. **Women's Empowerment: Measuring the Global Gender Gap**. Switzerland: World Economic Forum, 2005.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MACHADO, L. Z. **Feminismo, academia e interdisciplinaridade**. In A. O. Costa & C. Bruschini (Ed.), *Uma questão de gênero* (pp. 24-39). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2006.

MACHADO, N. J; PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed. 7ª edição. p. 137-155, 2011.

MAGESTE, G.; MELO, M.; CKAGNAZAROFF, I. Empoderamento de Mulheres: uma proposta de análise para organizações. **Encontro de Estudos Organizacionais**, p. 1–15, 2008.

MASCARENHAS, M. T. M. **Avaliando a implementação da atenção básica em saúde no município de Niterói, RJ**: estudos de caso em unidade básica de saúde e módulo do programa médico de família. 2003. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

MEDRADO, B.; LYRA, J. A adolescência desprevenida e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento, Brasília, v. 1, p. 230-48**, 2009.

MEIRELLES, M.; INGRASSIA, T. Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social. **Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”, ano 2, n. 2**, 2006.

MEIRELLES, M.; INGRASSIA, T. Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social. **Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”, ano 2, n. 2**, 2006.

MELO, M.C.O. LOPES; A. L.M. Empoderamento de mulheres gerentes: a construção de um modelo teórico de análise. **Revista Gestão e Planejamento, v.12, n.3, p.648-667, set/dez**, 2012.

MELO, M.C.O. LOPES; A. L.M. **Empoderamento de mulheres gerentes: a construção de um modelo teórico de análise**. Revista Gestão e Planejamento, v.12, n.3, p.648-667, set/dez, 2012.

MINISTÉRIO da Educação, **Inep apoia coleta de dados sobre casos de gravidez na adolescência**, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32786>. Acesso em: 03 out. 2020.

MOREIRA, Isabela. **“A sociedade convoca os olhares para que desejem essas meninas” diz pesquisadora**, 2016 [online] <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/05/sociedade-convoca-os-olhares-para-que-desejem-essas-meninas-diz-pesquisadora.html> Acesso em: 03 out. 2020.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio**: Uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro (4a ed.). Rio de Janeiro: Record, 2010.

NAOMÍ, Isis. **Trans e empoderada**: como encontrar poder no seu corpo. Revista Capitoline. 24/01/2015.

NUNES, C. S. C. **Os sentidos da formação contínua de professores**: o mundo do trabalho e a formação de professores no Brasil. 2000. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)**. São Paulo: Instituto Polis, 2003.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)**. São Paulo: Instituto Polis, 2003.

OLIVEIRA, A. L. de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v. 05, n. 2, p. 1–14, 2013.

OLIVEIRA, Dalila A.; ARAÚJO FILHO, Heleno. **Valorização do professor**. In: OLIVEIRA, João F.; GOUVEIA, Andrea B.; ARAÚJO, Heleno. Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024. Brasília: ANPAE, 2018.

OLIVEIRA, E. M. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 16, n. 1, p. 229-245, jan./abr. 2008 (a).

OLIVEIRA, E. M. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 16, n. 1, p. 229-245, jan./abr. 2008 (a).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Estratégia e Plano de Ação para a Saúde Integral na Infância**: Relatório final. 162a Sessão do Comitê Executivo; 18 a 22 de junho de 2018; Washington (DC). Washington (DC): OPAS; 2018 (Documento CE162/ INF/13). Disponível em: inglês em: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=45243&Itemid=270&lang=e. 03 out. 2020.

PERRENOUD, Ph. (2000). Dez Novas Competências para Ensinar. Artmed Editora. Porto Alegre-RS, 2010.

PINHEIRO, V. de S. **Maternidade na adolescência**: significados e repercussões. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

PINTO, C. C. G. **Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais. Tese**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UTL, Lisboa, 2011.

PINTO, Fabiana. Silenciar nem sempre faz mal: o silêncio como autoconhecimento e empoderamento de mulheres. **Revista Capitolina**. 11/11/2015. Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/silenciar-nem-sempre-faz-mal-o-silencio-comoautoconhecimento-e-empoderamento-de-mulheres>. 03 out. 2020.

PIRES, Laura. **Ter namorado não é sinônimo de ser feliz**. **Revista Capitolina**. 02/08/2014.

RAPPAPORT, J. **In praise of paradox: a social policy of empowerment over prevention**. American Journal of Community Psychology, Fairhaven, v. 9, n. 1, p. 1-21, Feb. 1981.

RAPPAPORT, J. **Terms of empowerment/exemplars of prevention**: toward a theory for community psychology, American Journal of Community Psychology, (15), 1987: 121-147. 1984.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Adolescentes saúde sexual saúde reprodutiva: dossiê.** Belo Horizonte, 2004. 38 p.

REZENDE, M. G.; LEAL, E. A. **Competências requeridas dos docentes do curso de Ciências Contábeis na percepção dos estudantes. Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 145-160, maio/ago. 2013.

RIBEIRO L.V. **Saúde sexual de adolescentes institucionalizadas: contribuições da enfermagem na perspectiva da Teoria do Modelo de Promoção da Saúde de Nola Pender** [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2015.

RODRIGUEZ, Vicente; SILVA, Domingos Pereira da. **Formação continuada em serviço em contextos descentralizados.** Cad. CEDES, Campinas, v. 35, n. 97, p. 553-574, dez. 2015.

ROMANO, J. O. **Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza** [documento de apoio]. In: INTERNATIONAL WORKSHOP EMPOWERMENT AND RIGHTS BASED APPROACH IN FIGHTING POVERTY TOGETHER, 2002, Rio de Janeiro.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e Profissionalização Docente** - 3ª ed. rev. e atual. Curitiba: IBPEX, 2007.

ROSO, A., & Parker, R. **Psicologia e a construção social da sexualidade: Uma revisão dos conceitos de poder nos escritos de Foucault, Weeks e Rubin.** *Revista Psico*, 33 (2), 327-342. 2002.

SAITO, M. I.; LEAL, M. M. Educação sexual na escola. *Pediatria, São Paulo*, v.22, n.1, p. 44-48, jan./mar. 2000.

SANT'ANNA, M. J. C. **A adolescência como fator de risco para baixo peso ao nascer.** 2000. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 2000.

SANTOS, B. R.; SILVA, O. F.; BARBIERI, P. **Por ser menina: percepções, expectativas, discriminações, barreiras, violências baseadas em gênero e habilidades para a vida das meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil.** Plan International Brasil, 2014. 430p.

SANTOS, D. V. & Lemos, F. C. S. **Uma analítica da produção da mulher empoderada.** *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 407-414. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a22v23n2.pdf>. Acesso em: 25/10/2020.

SANTOS, Daniela Barsotti; VIEIRA, Elisabeth Meloni. **Imagem corporal de mulheres com câncer de mama: uma revisão sistemática da literatura.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 5. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n5/a21v16n5.pdf>. Acesso em: julho de 2020.

SARDENBERG, C. M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista.** NEIM/UFBA, p. 1–12, 2009.

SCHEIBE, Leda. **Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação.** Educ. Soc. Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, set. 2013.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação & Realidade*, 16(2), 5-22, 2008.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM. **Plano Nacional de Políticas para as mulheres – 2015-2017.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, p. 2017.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista NUFEN**, v. 5, n. 1, 2013.

SILVA, C.; MARTÍNEZ, M. L. Empoderamiento: proceso, nivel y contexto. *Psyke*, Santiago/Chile, v. 13, n. 1, p. 29-39, mai. 2004.

SILVA, Sílvio Éder Dias da; VASCONCELOS, Esleane Vilela; SANTANA, Mary Elizabeth de; RODRIGUES, Ivaneide Leal Ataíde; LEITE, Teodolina Valente; SANTOS, Lucialba Maria Silva dos; SOUSA, Ralrizônia Fernandes; CONCEIÇÃO, Vander Monteiro da; OLIVEIRA, Jackline Leite de; MEIRELES, Wanda do Nascimento. Representações sociais de mulheres mastectomizadas e suas implicações para o autocuidado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 5, set./out. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n5/06.pdf>. Acesso em: 17/11/2020.

SIMON, Vanêssa Silveira Pereira. **Trajetórias Fenonômicas E Empoderamento: histórias de vida de mulheres na economia social e solidária** Catarinense, Florianópolis, 2015.

SOUSA, CRO, et al. Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Cadernos Saúde Coletiva**, 26(2): 160-169., 2018.

STROBINO, M.R.C.; TEIXEIRA, R.M. **Empreendedorismo Feminino e o Conflito Trabalho Família:** Estudo de Multicasos no Setor da Construção Civil da Cidade de Curitiba. Florianópolis, VI ENEO, 2010.

SUDBRACK, Edite Maria.; SANTOS, Camila Soares; NOGARO, Arnaldo. **Profissionalidade docente no breve PNE: formação e valorização.** *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 4. fev. 2018.

TAQUES, F. J. **O empoderamento mitigado.** Em Tese, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 67-85, ago./dez. 2006.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos**

professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Rio de Janeiro: ANPED. 2003

TEIXERA, Lisiany Dantas Lopes. **Gênero, cidadania e questão social: o empoderamento feminino a partir dos programas sociais.** Disponível em: [http://fedathi.multimeios.ufc.br/chec/2015/anais/eixo7/g%canero,20cidadania%20e%20qu%20est%20social%20-%20o%20empoderamento%20feminino%20a%20partir%20dos%20programas%20sociais.p df](http://fedathi.multimeios.ufc.br/chec/2015/anais/eixo7/g%canero,20cidadania%20e%20qu%20est%20social%20-%20o%20empoderamento%20feminino%20a%20partir%20dos%20programas%20sociais.p%20df). Acesso em: 25/10/2020.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (Orgs.). **Diálogos em psicologia social.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 147-167, 2012.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. de S. **Socialização de gênero e adolescência.** Estudos Feministas, Florianópolis, v.13, n.1, p. 147-162, jan./abr. 2005.

TREVISAN, Beatriz. **O que é empoderamento?** Revista Capitolina. 03/01/2015.

VASCONCELLOS, E. M. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teoria e estratégias.** São Paulo: Paulus, 2003.

VASCONCELOS, E. M. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias.** São Paulo: Paulus, 2013.

VIEIRA MC, CRUZ KN. A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos. **Revista do Centro de Educação**, 2017.



APÊNDICES

APÊNDICE I- Termo de Apresentação

Por este termo apresentamos a estudante de **JAQUELINE NEVES DE OLIVEIRA**, para que a mesma possa realizar pesquisa em campo, como entrevistas e outros procedimentos relacionados ao tema “**O EMPODERAMENTO FEMININO VERSUS GRAVIDEZ PRECOCE NA ADOLESCÊNCIA: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL ANDRÉ ANTÔNIO MAGGI, SITUADA NO MUNICÍPIO DE SAPEZAL – MT**”, a fim de complementar seu trabalho científico de conclusão do curso.

Registra-se aqui agradecimentos a todos que estão possibilitando apoio a esta pesquisa.

Atenciosamente,

Maria Antônia Ramos Costa
Orientadora

APÊNCIDE II - Carta de Consentimento Esclarecido

Eu, _____
aceito participar da pesquisa: **“A RELEVÂNCIA DAS BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM de DUAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE LAMBARI D’OESTE – MATO- GROSSO”**, a ser desenvolvido pela pesquisadora: JAQUELINE NEVES DE OLIVEIRA

Declaro também que:

- 1). Aceito voluntariamente a participar dessa pesquisa, não tendo sofrido nenhuma forma de pressão para isso;
- 2). Fui assegurado (a) que minhas informações serão utilizadas somente para o estudo da referida pesquisa e de forma a não me identificar.

Sapezal, 06 de julho de 2020.

Assinatura do Participante

Jaqueline Neves de Oliveira
Pesquisador (a)

APÊNDICE III- Questionário aplicada as alunas em pesquisa

PERFIL DAS ALUNAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

a) Qual sua idade?

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) 13 anos
- (B) 14 anos
- (C) 15 anos
- (D) 16 anos
- (E) > de 16 anos

b) Com quem mora?

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (F) Pai e mãe
- (G) Só a mãe
- (H) Só o pai
- (I) Avós
- (J) Outras pessoas

II Reconhecimento da sexualidade do seu corpo

1) Avalie o conhecimento sobre o empoderamento feminino

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Expressar seus direitos.
- (B) Ampliar a autoconfiança.
- (B) Fortalecer sua própria identidade
- (C) Controle sobre suas relações pessoais e sociais.

2) Identifique de que forma as informações sobre sexualidade chegam até você

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Mãe
- (B) Pai
- (D) Pais e mãe
- (D) Amigos
- (E) Professores
- (F) Profissionais de saúde
- (G) Outros caminhos

3) identifique o nível de abertura no seu ambiente familiar para que se fala sobre assuntos relacionados a sexualidade

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Não se fala sobre o assunto.
- (B) Fala-se abertamente.

4) Identifique quais métodos contraceptivos você conhece e saberia utilizá-lo ou indicar para que o seu parceiro utilizasse

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Só conheço a camisinha masculina e feminina
- (B) Só conheço o DIU
- (C) Só conheço a pílula anticoncepcional
- (D) Só conheço a injeção para evitar a gravidez
- (E) Só conheço o diafragma
- (F) Só conheço a pílula do dia seguinte
- (G) Não conheço nenhum
- (H) Conheço 2 desses métodos
- (I) Conheço 3 desses métodos

- (J) Conheço 4 desses métodos
- (H) Conheço 5 desses métodos
- (I) Conheço todos esses métodos contraceptivos

5) Avalie seu grau de conhecimento a respeito dos temas sexualidade e comportamento sexual de risco

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Ótimo
- (B) Bom.
- (C) Ruim
- (D) Péssimo
- (E) Não quero opinar

6) Avalie o porquê de se fazer sexo

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Somente por necessidade biológica.
- (B) Somente por prazer.
- (C) Somente para a reprodução humana.
- (D) Quando tem sentimento envolvido.

III Orientação sexual

7) Identifique que mudanças ocorrem na fase da adolescência

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Transformação do corpo
- (B) Transformações emocionais
- (C) Rebeldia
- (D) Momento de assumir responsabilidade
- (E) Momento do trabalho
- (F) Fase do namoro
- (G) Tornando-se um adulto

8) Já participou de algum curso, seminário, programa ou aula sobre orientação Sexual?

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Sim.
- (B) Não

9) Identifique quem você julga ser o responsável para assumir o educação sexual dos adolescentes

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Família
- (B) Escola
- (C) Religião
- (D) Pelo menos 2 dessas alternativas

10) Avalie o motivo que levou você a engravidar

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Falta de conhecimento a respeito de contraceptivos.
- (B) Falta no uso do método contraceptivo.
- (C) Opção própria.
- (D) Descuido.

11) Avalie que mudanças ocorreram na sua vida de adolescente diante da gravidez precoce

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Amadurecimento precoce

(B) Mudança no corpo

(C) Atrapalhou nos planos que tenho para o meu futuro.

12) Identifique a alteração que ocorreu no relacionamento com seu parceiro depois que ficou grávida

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Abandono

(B) Passamos a ser mais unidos e passamos a ser mais responsáveis

(C) Não ocorreu nenhuma alteração, porque ambos queríamos a gravidez

13) Que alteração ocorreu no seu relacionamento familiar e social?

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Aceitação dos pais.

(B) Preconceito familiar.

(C) Rejeição dos pais.

14) Situação de ocupação trabalhista na época em que engravidou

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Nunca tinha trabalhado.

(B) Estava empregada.

(C) Desempregada.

(D) Somente estudava.

15) Considera que a gravidez precoce pode ser vista como o fim da vida da adolescente?

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) SIM.

(B) Não.

16) Avalie o que a escola poderia fazer para que as mães adolescentes retomassem suas trajetórias educacionais, caso desistissem

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Acolhimento das mães adolescentes.

(B) Diálogo com os pais da adolescentes e ações para ajudá-la a continuar seus estudos.

(C) um plano pedagógico para auxiliar as mães adolescentes no âmbito escolar.

(D) Entendo não de responsabilidade da escola.

APÊNDICE IV- Questionário aplicado aos professores da escola pesquisada

PERFIL DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

a) Qual sua idade?

(A) 25 anos

(B) 35 anos

(C) 40 anos

(D) 45 anos

(E) > de 45 anos

b) Formação e interesse e motivação dos professores para trabalhar o tema sexualidade com os alunos em sala de aula.

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(K) Não me sinto motivado(a) para abordar temas relacionados com a sexualidade na sala de aula.

(L) Para abordar educação sexual nas minhas aulas gostaria de ter o apoio de técnicos especializados.

(M) Não leciono a educação sexual nas minhas aulas porque não possuo os conhecimentos científicos necessários

(N) Não tenho problemas em falar dos temas relacionados com a sexualidade, mas não sei como fazer de forma adequada.

(O) Nas minhas aulas só abordo os temas relacionados à sexualidade se for obrigatório.

II CONTRIBUTO, DOS DOCUMENTOS DA POLÍTICA EDUCATIVA

1) No âmbito das práticas e no que diz respeito ao "que faz intencionalmente"

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Na minha escola, os documentos educativos relativos a educação sexual estão à disposição de quem os queira consultar e usar.

(B) Existem poucos documentos educativos relativos a educação sexual para apoiar a prática dos professores.

(D) Os documentos educativos relativos a educação sexual são muito ambíguos.

(E) Os documentos de políticas educativa relacionados com a educação sexual ajudam-me na prática.

2) O que fazem intencionalmente

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Planifico e desenvolvo sistematicamente e intencionalmente situações de educação sexual nas minhas aulas.

(B) Só pontualmente planifico e desenvolvo atividades relacionadas com a educação sexual nas minhas aulas.

(E) Não realizo atividades relacionadas com a educação sexual, nas minhas aulas.

(D) Pontualmente, planifico e desenvolvo atividades relacionadas com a educação sexual nas áreas curriculares não disciplinares que leciono.

(E) A educação sexual deveria apenas se tratada pelo diretor(a) de turma na formação cívica.

(F) Considero que a coordenação das atividades e projetos de educação sexual, em cada turma, deveria ser da responsabilidade do respectivo diretor de turma.

(G) A disciplina de Ciências da Natureza e aquela que está mais vocacionada para desenvolver o tema educação sexual.

3) O que fazem quando são abordados pelos alunos

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) Quando os alunos me questionam sobre assuntos relacionados com a sexualidade, penso ser preferível ignorar ou contornar a questão.
- (B) Só abordo temas da educação sexual quando os alunos chamam o assunto para a aula.
- (C) Quando não me sinto preparado(a) para responder Aos questionamentos dos alunos, digo-lhes que irei procurar a informação necessária e mais tarde voltaremos a discussão.
- (D) Quando sou questionado(a) pelos alunos sobre sexualidade, antes de dar a resposta, aconselho-os a fazerem esta pergunta em suas casas, junto com todos os membros de sua família.

4) Nas concepções relativas ao "quando"

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) A educação sexual deveria ser uma disciplina obrigatória no currículo educacional.
- (B) A educação sexual, em contexto escolar, deveria ser transversal, mas ter um programa definido para cada área curricular, disciplinar e não disciplinar
- (C) A educação sexual na escola deveria partir da iniciativa de cada professor, de modo espontâneo.
- (D) A educação sexual, na escola, deveria ser planejada, de forma sistemática, em cada conselho de turma.
- (E) A educação sexual, na escola, só deveria ser abordada quando os alunos questionam ou quando se vivencia alguma situação.

5) Quem seriam os agentes que os professores elegeriam para abordar o tema da sexualidade

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) A educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início no 3º ciclo de formação humana, porque coincide com o período da experimentação amorosa dos adolescentes.
- (B) A educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início a partir do 2º ciclo de formação humana, porque coincide com a entrada na pré-adolescência.
- (C) A educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início no período pré-escolar, pois é uma das dimensões do desenvolvimento socioafetivo.
- (D) A educação sexual, em contexto escolar, deveria ter início no 1º ciclo de formação humana, porque é o início da escolaridade obrigatória.

III – EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

6) O que concerne às concepções, em termos da “importância” no contexto escolar

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

- (A) A educação sexual deve ser só da responsabilidade dos pais, porque é uma questão de família.
- (B) A educação sexual, na escola, deveria ser lecionada por médicos, enfermeiros, psicólogos ou outros técnicos especializados.
- (C) A educação sexual na escola deveria ser abordada apenas por professores com formação especializada.
- (D) A educação sexual deveria apenas ser tratada pelo diretor de turma na formação cívica.
- (E) A educação sexual na escola deveria ser um assunto da psicóloga escolar
- (F) Considero que a coordenação das atividades e projetos de educação sexual, em cada turma, deveria ser da responsabilidade do respectivo diretor de turma

(G) A disciplina de Ciências da Natureza é aquela que está mais vocacionada para desenvolver o tema de educação sexual.

7) Já participou de algum curso, seminário, programa ou aula sobre orientação Sexual?

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(H) Sim

(I) Não

8) Relativamente às finalidades e importância da Educação Sexual

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) A educação sexual na escola “está na moda”, mas não é importante.

(B) Antigamente não havia educação sexual e as pessoas também aprendiam sobre sexualidade

(C) Abordar os temas da sexualidade pode aumentar nos alunos o desejo de experimentação sexual

(D) Hoje em dia com toda a informação que os alunos dispõem, a educação sexual na escola é pouco necessária.

(E) Considero de extrema importância sua orientação nas escolas.

9) Quanto ao “papel de outros intervenientes, finalidades”

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) A principal finalidade da educação sexualidade escola é desenvolver as competências dos alunos para que consigam viver a sua sexualidade de forma mais saudável

(B) Considero que a educação sexual é imprescindível para o desenvolvimento dos alunos e deve ser assumida pela escola.

(C) A educação sexual visa sobretudo explicar os mecanismos de reprodução humana.

(D) A educação sexual, na escola, tem como objetivo principal integrar a dimensão sexual nas outras dimensões da pessoa.

10) Relativamente às concepções pais/responsáveis de educação acerca do papel dos outros intervenientes.

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Penso que a maioria dos pais quer que a educação sexual seja abordada na escola.

(B) Os alunos são mais receptivos às atividades da educação sexual, em sala de aula, em todas as idades.

(C) A educação sexual na escola deveria ser um assunto da psicóloga.

(D) Os auxiliares de ação educativa são os responsáveis formadores da educação sexual na escola.

11) Considera a gravidez precoce como sendo o fim da vida para a mãe adolescente

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Sim

(B) Não

12) Caso tenha presenciado um caso de gravidez precoce na adolescência na escola, indique que alterações ocorreu não relacionamento da adolescente com seu parceiro após a gravidez.

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Abandono do companheiro

(B) Passaram a ser mais unidos e a ter mais responsabilidade

(C) Não ocorreu nenhuma mudança porque a gravidez foi desejada por ambos

(D) Nunca presenciei tal situação em minhas salas de aula

13) Caso tenha presenciado um caso de gravidez precoce na adolescência na escola, que alteração você percebeu que ocorreu no relacionamento sociofamiliar da adolescente.

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Aceitação dos pais

(B) Preconceito social

(C) Rejeição dos pais

(D) Nunca presenciei tal situação em minhas salas de aula.

14) Avalie o que a escola poderia fazer para que a adolescente mãe retornasse a sua trajetória educacional, caso tenha desistido.

As alternativas apresentadas foram as seguintes:

(A) Acolhimento das mães adolescentes.

(B) Diálogo com seus pais e implementar ações para ajudá-la a não desistir dos estudos

(C) Um plano pedagógico para auxiliar as mães adolescentes no ambiente escolar.

(D) Não é responsabilidade da escolar.

A AUTORA

JAQUELINE NEVES DE OLIVEIRA



Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade do UFMT (2008). Complementação pedagógica em Filosofia, Licenciatura Plena pela Faculdade FAPAN (2018), Pós-graduada em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia Faculdade São Braz (2019).

<http://lattes.cnpq.br/5606706720451469>



ISBN 978-65-994367-9-6



Editora
REALCONHECER